

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Design

Mestrado em Design

Sistemas de Informação para Parques e Praças:

Uma abordagem ergonômica dos espaços livres públicos

Margarida Barbosa Correia Lima

Recife, agosto de 2006

Margarida Barbosa Correia Lima

Sistemas de Informação para Parques e Praças:

Uma abordagem ergonômica dos espaços livres públicos

**Dissertação submetida à UFPE para obtenção
de grau de mestre**

Área de concentração :
Ergonomia do ambiente construído

Orientador:
Prof. Laura Bezerra Martins Dra.

Co-orientador:
Profa. Ana Rita Sá Carneiro PhD.

Recife, agosto de 2006

Correia Lima, Margarida Barbosa

**Sistema de informação para parques e praças:
uma abordagem ergonômica dos espaços livres
públicos / Margarida Barbosa Correia Lima. –
Recife : O Autor, 2006.
vi, 179 folhas : tab., fig.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CAC. Ergonomia do ambiente
construído, 2006.**

Inclui bibliografia e apêndices.

**1. Design – Ambiente construído - Ergonomia. 2.
Sistema de informação – Espaços livres públicos –
Parques e praças – Diretrizes. 3. Design da
informação – Ergonomia informacional. I. Título.**

**7
724.6**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2006 – 555**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO ACADÊMICO DE

MARGARIDA BARBOSA CORREIA LIMA

***“Sistemas de informação para parques e praças: uma abordagem
ergonômica dos espaços livres públicos.”***

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESIGN E ERGONOMIA

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira,
considera a candidata MARGARIDA BARBOSA CORREIA LIMA **APROVADA**.

Recife, 24 de agosto de 2006

Profa. Laura Bezerra Martins, Doutora. (UFPE)

Prof. Hans da Nóbrega Waechter, Doutor. (UFPE)

Profa. Ana Rita Sa Carneiro Ribeiro, Ph.D. (UFPE)

Meus Agradecimentos

A minha orientadora Laura Martins, pelo incentivo desde o início do mestrado e pelas orientações importantes e vitais ao bom resultado da pesquisa.

A minha co-orientadora Ana Rita Sá Carneiro, pela presteza e competência no acompanhamento da pesquisa.

A minha irmã capixaba Angela Morandi, pelos muitos incentivos e orientações importantes no desenvolvimento da pesquisa.

A minha irmã Germana Correia Lima Sevcenco, pela força e ajuda nas pesquisas bibliográficas estrangeiras importantes à pesquisa.

A Renate Homolka e a Luiz Ernani Torres da Costa e Silva pelo apoio estatístico.

Ao meu enteado João Batista, pela presteza em atender minha 'avalanche' de solicitações.

Aos entrevistados da PCR Prefeitura da Cidade do Recife, pela disponibilidade em fornecer importantes informações para a pesquisa.

Aos meus pimpolhos Eric e Raíssa, pela 'paciência' e sempre perguntando: 'mamãe, quando é que você vai terminar esse trabalho?'

Ao meu marido Inácio Farias, pelas revisões vernaculares e, principalmente, por ter atuado carinhosamente como pai e mãe, quando os pimpolhos requisitavam. E sempre requisitavam...

E, finalmente, aos meus queridos pais 'in memoriam'. Como educadores, ficariam muito felizes com a obtenção de meu grau de mestre.

Resumo

A pesquisa se destina à elaboração de diretrizes para criação de sistemas de informação para parques e praças, com uma abordagem ergonômica dos espaços livres públicos.

Parte-se do pressuposto de que o planejamento de sistemas de informação locados nos espaços livres públicos: parques e praças, respeitando a vocação de cada logradouro e levando em consideração as necessidades dos usuários, pode contribuir de forma positiva para a renovação desses espaços de convivência coletiva.

O objetivo geral é definir diretrizes para elaboração de Sistemas de Informação para os espaços livres públicos: parques e praças, com a finalidade de dotar esses logradouros de elementos informativos: de orientação espacial, de difusão cultural, de educação ambiental, de preservação dos bens públicos, necessários a uma mais completa fruição do ambiente pelos usuários. Para tanto, devem-se considerar as habilidades e limitações desses usuários e adequar as informações às características específicas do tipo de logradouro. Esses objetivos visam oferecer melhor qualidade de vida para a população, na medida em que esses espaços correspondam às necessidades dos usuários.

Esta pesquisa tem enfoque no estudo da ergonomia, com suas ênfases na ergonomia informacional, na ergonomia cognitiva, na ergonomia do ambiente construído e na ergonomia cultural, considerando os princípios de desenho universal e da acessibilidade integral.

A metodologia utilizada nessa pesquisa é a de Análises Sistêmicas do Sistema homem-tarefa-máquina nas etapas da apreciação e da diagnose ergonômica. A utilização desses método e técnica proporcionou os meios necessários para obtenção do diagnóstico ergonômico que definiu a criação das diretrizes destinadas à elaboração dos sistemas de informação para parques e praças.

Palavras-chave:

Sistema de informação, Ergonomia do ambiente construído, Design universal

Abstract

The research has the purpose of defining directives for the elaboration and evaluation of Information Systems for public squares and parks, using an ergonomic approach to the free public places.

The research will assume that the planning of information systems situated in the free public spaces: squares and parks, respecting the vocation of each place and considering the necessities of the users and stakeholders, can bring a positive contribution to the renewal of the environment where these social interactions take place.

The general objective is to define the directives for the creation of Systems of Information for the free public spaces: squares and parks, with the aim of furnishing these places with the informative elements: of spatial orientation, cultural diffusion, environmental education, and preservation of public goods, essential for a more beneficial and complete utilization of these places by the public user. For that reason, the abilities and limitations of the identified user groups should be considered in order to adapt that information to the specific characteristics of the public and place. These objectives intend to offer a better quality of life to the population, as far as these spaces correspond to the needs of the public user.

This research is based on the study of ergonomics, with emphasis on informational ergonomics, cognitive ergonomics, ergonomics of the building environment and cultural ergonomics, considering the principles of universal design and integral accessibility.

The methodology used in this research is the Systemic Analysis of the man-work-machine System in the stages of appreciation and ergonomic diagnosis. The use of these method and techniques gave the necessary means to obtain an ergonomic diagnostic which defined the formation of the guidelines for the creation of the systems of information for parks and public squares.

Keywords:

Information System, Built Environment Ergonomics, Universal Design

Sumário

Introdução	01
Objetivos	04
Metodologia	04
Justificativa	05
Princípios norteadores da pesquisa	06
Estrutura da Pesquisa	06
1. Revisão da Literatura – objeto teórico e delimitação do tema	
1.1 Princípios norteadores da pesquisa	
1.1.1 Sistema	08
1.1.2 Design da Informação	10
1.1.3 Ergonomia	13
Ergonomia Informacional	15
Sinalética	16
Percepção do espaço urbano / novas tecnologias	17
Informação, comunicação / sinalização	22
• Sinalização urbana	24
• Sinalização de trânsito	24
• Sinalização turística e de serviços	27
• Procedimentos metodológicos adotados pela autora no exercício profissional sobre sinalização urbana	28
Ergonomia Cognitiva	
Ciência da cognição	31
Literatura visual	31
Ergonomia do ambiente construído	34
Desenho universal	35
Acessibilidade integral	37
Barreiras	37
Mobiliário urbano	39
Ergonomia cultural	41
1.1.4 Considerações	42
1.2 Parques e praças	
1.2.1 Espaços livres públicos na cidade contemporânea	43

1.2.2	Espaços livres públicos da cidade: parques e praças.....	46
1.2.3	Vivência – parques e praças.....	47
1.2.4	Critérios utilizados para a escolha dos parques e praças.....	50
2.	Objeto empírico – Estudo de Campo.....	52
2.1	Métodos e técnicas pesquisados.....	52
2.2	Análises sistêmicas do sistema homem-tarefa-máquina.....	55
2.2.1	Apreciação ergonômica – 4 parques e 4 praças.....	56
	Pesquisa assistemática.....	56
2.2.2	Sistematização.....	81
2.2.3	Questionário para usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República.....	82
	Preocupações na elaboração do questionário.....	83
	Pré-teste e ajustes no questionário para os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República.....	83
	Locais para a amostragem no Parque 13 de Maio.....	85
	Local para a amostragem na Praça da República.....	86
2.2.4	Entrevista com gestores públicos.....	87
	Objetivos.....	87
2.3	Diagnose ergonômica – Pesquisa de campo	
2.3.1	Pesquisa com técnicos e gestores públicos da PCR Contextualização.....	87
	Respostas das entrevistas com técnicos e gestores públicos e comentários da pesquisadora	
	A. Apresentação simplificada de atribuições.....	89
	B. Demandas dos usuários.....	93
	C. Preocupações específicas com os espaços livres públicos – Parques e praças.....	94
	D. Preocupações com a história dos espaços livres públicos – parques e praças.....	97
	E. Orçamento municipal destinado aos parques e praças e pessoal envolvido na manutenção.....	98
	F. Informações existentes nos espaços livres públicos – parques e praças.....	100
	G. Informações adequadas aos espaços livres públicos – parques e praças.....	101
	H. Opinião dos técnicos e gestores públicos entrevistados..	109

2.3.2	Pesquisa com os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República.....	115
	Perfil dos usuários entrevistados.....	116
2.3.3	Análise comparativa das respostas dos questionários com os usuários da Praça da República e do Parque 13 de Maio sobre informações adequadas aos espaços livres públicos, parques e praças em relação as das entrevistas dos técnicos e gestores públicos	121
1.	Orientação de circulação no parque ou praça.....	122
2.	Informação sobre comportamentos e usos do parque ou praça.....	123
3.	Informação sobre possíveis acidentes no parque ou praça.....	124
4.	Informação sobre a vegetação do parque ou praça.....	125
5.	Informação sobre os monumentos do parque ou praça..	126
6.	Informação sobre a programação de ventos do parque ou praça.....	127
7.	Informação sobre a história do parque ou praça.....	128
8.	Informação sobre os serviços do parque ou praça.....	129
9.	Informação sobre os projetos paisagísticos do parque ou praça e seus autores.....	130
10.	Informação sobre edifícios históricos que estão no entorno do parque ou praça.....	132
11.	Informação sobre a história da cidade.....	133
12.	Informação sobre os eventos da cidade.....	134
13.	Informação sobre educação ambiental.....	135
14.	Informação sobre saúde.....	136
15.	Informação sobre preservação dos bens públicos.....	137
16.	Informação sobre campanhas educativas.....	138
17.	Informação sobre transportes públicos.....	139
2.3.4	Comentários.....	139

3. Proposta.

3.1	Diretrizes para elaboração de sistemas de informação para os espaços livres públicos – parques e praças.....	141
3.2	Comentários e considerações da proposta.....	149

4. Conclusão	
4.1 Conclusão sobre a pesquisa.....	150
4.2 Desdobramentos.....	155
4.3 Considerações finais.....	156
Referências bibliográficas.....	158
Bibliografia.....	163
Apêndice.....	166

Sistema de Informação para Parques e Praças: Uma Abordagem Ergonômica dos Espaços Livres Públicos

Margarida Barbosa Correia Lima

Introdução

Os espaços livres públicos constituem-se em elementos fundamentais da vida urbana, pois neles acontecem as mais variadas formas de convivência da população. Nas cidades do mundo ocidental contemporâneo, os dois tipos de espaços livres públicos - parques e praças - têm tido funções múltiplas, a serviço da vida coletiva, variando historicamente, e também, segundo sua configuração e uso que a população lhes atribui em diferentes épocas e lugares.

Na observação da história dos povos, pode-se constatar que um mesmo espaço público – largo / parque / praça – tem sido utilizado para práticas bem distintas, como: local de festas, de encontros políticos, em dado período; em outro, ponto para execução de condenados; noutro ainda, de ambiente para homenagem a personagens celebrados, através de esculturas e monumentos, etc., etc...

Varia, assim, a função de tais espaços, segundo a sociedade se expressa em sua vida coletiva, alterando-se em novas configurações, no decorrer do tempo, pois as mudanças sociais criam necessidades novas no conviver da comunidade.

MACEDO e SAKATA (2003) consideram **parque** como todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. Já SÁ CARNEIRO e MESQUITA (2000), definem **parque**, na realidade da cidade do Recife, como espaço livre público, com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

ROBBA e MACEDO (2003) definem **praça** como espaço livre público urbano destinado ao lazer e ao convívio da população, acessível aos cidadãos e livre de veículos.

Ainda SÁ CARNEIRO e MESQUITA (op.cit.) definem **praça**, também na realidade da cidade do Recife, como espaço livre público, com função de convívio social, inserido na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.

Considerou-se, nessa pesquisa, a classificação de SÁ CARNEIRO e MESQUITA (op.cit.) sobre parques e praças porque a definição apresentada é baseada na realidade do Recife. Embora esse estudo tenha uma abrangência mais ampla, é na cidade do Recife que foi realizada a pesquisa de campo.

As mudanças tecnológicas das últimas décadas e fenômenos sociais e econômicos, como o problema da violência nos grandes centros urbanos, têm acarretado transformações culturais e alterações de hábitos das pessoas. Outros pontos de encontro, como *shopping centers*, vêm surgindo como opção não apenas de compras, mas também de lazer, principalmente para os que se sentem cada vez mais ameaçados pela violência em espaços livres públicos. A televisão, o vídeo cassete, o DVD levaram o cinema para o interior dos domicílios, gerando novos 'pontos de encontro'. Ainda como forma de suprir a carência de convívio social, o advento do computador e a expansão da rede 'internet', geraram 'praças virtuais', onde as pessoas se 'encontram' para estabelecerem novas formas de comunicação, em 'bate-papos cibernéticos'.

Esses novos tipos de lazer exacerbam o sedentarismo de boa parte da população, trazendo danos à saúde, ao lado dos aspectos positivos de ampliação de ganhos culturais.

Observa-se que nas cidades brasileiras os espaços livres públicos, parques e praças, não têm a mesma freqüência de épocas anteriores à expansão dessas tecnologias modernas, quando havia mais segurança no exterior das habitações. Mas se percebe que as pessoas continuam a demandar espaços de convivência, acolhedores e atraentes, que possam responder a diferentes interesses e conveniências da população citadina e abrigar manifestações afirmativas da cidadania. Os parques e praças das grandes cidades, mesmo quando não dispõem de mobiliário e equipamentos adequados, ainda são freqüentados por variados segmentos da população, em busca de entretenimento, oportunidades de prática de esportes, locais de encontro dos aposentados, locais para as crianças brincarem, etc. E, nas aglomerações de menor porte, o 'bater pernas' na 'pracinha', para ver e ser visto ainda constitui uma prática da juventude, que a modernidade não destruiu de todo.

O ponto de partida de maior importância no desenvolvimento conceitual de qualquer espaço livre público é a identificação dos talentos e recursos dentro da própria comunidade. Em toda comunidade as pessoas podem contribuir numa perspectiva histórica, com percepções valiosas de como funciona aquela área, e o entendimento dos pontos críticos e do que é significativo para os membros da comunidade. A obtenção dessas informações no início do processo ajudará na criação de um senso de posse pela comunidade em relação ao projeto, o que pode ser de grande benefício para todos.

A visão deve sair de cada comunidade específica. No entanto, é essencial para a visão de qualquer espaço livre público a idéia de quais tipos de atividades poderiam ocorrer no local. A concepção de que o local deva ser agradável, que deva ter uma boa imagem, e ainda que deva ser um lugar importante para as pessoas desejarem freqüentar proporciona um sentimento de orgulho nas pessoas que vivem e trabalham na área circundante.

Parte-se, então, do pressuposto de que o planejamento de sistemas de informação locados nos espaços livres públicos, parques e praças, respeitando a vocação de cada logradouro e levando em consideração as necessidades e participação dos usuários, pode contribuir de forma positiva para a renovação desses espaços de convivência coletiva.

Neste sentido, esta proposta de pesquisa tem como ponto de partida questionamentos, tais como:

Que tipos de informação já foram e/ou estão sendo implantados, em programas de requalificação das cidades, na renovação desses espaços livres públicos de convivência – parques e praças?

Que tipos de informação precisam ser introduzidos nos parques e/ou nas praças, para atender as demandas dos freqüentadores desses espaços, mesmo que não explicitadas?

É nesse contexto que se situa o escopo desta pesquisa sobre sistema de informação para os espaços livres públicos: parques e praças. Escolheu-se para o estudo empírico o Parque 13 de Maio e a Praça da República, localizados na cidade do Recife, Pernambuco. Trata-se de espaços com grande diversidade sócio-cultural, por onde circulam pessoas de todas as idades, com níveis culturais e educacionais diversos e com atividades variadas e interesses distintos. Sua importância na história urbanística do Recife e sua

condição de principais espaços públicos do centro da cidade influenciaram decisivamente na escolha no campo de estudo da pesquisa.

Objetivos

O objetivo geral é criar diretrizes para elaboração de Sistemas de Informação para os espaços livres públicos, parques e praças, com a finalidade de dotar esses logradouros de elementos informativos, entre outros de: de orientação espacial, de difusão cultural, de educação ambiental, de preservação dos bens públicos, necessários a uma mais completa fruição do ambiente pelos usuários. Para tanto, devem-se considerar as habilidades e limitações desses usuários e adequar as informações às características específicas do tipo de logradouro.

A definição de diretrizes está atrelada à identificação dos requisitos essenciais à elaboração de projetos de sistemas de informação, que subsidie a requalificação dos espaços livres públicos proposta na pesquisa. Assim, nessa pesquisa, o termo diretriz assume a acepção, apresentada pelo NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1975), 'de conjunto de procedimentos que deverão ser seguidos' pelo designer da informação e/ou ergonomista no planejamento e nos projetos de sistemas de informação para os espaços livres públicos: parques e praças.

Referimo-nos aos usuários dos parques e praças como usuários diretos (público em geral, crianças, idosos, portadores de deficiência) – e indiretos – comerciantes informais, pessoal de manutenção, agentes de segurança ou de disciplina do trânsito.

Para atingir este objetivo geral, faz-se necessário definir objetivos específicos:

- Identificar os tipos de informação essenciais aos espaços livres públicos;
- Qualificar os tipos de informação referentes às características específicas dos espaços livres públicos que subsidie os sistemas de informação para os parques e praças.
- Contribuir para estudos em ergonomia do ambiente construído.

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa de campo é a de Análise Sistêmica do Sistema Humano-Tarefa-Máquina, de Anamaria de Moraes (MORAES E MONT'ALVÃO, 2000) adaptando as etapas da apreciação e da diagnose ergonômica. A utilização dessa metodologia vai proporcionar os meios necessários para o levantamento e análise das informações dos parques e praças da Cidade do Recife PE, que levará à elaboração da proposta da pesquisa, ou seja, à criação de diretrizes destinadas à elaboração dos sistemas de informação para parques e praças.

No objeto teórico, faz-se um levantamento bibliográfico e documental que fundamenta o desenvolvimento da pesquisa.

No objeto empírico, realiza-se uma pesquisa exploratória em quatro parques e quatro praças da cidade do Recife, fazendo-se as observações assistemáticas na etapa da apreciação ergonômica. São observados o perfil dos usuários, a função principal dos parques e praças, o contexto urbanístico em que os parques e praças estão inseridos, a tipologia dos parques e praças, observando a relação do usuário com o mobiliário urbano e o uso do espaço considerando o comportamento, os hábitos e as atividades dos usuários. Nesta fase, ainda são observados os tipos de informações existentes nos parques e praças, relacionando-os com as necessidades dos usuários e com as características do tipo de logradouro.

Na etapa da diagnose ergonômica, as questões observadas na etapa anterior são avaliadas com maior profundidade, através da elaboração e aplicação de questionários e entrevistas estruturadas. Nesta etapa foram definidos um parque e uma praça localizados em uma mesma RPA – Região Político Administrativa da Cidade do Recife, para aplicação do questionário, escolhendo-se o Parque 13 de Maio e a Praça da República. Foram definidos para as entrevistas técnicos e gestores públicos da PCR Prefeitura da Cidade do Recife. Realizada a análise comparativa dos questionários com as entrevistas foi feito o diagnóstico que serviram de base para a criação das diretrizes para elaboração de sistemas de informação para parques e praças.

Justificativa

Esta pesquisa tem enfoque no estudo da ergonomia, com ênfase na ergonomia informacional, na ergonomia cognitiva, na ergonomia do ambiente construído e na ergonomia cultural, considerando os princípios de desenho universal e da acessibilidade integral.

Neste sentido, observa-se que existem poucos estudos na literatura pesquisada sobre ergonomia dos espaços livres públicos, justificando-se assim a escolha da temática em causa.

Os sistemas de informação usando o mobiliário urbano nos parques e praças, no contexto contemporâneo, diferenciam e valorizam esses espaços livres públicos, definindo padrões de qualidade. Abre-se, assim, um novo campo de atuação para os designers. É nesse contexto que se insere o foco da pesquisa.

Princípios norteadores da pesquisa

Apresentam-se aqui as principais áreas da pesquisa e suas inter-relações:

No esquema gráfico (figura 1) foram desenvolvidos dois conjuntos - o primeiro enfatiza a interseção das áreas da pesquisa. O segundo conjunto apresenta as ênfases da ergonomia na qual a pesquisa se apóia.

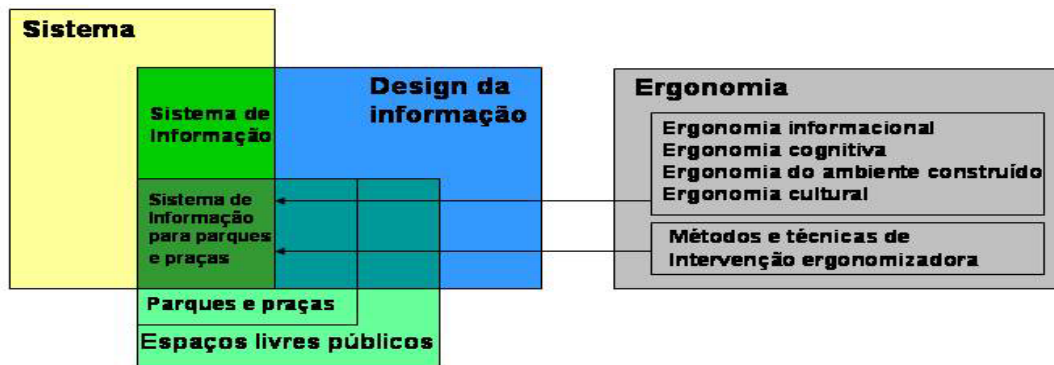


Figura 1

Áreas da pesquisa

Estrutura da pesquisa

A pesquisa consta de quatro capítulos, descritos a seguir:

Inicialmente faz-se a introdução à pesquisa que se apresenta.

No primeiro capítulo, no objeto teórico e focalizando o conteúdo urbano, faz-se a revisão da literatura, apresentando os princípios norteadores da pesquisa, abordando os conceitos sobre sistemas, design da informação e as ênfases da ergonomia na qual a pesquisa se apóia – ergonomia informacional, ergonomia cognitiva, ergonomia do ambiente construído e ergonomia cultural. Na ergonomia informacional, abordam-se os seus conceitos básicos, a percepção humana e ambiental, a sinalética e os sistemas de sinalização urbana – a sinalização de trânsito e a sinalização turística e de serviços. Na ergonomia cognitiva, faz-se referência à ciência da cognição, enfocando as linguagens verbais e visuais no conhecimento humano. Na ergonomia do ambiente construído estuda-se o espaço urbano, abrangendo o espaço livre / espaço edificado, o desenho universal, acessibilidade integral, barreiras arquitetônicas e mobiliário urbano e finalmente, na ergonomia cultural, estudam-se os valores e percepções culturais de grupos sociais.

No ambiente urbano, estuda-se a cidade contemporânea compreendendo os parques e as praças como subsistema dos espaços livres públicos inseridos no sistema geral organizado como cidade. Nesse capítulo, discute-se também a vivência das pessoas nos parques e nas praças. Ainda são definidos os critérios utilizados para escolha dos parques e praças para a pesquisa.

No segundo capítulo, no objeto empírico, realiza-se o estudo de campo.

São estudados os métodos para análise do ambiente construído no espaço urbano. São estudados também os métodos de ergonomia informacional para avaliação de sistemas de informação.

Apresentam-se os resultados obtidos na apreciação ergonômica referente à pesquisa exploratória realizada. A apreciação ergonômica realiza-se através de observação e entrevistas assistemáticas com os usuários dos parques e praças, visando levantar e qualificar os tipos de informação e determinar a tipologia do usuário a ser investigado. Realiza-se também a problematização e a sistematização.

Na apreciação ergonômica, também são observados e identificados o mobiliário urbano, mais especificamente as sinalizações de vários parques e praças; o uso efetivo que as pessoas dão àquelas áreas, considerando os elementos simbólicos existentes, analisando o contexto urbanístico em que os parques e praças estão inseridos, além dos aspectos que possam interferir no processo de transmissão das informações.

Apresentam-se ainda os resultados obtidos na diagnose ergonômica. As questões observadas na fase anterior são avaliadas com maior profundidade, através da aplicação de questionários, de entrevistas estruturadas e de observações sistemáticas, sobre o uso que as pessoas fazem da área em estudo.

Apresentam-se as opiniões dos usuários da Praça da República e do Parque 13 de Maio sobre Informações adequadas aos espaços livres públicos – parques e praças, com análise comparativa em relação à opinião dos técnicos e gestores públicos da PCR Prefeitura da Cidade do Recife.

No terceiro capítulo apresentam-se às diretrizes para elaboração de sistemas de informação para os espaços livres públicos, parques e praças, contemplando as áreas de risco, circulação, uso, tipos de usuários, tipos de informação, acessibilidade à informação. Esta proposta tem como meta refletir os anseios e as necessidades dos usuários. Fazem-se os comentários e considerações da proposta.

Por fim, no quarto capítulo, apresentam-se às conclusões, com os comentários finais do estudo e as propostas de desdobramentos da pesquisa.

Capítulo 1

1. Revisão da Literatura – objeto teórico e delimitação do tema

1.1 Princípios norteadores da pesquisa

1.1.1 Sistema

O elemento importante nesse estudo é a leitura da cidade como sistema. Espaço público, espaço privado, elementos arquitetônicos, históricos, culturais, tecnológicos e informacionais são considerados aqui como sub-sistemas de um sistema maior chamado cidade.

Neste sentido, MORAES e MONT'ALVÃO (2000) afirmam que considerar um sistema como sendo constituído de subsistemas, e sendo, por sua vez, um sub-sistema de um sistema maior, é expresso na literatura de teoria geral de sistemas sob a denominação de ordem hierárquica de sistemas.

O objetivo dessa pesquisa é criar diretrizes para a elaboração de sistemas de informação para os espaços livres públicos a fim de identificar, sistematizar e consolidar tanto dados de conhecimento, como elementos práticos e instrumentais que permitam adequar os parques e praças a cada meio, cultura e realidade como veículos de educação.

Neste sentido, TEIXEIRA Jr. (2001) explica que as ações no espaço urbano ocorrem em uma realidade social estruturada em termos de sistemas, ou seja, num conjunto de regras e de lógicas de procedimento que, nos mais diversos âmbitos, tende a regular o comportamento dos seres humanos.

Nesta pesquisa, considera-se sistema de informação um grupo estruturado de informações que tem como meta facilitar o processo de decodificação da relação humano-mensagem visual.

Para MARTINS e MORAES (2002) o sistema humano-mensagem visual é o conjunto formado pelo aparelho psíquico e visual do homem, interagindo a fim de transformar em novos pensamentos as mensagens visuais que chegam, comparando-as com as informações armazenadas na memória.

PASSINI (1984), ARTHUR e PASSINI (1992) conceituam decodificação em termos de solução de problema abrangendo três processos amplos: 1. tomada de decisão e o desenvolvimento de um plano de ação para alcançar um destino; 2. a execução da decisão, transformando o plano em comportamento

nos locais apropriados ao longo do percurso e 3. percepção e cognição (processamento de informação), estabelecendo a informação necessária para tomar e executar decisões.

Assim, a decodificação se refere às habilidades cognitivas e comportamentais, associadas com o propósito de alcançar um destino físico. E a intensidade da decodificação vai depender da linguagem empregada e de como a mensagem é apresentada.

A informação gráfica transmitida através de suportes físicos inseridos nos espaços livres públicos (placas, mapas, marcos, etc.) ou de informações efêmeras fornecidas aos usuários através de banners, folders, folhetos, etc... são sistemas e têm por finalidade a transmissão de informações ambientais, históricas, turísticas, culturais, etc. através de símbolos gráficos alfabéticos ou pictográficos.

BINS ELY (2002) afirma que a qualidade dos sistemas de informação gráfica está ligada a uma série de variáveis que vão desde as características do usuário, passando pela locação dos sistemas, até as características físicas e de composição do próprio sistema.

Como a informação é uma parte integral de toda a atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são moldados (não determinados) pelo novo meio tecnológico. Mas também é essencial identificar a lógica embutida no novo paradigma tecnológico, como explica CASTELLS (1999).

CASTELLS (op.cit.) ainda afirma que a era da informação está introduzindo uma nova forma urbana, a cidade informacional. Apesar da diversidade extraordinária dos contextos físicos e culturais, há algumas características comuns fundamentais no desenvolvimento transcultural da cidade informacional. É crescente a convergência de tecnologias específicas para sistemas integrados, facilitando dessa forma, a comunicação da sociedade e das pessoas.

A convergência de tecnologias é essencial para o processo, como explica CEBRIÁN (1999). Diante das técnicas de substituição daqueles com as quais estávamos acostumados – o automóvel substitui a diligência, o avião, o trem de ferro, o fax, o correio ou o telégrafo – o mundo digital provoca a integração

de todas elas. Assim, as novas tecnologias podem contribuir para uma revalorização dos espaços livres públicos: parques e praças, utilizando o meio ambiente propício ao desenvolvimento de fontes informacionais da sociedade.

Com esse enfoque, a pesquisa procurará apreender as necessidades de informação dos usuários dos espaços livres públicos: parques e praças, não como elementos isolados, mas nas suas inter-relações. Essa abordagem deverá permitir a definição de diretrizes para elaboração de sistema de informação, que forneça ao público freqüentador de tais ambientes, um conjunto de informações de orientação espacial, de difusão cultural, de educação ambiental, de preservação dos bens públicos, etc. estruturadas num todo orgânico, sistematizado.

1.1.2 Design da Informação

PASSINI (1999) aborda o design da informação como um conjunto de técnicas de comunicação (textos, gráficos, imagens, pictogramas, mapas, ilustrações...), desenvolvido para auxiliar o uso de produtos ou orientar comportamentos no espaço físico.

Como observa PASSINI (op.cit.), não se trata de um termo novo, mas de uso crescente na atualidade, como uma expressão 'guarda chuva', que cobre o planejamento de uma gama variada e ampla de meios para transmitir informações.

As pessoas estabelecem metas e se servem da informação para atingi-las, superando ou contornando obstáculos. Ou seja, buscam fórmulas para solucionar problemas. O design da informação, em sua prática, propõe-se a indicar tais soluções. Assim percebemos o papel do designer da informação como de um apoio importante na solução de problemas na complexa vida contemporânea.

Por outro lado,

'O ambiente urbano e arquitetônico tem crescido de uma forma mais complexa; o simples fato de encontrarmos o nosso caminho no nosso ambiente construído, uma tarefa trivial no passado é agora um desafio diferente. Em consequência, o design da informação e a sua eficiente comunicação são mais cruciais do que nunca' (PASSINI, 1999).

De acordo com a teoria peirceana, NÖTH (1995) explica que toda comunicação visual, incluindo símbolos, tem três dimensões distintas – semântica, sintática e pragmática – apontando que a força e a fragilidade de todo símbolo podem ser avaliadas em relação a essas bases de comunicação.

COSTA (1989), utilizou, em um dos seus experimentos, essas três dimensões para a obtenção da limpeza formal e expressiva de pictogramas para evitar os aspectos ambíguos e tão comuns como a clareza, legibilidade e compreensibilidade, que na prática, resultam em dificuldades no entendimento dos símbolos gráficos.

O aspecto semântico trata do domínio da semântica. Concerne a relação entre os signos e seus significados. Neste sentido, COSTA (op.cit.) elaborou questões para que, na prática, se possam identificar a eficiência ou eficácia da informação.

- O pictograma representa bem a mensagem?
- As pessoas compreenderão facilmente a mensagem?
- As pessoas de diferentes níveis culturais terão dificuldade de compreender a mensagem?
- As pessoas de idade avançada conseguirão entender a mensagem?
- O pictograma em questão já foi largamente difundido?
- Contém elementos que não estão diretamente relacionados com a mensagem?

O aspecto sintático trata do domínio da sintaxe. Inclui a relação entre signos. Refere-se à relação dos pictogramas com eles mesmos para serem usados, na prática, para resolver a disfunção sintática da comunicação. COSTA (op.cit.) nesse sentido, elaborou alguns questionamentos:

- A que se parece este pictograma?
- Estão seus elementos integrantes relacionados entre si?
- Tem relação com os demais pictogramas do sistema?
- O pictograma está comprometido com a hierarquia da percepção?
- Os elementos mais importantes são percebidos primeiro?
- O pictograma e seus elementos podem ser sistematicamente aplicados a diferentes conceitos inter-relacionados?

O aspecto pragmático é o estilo individual que trata da relação entre os signos e seus criadores, os signos e seus emissores, os signos e seus receptores. Ainda COSTA (op.cit.) elaborou questionamentos, na dimensão pragmática:

- O pictograma pode ser visto com facilidade?
- A visualização está sendo afetada por más condições de iluminação, ângulo de visão oblíquo ou outro 'ruído visual'?
- Permanece visível ao longo da escala de distância da visão?
- É fácil ser reproduzido?
- Pode ser facilmente ampliado ou reduzido sem perda de qualidade?

O design da informação guarda relação muito estreita com o design gráfico. Os dois tratam da apresentação da informação e da comunicação.

Neste sentido KINROSS (1992, apud PASSINI, 1999) observa que o design gráfico tem suas raízes no estilo Art Décor; daí talvez sua tendência a dar relevo à aparência e a expressar valores estéticos contemporâneos.

Já o design da informação dá mais realce à comunicação, referindo-se tanto ao conteúdo quanto à forma, como afirma SLESS (1992, apud PASSINI, 1999). O design da informação apóia-se em diferentes disciplinas – como a teoria da informação e ciências cognitivas.

'O conhecimento básico para o designer da informação emerge das ciências comportamentais, em particular da psicologia cognitiva. Está também ligado à ergonomia e à psicologia ambiental. Aqueles que questionam a contribuição dessas ciências para o design da informação não compreendem o papel da ciência. A ciência não fornece soluções, ela simplesmente fornece informação e conhecimento que designers podem usar para desenvolver soluções e novas abordagens. Seria irônico se designers – que projetam informação de tal modo que outros possam resolver problemas – falhassem no uso da informação para resolver as suas próprias dificuldades" (PASSINI, 1999).

Neste sentido, o objetivo do design da informação não deve ser visto simplesmente como a produção de informações, pois estas não se constituem um fim em si mesmas, e sim atingir uma meta mais geral do design. Não se trata, pois, apenas de projetar sinalizações, mas de transmitir informações eficazes, para que as pessoas possam encontrar satisfatoriamente os destinos desejados. PASSINI (op.cit.) enfatiza que a medida da qualidade para um design não é simplesmente o produto projetado é, sobretudo, o comportamento e a satisfação dos usuários.

O design deve levar em conta as decisões dos usuários. As decisões não são atos isolados. Estão ligadas entre si e essas ligações dão o significado completo num contexto de solução de problemas.

Planos de decisão são hierarquicamente estruturados. Na base da hierarquia as decisões nos levam diretamente a ações comportamentais. PASSINI (op.cit.) enfatiza que a lógica que liga decisões em um plano de decisão é a mesma que liga informação em um sistema de informação. Assim, um sistema de informação é um grupo estruturado de informações que corresponde a um modo de resolver um problema de decodificação.

1.1.3 Ergonomia

A definição oficial de ergonomia, adotada pela IEA - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ERGONOMIA (IEA – INTERNATIONAL ERGONOMICS ASSOCIATION, 2000) cita o ambiente como um dos campos onde a contribuição do ergonomista se faz necessária.

‘Os ergonomistas contribuem para o planejamento, projeto e a avaliação de tarefas, postos de trabalho, produtos, ambientes e sistemas de modo a torná-los compatíveis com as necessidades, habilidades e limitações das pessoas’.
(IEA – INTERNATIONAL ERGONOMICS ASSOCIATION, 2.000).

É na cidade onde se pode encontrar uma grande complexidade na interação do homem com o seu entorno. São inúmeras as possibilidades a serem consideradas e a diversidade das características humanas, sejam físicas ou psicológicas é um fator de mensuração.

Na interação dos usuários com o ambiente urbano e com outras pessoas, a ergonomia, através dos estudos sobre a acessibilidade universal, colabora na redução dos constrangimentos, permitindo assim, a participação do maior número de usuários na utilização do espaço de maneira intuitiva, segura e confortável.

Neste sentido, a IEA (2000) define que:

‘A Ergonomia (ou Fatores Humanos) é uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e outros elementos ou sistemas, e à aplicação de teorias, princípios, dados e métodos a projetos a fim de otimizar o bem estar humano e o desempenho global do sistema’.

Continua

‘Assegurar que a utilidade dos produtos e a qualidade da interação se adequem aos requisitos do usuário, às atividades da tarefa e ao contexto em que o produto será usado significa estabelecer a usabilidade como objetivo específico e fundamental para o design – ergodesign. O desafio consiste em integrar às

necessidades do usuário, design e avaliação da usabilidade num processo de ergodesign holístico e interativo' (MORAES e MONT'ALVÃO, 2000).

Progressivamente, a área de interesse e aplicação da Ergonomia vem se expandindo, como atestam definições contemporâneas. Assim CHAMPANIS (1996 apud SOARES, 2002) definiu:

'Ergonomia é um corpo de conhecimentos sobre as habilidades, limitações e outras características humanas que são relevantes para o design. Projeto ergonômico é a aplicação da informação ergonômica ao design de ferramentas, máquinas, sistemas, tarefas, trabalhos e ambientes para o uso humano seguro, confortável e efetivo. A palavra significativa nestas definições é design, porque ela nos separa de disciplinas puramente acadêmicas como antropologia, fisiologia e psicologia'.

KARWOWSKY (1996 apud SOARES, 2002) apresenta definição na mesma linha conceitual:

'A Ergonomia, também conhecida como *fatores humanos*, é uma disciplina científica que trata interação entre os homens e a tecnologia. A Ergonomia integra o conhecimento proveniente das ciências humanas para adaptar tarefas, sistemas, produtos e ambientes às habilidades físicas e mentais das pessoas'.

PHESANT (1997, apud SOARES, 2002) conceituou assim a abordagem ergonômica enfocando os princípios do design centrado no usuário:

'Se um objeto, um sistema ou um ambiente é projetado para o uso humano, então seu design deve se basear nas características físicas e mentais do seu usuário humano. O objetivo é alcançar a melhor integração possível entre o produto e seus usuários, no contexto da tarefa (trabalho) que deve ser desempenhada. Em outras palavras: Ergonomia é a ciência que objetiva adaptar o trabalho ao trabalhador e o produto ao usuário'.

Neste sentido, a ergonomia é uma disciplina que tem o ser humano como seu foco principal e, a partir de sua interação efetiva com os princípios do design universal, pode-se projetar produtos adequados para o maior número de usuários sem comprometer os valores estéticos e funcionais.

Recorre-se aqui aos conceitos teóricos da ergonomia nas ênfases – ergonomia informacional, ergonomia cognitiva, ergonomia do ambiente construído e ergonomia cultural para proceder ao desenvolvimento empírico da pesquisa, através de seus métodos ergonomizadores, respeitando a interface do sistema

humano-mensagem visual, dentro do contexto do ambiente, a fim de definir diretrizes para elaboração de sistemas de informação.

Ergonomia Informacional

A ergonomia inicialmente foi referenciada pelas duas ciências: a psicologia e a fisiologia, que forneceram dados sobre o funcionamento físico, psíquico e cognitivo do homem. Com o avanço da tecnologia, a ergonomia absorveu outros conhecimentos científicos. Assim, a ergonomia direcionou seu foco no desenvolvimento da relação entre os seres humanos e a tecnologia.

Como tecnologia operativa, conforme indicam MORAES e MONT'ALVÃO (2000), a ergonomia informacional contribui, segundo o objetivo específico do projeto, na elaboração de parâmetros variados, tais como: **parâmetros urbanos** – planejamento e projeto do espaço da cidade, sinalização urbana e de transporte, terminais rodoviários, ferroviários, metroviários; áreas de circulação e integração; áreas de repouso, de lazer, de esporte e entretenimento;...**parâmetros informacionais** – visibilidade, legibilidade, compreensibilidade e quantidade de informação, priorização e ordenação, padronização, compatibilização e consistência, componentes sógnicos – caracteres alfanuméricos e símbolos iconográficos – de sistemas de sinalização ou de orientação, de painéis sinóticos, etc...

Para MORAES (2002), a recepção das mensagens surge como um processo que abrange quatro fenômenos distintos: **a atenção** que depende do nível de alerta do organismo; **a percepção** que se constitui num processo ativo e que se realiza no contexto de uma cultura; **a compreensão** que se dá quando há uma correspondência entre os sentidos da mensagem atribuídos pela fonte e pela audiência e a **memorização**, que é a aceitação da mensagem.

Na abordagem ergonômica de espaços urbanos, ganha relevo o problema da orientabilidade.

A orientação é um processo cognitivo que abrange a capacidade dos indivíduos de se situarem mentalmente e fazerem deslocamentos numa dada situação física. A orientação depende das informações disponíveis no ambiente e da habilidade dos indivíduos para perceberem e servirem-se de tais informações.

Se a informação ambiental não for percebida ou processada, os deslocamentos dos usuários em um dado espaço serão dificultados. Fatores diversos podem

atrapalhar o processamento da informação: mensagens deficientes, pouco claras ou conflitantes, excesso de informação, etc...

A tomada de decisão é o desenvolvimento de planos para se atingir os destinos desejados.

A execução da decisão será a transformação dos planos em comportamento físico no tempo e no espaço. Ela será facilitada pelo eventual conhecimento do usuário sobre o ambiente, ou pela presença de elementos de informação ambiental em pontos adequados, para tomada de decisão.

Na questão ambiental, a ergonomia informacional apóia o design via elaboração de sistemas de informação, que transmitam aos usuários dos espaços livres públicos, os elementos de orientação de que necessitam – através de meios físicos variados, permanentes ou transitórios: placas, sinais, displays, *banners*, mapas, etc.

Para a ergonomia informacional o importante é a comunicação, a forma como a mensagem é transmitida, o meio pelo qual é transmitido e a maneira como o usuário responde aos estímulos do ambiente.

Sinalética

COSTA (1989) conceitua sinalética como a parte da ciência da comunicação visual que estuda as relações funcionais entre os signos de orientação no espaço e os comportamentos dos indivíduos. Ao mesmo tempo é a técnica que organiza e regula essas relações.

Entendendo a sinalética como a relação dos indivíduos com o seu entorno, COSTA (op.cit.) afirma que um sistema de informação deva ser instantâneo e inequívoco tanto utilizando sinais visuais quanto mensagens espaciais de comportamento.

Entende-se, dessa forma, que a finalidade da sinalética é a oferta *in loco* aos usuários dos espaços livres públicos ou privados de informações imediatas, para a sua correta orientação e tomadas de decisão em relação a essas informações.

A sinalética se serve de códigos universais de sinais e símbolos, organizados sistematicamente, para transmitir as mensagens informativas desejadas ao maior número possível de destinatários.

Na sua estratégia de comunicação, a sinalética apóia-se numa distribuição lógica de mensagens fixas, localizadas em pontos-chave do ambiente, nos quais os usuários do sistema informativo poderiam ter dúvidas sobre o que fazer / para onde seguir.

A sinalética trata, pois, dos elementos constitutivos do próprio produto desta pesquisa – sistemas de informação.

Percepção do espaço urbano / novas tecnologias

A expansão acelerada e contínua do tecido urbano de nossas grandes cidades e o crescimento explosivo das necessidades de transporte tem acarretado drástica desfiguração do ambiente urbano, no domínio da comunicação visual. Uma explosão de imagens, símbolos e signos perpassam o labirinto de diferentes estilos arquitetônicos que compõem a cidade.

Segundo NOJIMA (1999), a cidade é um espaço de comunicação onde o indivíduo se orienta e se move. E, não obstante todas as transformações, é na configuração das ruas, das praças, dos lugares, que a cidade se caracteriza.

E, como observa CERBINO (2000), é nesta configuração que se percebem as relações espaciais e temporais que se desenrolam no campo do design gráfico, no qual discurso e imagem configuram-se neste processo e se inserem no imaginário social. A visualidade encontrada nas ruas é uma transcrição de sua construção simbólica e a prática do design opera como agente transformador da história material e cultural de uma determinada formação urbana.

Os processos de transformação econômica e social vão deixando nas cidades marcas ou sinais que narram uma história não verbal, perpassada por imagens e 'máscaras', as quais visualizam conjuntos de valores, hábitos, usos, interesses, crenças e desejos, que, ao longo do tempo, têm nutrido o **viver cotidiano** nos espaços urbanos.

Muitos dos agentes e instituições (privadas e públicas), presentes e atuantes na cidade expressam seus discursos na linguagem gráfica do design: empresas de diferentes setores, como as financeiras e midiáticas, por exemplo, exibem suas marcas nas ruas, em placas, letreiros, edifícios, etc., – todos procurando transmitir algum tipo de mensagem, para diferentes públicos.

FERRARA (1993) constata que a cidade contemporânea esvazia-se de manifestações culturais que tinham a multidão e o indivíduo como personagens que expressavam suas emoções em público.

E CERBINO (2000) explica que este esvaziamento é percebido através da mudança da própria imagem da cidade, na medida em que as transformações desses espaços ocorrem de forma cada vez mais veloz e acentuada. O autor (op.cit.) afirma ainda que os atores urbanos constroem lugares, espaço no espaço que representam marcas diferenciais de apreensão da cidade.

A cidade, portanto, não é somente o lugar de abrigo, refúgio e proteção. Ela se faz também aparato de comunicação, de deslocamento, de relação e, igualmente, de veiculação de alguns conteúdos urbanos, tais como – informações publicitárias, com seu caráter político, comercial ou cultural.

No final do século XX ocorreu uma mudança tecnológica que vem alterando drasticamente as relações econômicas, sociais, políticas e culturais, que substituem o paradigma industrial pelo informacional e que foi debatido com vigor por Marshall McLuhan nos anos 1960.

Observa-se a formação de uma sociedade informacional e uma revalorização de áreas específicas para se criar o meio ambiente propício ao desenvolvimento de fontes informacionais da sociedade.

Acompanhando o desenvolvimento tecnológico da informática e seu impacto na estruturação espacial urbana, nos casos de Multimídia, podemos perceber que a fluidez tecnológica possibilita a instrumentalização de políticas urbanas compatíveis com a dinâmica econômica própria a cada tecnologia. Vê-se então aí a conjunção de benefícios do desenvolvimento tecnológico e econômico da cidade, aliado a uma política de valorização urbana.

Segundo DUARTE (2005), a fluidez das tecnologias informacionais não necessita de grandes planos territoriais em extensas áreas e por longos anos. Enfatiza ainda o autor que uma política também fluida pode trazer benefícios para regiões urbanas já consolidadas. As redes informacionais são criadas onde os fluxos podem trafegar, não pedindo novos espaços, mas se infiltrando nos já existentes, cabendo às políticas urbanas usá-las estrategicamente, valorizando seus espaços fixos.

As imagens aqui apresentadas são exemplos de tecnologias da comunicação em ambientes urbanos: Várias empresas públicas e privadas utilizam novas tecnologias para facilitar as atividades dos cidadãos e consumidores, beneficiando-os com mais conforto e melhor qualidade de vida.

Tais tecnologias possibilitam compactar um grande volume de dados e informações, a serem postos à disposição de usuários de espaços livres públicos, parques e praças, sem congestioná-los com excesso de placas ou outros veículos de comunicação.

A exemplo disso, apresentam-se aqui algumas aplicações já implantadas para uso público, nas áreas de serviços e publicidade, tanto no Brasil como em cidades da Europa.

A figura 2 mostra a máquina de auto-atendimento na venda de bilhetes de trem, Amsterdam, Holanda, 1996; a figura 3 mostra também uma máquina de auto-atendimento para venda de bilhetes de trem em Paris, França, 1996.



Figuras 2 e 3

fotografias de Hazan, Vera Magiano

A figura 4 mostra o totem eletrônico com bancos de dados da cidade, Turim, Itália, 1998 e a figura 5 mostra um totem eletrônico com informações turísticas em Nice, França, 1996.



Figuras 4 e 5

Fotografias de Hazan, Vera Magiano

A figura 6 mostra um totem eletrônico Publinet, Rio de Janeiro, 1999.



Figuras 6

Fotografias de Hazan, Vera Magiano

Apresentam-se ainda novas tecnologias aplicadas especificamente em parques urbanos com variadas funções.

Segundo a FORESTRY COMMISSION (2006), estão em uso sistemas eletrônicos e digitais de tecnologias recentes e sendo aplicados em Parques Florestais da Grã-Bretanha. A REB (Radio and Electronic Branch) tem consultoria para a adequação e utilização desses recursos para reservas florestais, parques urbanos ou mesmo para uso privado.

Esses são alguns sistemas aplicados em parques urbanos na Grã-Bretanha:

- Sistemas de Vídeo ativados por sensores de movimento – com vários modos de utilização: filmagem da natureza selvagem acompanhada por monitores remotos e processada para distribuição pela internet ou para gravação em DVD; vigilância investigativa para monitorar atividades programadas ou para fiscalizar, coibir e processar violações como despejo de lixo ou roubo de madeira; monitoramento de tráfego tanto motorizado como de pedestres ou ciclistas.
- Sistemas Interativos para uso de visitantes – com gravadoras de DVD e painéis eletrônicos, com múltipla finalidade tanto para orientação de visitantes como para mostrar filmes educativos ou expor as diversas atrações do Parque, ou ainda obter comentários, sugestões e reações dos usuários.
- Sistemas Eletrônicos para contagem de pessoas e veículos tanto para áreas florestais como para as áreas recreativas (lagos, áreas de piquenique, etc.) com possível discriminação da hora, tipo de transporte ou outros dados significativos.
- Sistemas Complementares como circuitos fechados de tv (CCTV) e mais recentemente WiFi câmeras que permitem o arquivo de imagens em “Servers” ou, em caso de alarme, a transmissão imediata da imagem para telefones celulares; também postos de escuta, sinalização eletrônica, e sistemas de acesso controlado.

Em coerência com o enfoque deste estudo, que se apóia também no conceito de **desenho universal** – com o qual busca tornar os produtos, ambientes e elementos de comunicação acessíveis à mais variada gama de usuários – faz-se referência também aqui à existência de novas tecnologias assistivas eletrônicas que são dispositivos destinados a propiciar a pessoas portadoras de deficiências acesso, controle e usufruto do ambiente.

A possibilidade de utilização de tais tecnologias deve ser considerada no sistema de informação dos espaços livres públicos: parques e praças.

Essa abordagem revela uma percepção adequada das grandes cidades contemporâneas, da vivência nos espaços livres públicos e do papel do design nas intervenções nesses espaços. É com tal visão que se enfocará o objeto de estudo da pesquisa e a proposta de sistema de informação pretendido.

Como reflexão, a intervenção do homem como agente transformador do meio ambiente, está cada vez mais ligada a um processo cujo caráter tende a tornar-se mais efêmero na medida em que se aceleram os fatores que estão impulsionando as contínuas transformações. Esperamos, com este estudo, haver contribuído no tema da percepção do ambiente urbano, alertando sobre o respeito ao cidadão que sente carência de um espaço ordenado, pensado para as suas necessidades, um espaço com qualidade no ambiente urbano e integrado à comunicação da cidade.

Informação/comunicação/sinalização

Atualmente a presença da sinalização tornou-se indispensável para orientar as atividades humanas, seja em uma simples placa de trânsito ou em uma orientação no pátio de aeroportos. O sistema de sinalização é uma intervenção do design e deve ter como meta a eficiência na comunicação, englobando todos os seus aspectos e que responda satisfatoriamente às situações mais complexas.

PASSINI et al.(1999) classificam intervenções de design como:

- **Características especiais do meio ambiente** que definem o problema de sinalização a ser resolvido pelo visitante, incluindo a organização espacial dos destinos, assim como o sistema de circulação, as rotas para, de e entre os destinos;
- **Comunicação ambiental**, para fornecer a informação necessária para resolver o problema de sinalização, incluindo os sistemas de signos e meios arquitetônicos para permitir o reconhecimento dos elementos de direção e os destinos pesquisados.

O objetivo do projeto de sinalização é dotar os logradouros de conjunto de indicações sistematizadas, que facilitem o acesso e utilização desses espaços livres públicos especiais, sem interferências indevidas na paisagem, aumentando o conforto da população usuária e valorizando a estética ambiental.

A sinalização pode também ter como objetivo a transmissão precisa e imediata de informações indispensáveis à eficiência da comercialização, orientando os consumidores (usuários do Sistema de Sinalização) na localização de edifícios e de seus diferentes setores, facilitando o acesso aos seus pátios de estacionamento e a seus interiores, regulando comportamentos e usos, indicando serviços.

A falta de sinalização ou uma sinalização deficiente pode gerar uma série de problemas de conseqüências bastante negativas para qualquer empreendimento, prejudicando a comercialização das unidades de comércio e de serviço.

A sinalização, numa sociedade de economia de mercado, é um eficaz instrumento mercadológico, oferecendo ao consumidor um perfeito serviço de informações. É, ao lado dos demais serviços colocados à sua disposição, mais um trunfo das empresas na competição de mercado.

Para se conseguir uma boa informação e para que o sistema seja funcional é necessária uma integração perfeita entre todos os elementos que constituem o sistema de sinalização: projeto arquitetônico + identidade visual + sinalização.

Na sinalização, o uso das cores institucionais, é de fundamental importância como elemento de personalização e identificação ao ambiente, definindo com os outros elementos gráficos do Sistema de Identidade Visual, uma linguagem caracterizada, capaz de transmitir de imediato toda força da imagem da empresa / empreendimento.

Baseado no referencial teórico, esse trabalho assume a seguinte classificação:

Sistema bidimensional

- **Sistema de informação:** abrangendo a seleção e avaliação dos dados necessários para a sinalização interna, externa e das vias de acesso (placas direcionais, indicativas, marcos, painéis, mapas, etc.).
- **Sistema gráfico:** criação de elementos integrados, como símbolos (pictogramas e ideogramas), formatos, padrão cromático, tipografia, diagramação, etc... Estes elementos devem estar organizados de maneira que juntos possuam uma visibilidade clara e imediata.

Sistema tridimensional

- Sistema de suportes: utilizando material apropriado para as condições climáticas, visando à resistência, durabilidade, custo e adequação ao ambiente.

Sistema locacional

- Consiste na **orientação** da disposição (zoneamento) das placas, painéis, mapas, etc... De maneira que juntas possam cobrir todas as necessidades do empreendimento e do usuário;
- Consiste na **disposição** das placas e sinais de acordo com os elementos externos que possam interferir na visibilidade e/ou legibilidade; definição das distâncias e dos ângulos de visão do usuário.

Podemos concluir que sistemas de sinalização são produtos de design projetados e apoiados nos métodos e técnicas da ergonomia, cada um com suas características específicas, para atender às necessidades humanas, oferecendo conforto, segurança, bem-estar e prazer aos usuários.

Esse estudo é de vital importância para a pesquisa que se apresenta. A sinalização é um dos elementos do mobiliário urbano, visto como um sistema, e fazendo parte do sistema de informação para parques e praças.

- ***Sinalização urbana***

Baseado no referencial teórico, esse trabalho assume que a sinalização urbana engloba a sinalização de trânsito, turística e de serviços. A sinalização de advertência pode estar inserida tanto na sinalização de trânsito como na sinalização turística e de serviços.

A finalidade primordial de um sistema de sinalização urbana é bem orientar o público usuário, com informações precisas, simples e objetivas.

Neste sentido, a EMBRATUR (1982) afirma que a eficiência das placas depende principalmente da colocação correta, da legibilidade, da compreensão do símbolo por parte do motorista e da clareza da mensagem transmitida. Convém evitar o uso excessivo das placas, principalmente daquelas que têm como função advertir e regulamentar. Embora exista uma tolerância maior com as placas indicativas, elas devem ser utilizadas para orientar o visitante de maneira clara e direta, sem informações excessivas que possam confundi-lo.

Portanto, é vital que a sinalização urbana, seja ela de trânsito, turística ou de serviços, fique sempre bem visível, tanto à luz do dia quanto no período noturno. Para isso, deve ter dimensões compatíveis com a velocidade do tráfego e ser localizada de maneira a que o usuário receba, sem grandes esforços, as informações necessárias.

- ***Sinalização de trânsito***

O DNER Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (1982) afirma que a sinalização através de placas é um subsistema de sinalização viária, que se utiliza de dispositivos de controle de trânsito, onde o meio da comunicação (sinal) está na posição vertical, fixado ao lado ou

suspenso sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente e, eventualmente, variáveis, mediante símbolos e/ou legendas pré-reconhecidos e legalmente instituídos. Ainda define a função sinalização de trânsito como:

- **Placas de Regulamentação** – tem por finalidade informar o usuário sobre certas limitações, proibições, restrições ou obrigações no uso das vias públicas. Seu desrespeito constitui infração.
- **Placas de Advertência** – tem por finalidade alertar ao usuário sobre a existência e a natureza de possíveis perigos que não são percebidos de imediato. Suas mensagens possuem caráter de recomendação. Os sinais de advertência recomendam cuidado ao motorista no interesse de sua própria segurança, de segurança de outros usuários e de pedestres. Sinais de advertência adequados são de grande auxílio para os usuários e são valiosos para a segurança e fluência do trânsito. Contudo o uso dos sinais de advertência deve ser reduzido ao mínimo necessário; seu emprego freqüente e desnecessário leva os usuários a descrédito na importância da sinalização.
- **Placas de Indicação** – tem por finalidade guiar o usuário no curso de seu deslocamento e fornecer informações sobre as direções, as distâncias e os serviços auxiliares, podendo também ter como função a educação do usuário. Suas mensagens possuem caráter informativo ou educativo.

Para se atingir os objetivos desses diferentes sistemas (sinalização de trânsito, turística e de serviços), é necessário evitar o uso excessivo de placas e indicações, que acabaria por confundir o usuário com uma pletora de informações, além de provocar a poluição visual da paisagem.

MARTINS (1996) considera 7 (sete) condições para a solução das interferências ou possível poluição visual causada pela sinalização turístico-cultural: 1. A comunicação deve ser principalmente visual, considerando a necessidade da informação e da sinalização turístico-cultural estarem bem definidas visualmente, tanto para as imagens (cores e símbolos) como para os textos-imagens (logotipos) ou para os gráficos (esquemas, quadros e composição); 2. A comunicação deve ser

percebida rapidamente, considerando a limitação do espaço de tempo que o usuário dispõe para captar a informação e do movimento do usuário tanto a pé como motorizado; 3. A comunicação deve combinar frases visuais e frases léxicas, isto é, textos reduzidos e que haja uma relação entre o texto e a imagem gráfica, utilizando adequadamente as palavras em uma gramática simples e relacionando-as com as imagens e os gráficos; 4. A comunicação deve ser programada e lógica e o critério básico deve ser o do usuário construir a mensagem baseada no que lhe interessa ser conhecido. 5. A comunicação deve estar bem organizada em função das possíveis situações do usuário, prevendo-se suas ações. 6. A comunicação deve estar bem distribuída em função da capacidade de percepção e leitura dos sinais pelos usuários; 7 A informação deve estar bem hierarquizada para permitir a solução de casos conflitivos de acumulação das informações, respeitando o critério de legibilidade e de percepção.

Em qualquer sistema de sinalização, as placas devem ser dispostas em locais bem visíveis, e com uma distância em que seja indicado com clareza o caminho a ser percorrido pelo usuário da sinalização, tanto o pedestre quanto o usuário motorizado.

Daí a importância de um planejamento racional na concepção e implantação de sistemas de sinalização de trânsito, turística e de serviços, principalmente nas áreas urbanas.

Tudo isso evidentemente implica na necessidade de um levantamento cuidadoso das informações pertinentes e de um planejamento especializado do design no sistema a ser implantado, para se obter os resultados previstos e ambicionados.

Deve-se, no entanto, atentar para o não rompimento do limite de percepção, leitura e reconhecimento dos espaços urbanos e suas edificações, que estabelecem referências visuais e ajudam a formar o senso de comunidade e de domínio desses locais. As gigantescas propagandas que cobrem muitas das áreas urbanas das médias e grandes cidades brasileiras, muitas vezes, fazem desaparecer a sua arquitetura, desfigurando assim a paisagem citadina. Os espaços livres públicos têm que ser caracterizados e decifrados como um local coletivo, pertencente, portanto, à população. Os sistemas de

informação, portanto, devem possibilitar aos usuários conviver em espaços interessantes e enriquecidos ainda pela presença de elementos artísticos.

- ***Sinalização turística e de serviços***

No caso da sinalização turística e de serviços, a EMBRATUR Empresa Brasileira de Turismo (1982) sugere que ela deve fornecer a indicação imediata da existência dos pontos de interesse a quem não conhece o local ou região. Também deve indicar de forma clara os principais serviços que a cidade oferece - dos essenciais, (edifícios-sede de poderes públicos, templos religiosos, etc.), aos turísticos (órgãos de informação turística e pontos de interesse histórico/cultural, de lazer, comércio, etc.). Tudo de modo a criar facilidade para os deslocamentos do usuário local e tornar a área mais atrativa aos usuários visitantes.

Para facilitar a orientação do usuário, convém indicar-lhe, de início, os pontos estratégicos (de lazer ou serviços – estacionamento, por exemplo), incentivando a locomoção a pé. A partir daí, a sinalização turística e de serviços deve indicar rotas para os pontos de atração, evitando confundir o turista com excesso de informações. Igual cuidado deve estar presente na disposição das placas que orientam o retorno ao centro da cidade, ou saída do bairro da área visitada.

É importante ainda que a sinalização turística e de serviços se integre harmonicamente à paisagem urbana, com o seu valor histórico e cultural; seja resistente às intempéries e, na medida do possível, protegida de depredações eventuais.

Ainda a EMBRATUR Empresa Brasileira de Turismo (op.cit.) sugere que os indicativos da sinalização gráfica vertical - sobre placas - devem transmitir com toda clareza a orientação que se deseja fornecer, sem margem para interpretação diversa. Para isso devem diferenciar-se nitidamente da sinalização de trânsito urbano - pelas estruturas dos suportes e placas, cores, localização, etc...

O Sistema de sinalização turística e de serviços - com indicações, logradouros, pontos de interesse, etc. a fim de ajudar a orientação do usuário motorizado, bem como dos que se deslocam a pé ou em

transporte coletivo, soma-se ao conjunto de placas destinadas à manutenção do fluxo de trânsito em ordem e segurança.

De acordo com o referencial teórico e com sua prática profissional, a autora considera que um efeito muito importante em um sistema bem planejado de sinalização turística e de serviços é dar visibilidade aos Programas do Governo local, como por exemplo:

- de atendimento da saúde da população;
- de apoio à educação;
- de incentivo ao desenvolvimento turístico – para dinamizar as atividades econômicas;
- de estímulo às pequenas e médias empresas;
- de campanhas educativas;

Isso certamente contribui para uma integração da comunidade com as ações da Administração Municipal, com vistas ao progresso da cidade e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, apresentam-se aqui procedimentos metodológicos para desenvolvimento de projetos de sinalização urbana, na sua prática profissional, com o objetivo de viabilizar a integração da sinalização turística e de serviços com o governo local.

- ***Procedimentos metodológicos adotados pela autora no exercício profissional sobre sinalização urbana***

1. Estudo preliminar

Análise do espaço: observação do perímetro definido para o trabalho, considerando os itens abaixo relacionados, de forma que se obtenha um diagnóstico preciso da dinâmica urbana atual, identificando conflitos e disfunções existentes, criando assim o embasamento necessário à elaboração do projeto:

- Uso do solo
- Características físico-ambientais
- Fluxo (pedestres e veículos)
- Pontos de interesse econômico, histórico e turístico
- Integração das áreas da cidade
- Levantamento de todas as informações necessárias ao desenvolvimento do projeto

Esta etapa finaliza com a definição de todos os sistemas de informação do projeto de sinalização

2. Desenvolvimento do projeto

- Desenvolvimento dos sistemas de informação e de suportes
 - Marcos / placas de rua;
 - Placas direcionais de serviços;
 - Painéis/placas/mapas de informação (referências culturais/históricas/ecológicas) / localização;
 - Placas de identificação de edificações notáveis;
- Apresentação em forma de layout de todo o projeto sinalizado.

3. Projeto Executivo

Aprovado o anteprojeto, detalha-se o sistema e especificam-se todos os dados necessários para a sua produção e implantação.

Sistema bidimensional

- Sistema de informação: abrangendo a seleção e avaliação dos dados necessários para a sinalização (placas direcionais, indicativas, marcos, painéis, mapas, etc...).
- Sistema gráfico: criação de elementos integrados, como símbolos (pictogramas e ideogramas), formatos, padrão cromático, tipografia, diagramação, etc... estes elementos devem estar organizados de maneira que juntos possuam uma visibilidade clara e imediata.

Sistema tridimensional

Sistema de suportes: utilizando material apropriado para as condições climáticas, visando à resistência, durabilidade, custo e adequação ao ambiente.

Sistema de locação: orientação da disposição (zoneamento) das placas, painéis, mapas, etc... de maneira que juntas possam cobrir todas as necessidades do empreendimento e do usuário; disposição das placas e sinais de acordo com os elementos externos que possam interferir na visibilidade e/ou legibilidade; definição das distâncias e dos ângulos de visão do usuário.

Esta etapa se encerra com a entrega do manual de uso do projeto de sinalização com todas as informações necessárias à sua execução e implantação.

Acompanhamento Técnico

O trabalho deverá ter acompanhamento de execução e implantação, por técnicos capacitados, para garantir o padrão de qualidade desejado.

A definição dos sistemas de informação no desenvolvimento de qualquer sistema de sinalização seja de trânsito, turística ou de serviços é prioritário para o êxito do projeto.

Nesta pesquisa, a elaboração de sistemas de informação tem uma abordagem mais ampla, pois extrapola os conceitos tradicionais de sistemas de sinalização. Neste caso, o sistema de sinalização dos parques e praças é um dos aspectos dos sistemas de informação para os espaços livres públicos. O sistema de informação permanente e/ou efêmero é visto como um conjunto de informações, demandadas pelos usuários, que pode contribuir para tornar esses espaços livres públicos mais integrados com a história, com a cultura dos seus usuários e com a vida da cidade.

Esta pesquisa destina-se à criação de diretrizes para elaboração de sistemas de informação para parques e praças e nesse processo de comunicação se pressupõe um corpo teórico que serve de base para o traçado de diretrizes que orientam propostas e ações estratégicas.

Assim, a definição dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento dos projetos, baseada nas diretrizes propostas nesse trabalho, depende das condições que a realidade apresenta. A consecução de objetivos de revitalização desses espaços livres públicos de convivência, baseada nos sistemas de informação, também depende da conjuntura e da hierarquização que se faça desses sistemas de informação, definidos em cada parque e em cada praça. Portanto, o conjunto de ações tem como elo de ligação a interpretação que se dá dos espaços livres públicos, das realidades historicamente traçadas e das demandas dos usuários.

Ergonomia Cognitiva

Ciência da cognição

A ergonomia cognitiva se baseia nos princípios da psicologia cognitiva. O que motiva a estudar a psicologia cognitiva é entender a mente humana com sua adaptabilidade e inteligência. Alguns psicólogos afirmam, segundo ANDERSON (2004), que o funcionamento da mente humana é consideravelmente mais complexa do que os mais complicados sistemas da tecnologia moderna.

Os mecanismos básicos que regem o pensamento humano e que a psicologia cognitiva tenta conhecer são importantes no entendimento dos tipos de comportamentos estudados por outras ciências sociais. Saber como os seres humanos pensam é importante para se compreender as razões como certas disfunções do pensamento ocorrem (psicologia clínica); como as pessoas se comportam em relação a outros indivíduos ou em grupos (psicologia social); de que maneira a persuasão funciona (ciência política); etc., ou porque as linguagens naturais apresentam certas características (lingüística). A psicologia cognitiva é, portanto, o fundamento sobre o qual todas as demais ciências sociais se apóiam.

Segundo a IEA Associação Internacional de Ergonomia (2005), ergonomia cognitiva refere-se aos processos mentais, tais como percepção, memória, raciocínio e resposta motora conforme afetem as interações entre seres humanos e outros elementos de um sistema. Os tópicos relevantes incluem o estudo da carga mental de trabalho, tomada de decisão, desempenho especializado, interação homem computador, stress e treinamento conforme esses se relacionem a projetos envolvendo seres humanos e sistemas.

Para o estudo em pauta foi restringido, no estudo da ergonomia cognitiva, o conhecimento da linguagem verbal e visual.

Literatura visual

Autores ligados a diferentes áreas de conhecimento têm procurado formular conceitos de literatura visual, mas obtendo muito poucos pontos de convergência. Isso ocorre possivelmente pelo apego dos estudiosos às visões parciais e paradigmas de suas próprias disciplinas, considerando sempre que seus enfoques seriam a contribuição mais adequada para dar conta da

temática. Tais posturas inviabilizam a formação de consenso na elaboração de uma noção teórica, com aplicação prática produtiva.

Segundo DEBES (1969 apud AVGERINOU e ERICSON, 1997) a Literatura Visual se refere a um grupo de competências da visão que um ser humano pode desenvolver ao observar e ao mesmo tempo tendo e integrando outras experiências sensoriais. O desenvolvimento destas competências é fundamental para um aprendizado humano normal. Quando desenvolvidas, elas capacitam uma pessoa visualmente literata a discriminar e interpretar as ações visuais, objetos, símbolos, naturais ou feitos pelo homem, que ele encontra no seu ambiente. Através do uso criativo destas competências, ele é capaz de se comunicar com outros. Através do uso apreciativo destas competências, ele é capaz de compreender e apreciar os principais trabalhos da comunicação visual.

BURBANK e PETT (1983 apud AVGERINOU e ERICSON, 1997) forneceram a classificação das construções dos parâmetros da literatura visual compreendendo o alfabetismo visual, como:

Percepção visual

‘Na medida em que a forma como percebemos as coisas influencia o nosso aprendizado, formação de conceito, habilidade em solucionar problemas e desenvolvimento do pensamento crítico, foi sugerido que designers de imagens visuais deveriam levar em conta os princípios básicos da percepção, para que eles possam produzir a mídia de ensino que comunica mensagens de uma forma mais eficiente e efetiva’ (FLEMING e LEVIE, 1993);

Imagens visuais

‘Imagens mentais visuais, ainda que um importante processo cognitivo, aparece como sub usado para propósitos de aprendizado. Não obstante, vários estudos experimentais apontam que ganhar melhor visão das formas nas quais imagens são percebidas, armazenadas e recuperadas irá eventualmente levar a um design mais efetivo do material instrucional visual. Além do mais, como imagens mentais visuais estão relacionadas com o aprendizado visual e verbal, compreensão e formação de conceito, pode ser assumido que aprendizes iriam se beneficiar grandemente pelo uso das imagens mentais’ (HODES, 1993);

Estilos cognitivos

‘O estilo cognitivo de um indivíduo é determinado pela forma que o indivíduo adquire e processa informação vindoura. Dez tipos diferentes de estilos cognitivos foram identificados (KOGAN, 1971; AUSBURN e AUSBURN, 1978),

mas os mais importantes para o campo do Alfabetismo Visual: 1. Dependência de campo / independência. 2. Impulsividade / reflexibilidade e 3. Haptic / visual. Pesquisa em estilos cognitivos mostraram que aprendizes que são independentes de campo visual e refletivo parecem ter melhor desempenho na escolha' (BURBANK e PETT, 1983).

Segundo AUSBURN e AUSBURN (1978), a linguagem visual é uma linguagem que tem seu próprio vocabulário: gramática e sintaxe. Então, uma pessoa visualmente literata deveria ser capaz de ler e escrever a linguagem visual, isto é: Ele ou ela deveria ser capaz de decodificar mensagens visuais com sucesso e para codificar mensagens visuais conceituadas por ela mesma.

DEBES e WILLIAMS (1978) definiram linguagem visual como o 'uso intencional de signos culturalmente adquiridos em padrões culturalmente estabelecidos para o propósito da comunicação'. As formas que a linguagem, segundo os autores (op.cit.) pode tomar são na verdade: linguagem corporal (gestos e movimentos corporais para a comunicação não verbal); linguagem objeto (uso de objetos para a linguagem não verbal); linguagem de sinais e símbolos (uso de signo e sistemas de símbolos para a comunicação não verbal).

Atualmente a capacidade de penetração do *mass media* visual é evidente para qualquer observador. Quer se tenha consciência ou não, vive-se um tempo de dominação da cultura visual. Pode-se falar do verdadeiro a às vezes aclamado *bain d'images*, que tanto influencia valores, crenças, atitudes e estilos de vida das maiorias. As imagens inundam ambientes públicos e privados, apresentando-se sob variadas formas e via os mais diversos canais de comunicação visual. Não é apenas o aparelho de TV que monopoliza atenções. Há mais responsáveis pela quantidade de mensagens visuais que ameaçam nos afogar: comerciais, filmes, e as novas tecnologias de impressão e reprodução.

Na implantação de sistemas de informação, de orientação espacial, de difusão cultural, de educação ambiental, de preservação dos bens públicos, etc., a aplicação no uso da linguagem verbal e visual deve ser feita de maneira criteriosa, observando todos os seus aspectos importantes para se obter a eficácia na comunicação.

Ergonomia do ambiente construído

MARTINS (2002) explica que a ergonomia do ambiente construído estuda a relação humana nas suas interações com o espaço construído. A ergonomia no âmbito do ambiente construído passa a incorporar o conhecimento de disciplinas relacionadas ao ser humano (antropologia, antropometria, sociologia, psicologia, semiótica etc) de modo a analisar as interações e adequações ao ser humano.

Ainda MARTINS (op.cit) relaciona o uso do espaço urbano e do espaço interior às atividades de trabalho, de serviços e de lazer, com base nos conceitos de espaço público e privado, na apreensão do espaço, nos mapas cognitivos, na circulação no espaço arquitetural, nos sistemas de informação e comunicação, na acessibilidade e no design universal.

Os profissionais da Arquitetura, do Urbanismo e do Design vêm recorrendo a enfoques ergonômicos, para atuar sobre o espaço urbano. Busca-se, nesse esforço centrado no usuário do espaço urbano, melhorar sua qualidade de vida e o exercício de sua cidadania.

Considera-se que a qualidade de vida dos cidadãos está condicionada pela qualidade do espaço urbano, onde se desenvolvem suas atividades ao ar livre e onde se criam possibilidades de encontro, de relações sociais e de contato com a natureza.

Assim, a abordagem ergonômica do espaço urbano procura eliminar disfunções das interfaces humano-ambiente, no sentido de uma interação positiva dos cidadãos com seus ambientes.

Nesse sentido, a informação nos espaços construídos deve ser pensada conjuntamente com a configuração espacial desses ambientes, com elementos de referência que ajudem na leitura das áreas e caminhos constituintes das edificações.

LYNCH (1980) e DISCHINGER (2000) falam de 'marcos referenciais' ou 'marcos visuais' e de 'zonas funcionais', como elementos importantes para a obtenção de informações pelos usuários.

BINS ELY et al. (2002) conceituam as *zonas funcionais* como agrupamentos homogêneos de serviços, instalações, ou de usuários, reconhecíveis por possuírem características ou funções comuns que os identifiquem. A

diferenciação e disposição clara destas áreas facilitam a compreensão do espaço e reduz a necessidade de utilização de informação adicional.

A abordagem ergonômica ambiental procura então dotar esses espaços dessas características na concepção arquitetônica do edifício. Quando da sua implantação faz-se às intervenções complementares ou corretivas para fornecer aos usuários sistemas de informação adicional de que necessitam.

Desenho universal

Esta pesquisa tem o propósito de associar contribuições da ergonomia, considerando o desenho universal e a acessibilidade integral para a criação de diretrizes para elaboração de sistemas de informação no esforço de superar diferenças culturais, proporcionar elementos de linguagem visual acessíveis ao maior número de usuários e, desta forma, promover a elevação da qualidade de vida da sociedade em geral. Para tanto, propõe-se a meta de tornar a relação com o ambiente urbano mais agradável, fácil e segura.

Desenho universal é um conceito que vem se difundindo largamente em quase todo mundo, preconizando a concepção e elaboração de projetos de produtos, ambientes e comunicações, que levem em consideração a mais ampla variedade possível de usuários.

'Para criar espaços e produtos acessíveis ao maior número de pessoas, o profissional deve desenhar de forma a considerar as diferentes habilidades dos indivíduos, evitando características que se tornem barreiras para as pessoas com necessidades especiais, sejam elas temporárias ou permanentes. Quando os produtos ou ambientes são livres de barreiras e acessíveis a todos, podemos dizer que são inclusivos. Além de inclusivos, eles podem ter atributos estéticos que os tornem atrativos, chamando a atenção do usuário pela qualidade de seu design. Neste caso estamos falando de *desenho universal*' (BINS ELY et al., 2001).

O Centro de Desenho Universal da Carolina do Norte, EUA definiu sete princípios conforme STORY et al. (1998):

- Uso equitativo: O design não coloca em desvantagem nem estigmatiza nenhum grupo de usuários;
- Flexibilidade de uso: O design acomoda um amplo espectro de preferências e habilidades individuais;
- Uso simples e intuitivo: O uso do design é fácil de entender, sem levar em consideração a experiência, o conhecimento, as capacidades e linguagem ou o nível de consideração atual do usuário;

- Informação perceptiva: O design comunica informação necessária e efetivamente ao usuário, sem levar em consideração as condições do ambiente ou as habilidades sensoriais do usuário;
- Tolerância para o erro: O design minimiza perigos e consequências adversas das ações acidentais ou não intencionadas;
- Baixo esforço físico: O design pode ser usado eficiente e confortavelmente, com o mínimo de fadiga;
- Medida e espaço para acesso e uso: Medida e espaço apropriados são fornecidos para o acesso, o alcance, a manipulação e o uso, sem levar em consideração a medida do corpo do usuário, postura ou mobilidade.

SOARES e MARTINS (2000) enfocaram o tema como '...um método que direciona o design de produtos para abranger todos os usuários potenciais daquele produto'. E consideram que seus princípios (do desenho universal) objetivam levar o processo de design de produtos fabricados em série a incluir aqueles indivíduos em situações-limite de desempenho, como os portadores de deficiências (visual, auditiva, ou outras).

Os mesmos autores (op.cit.) observam que esse movimento do design mais abrangente, sob qualquer das denominações – 'design para todos', 'design universal', 'design transgeracional' – integra desde muito tempo, o contexto da 'abordagem ergonômica' de produtos, ambientes, comunicações...

Se os produtos são projetados de acordo com as necessidades dos portadores de deficiência, serão mais utilizáveis para todos os usuários, portadores ou não de deficiência. Um exemplo dado por GLANTZ e RICHMAN (2001) é o dos livros eletrônicos, agora desenvolvidos, que englobarão características para permitir seu uso como 'livros falantes'. A meta dessa tecnologia é fornecer uma interface que não exija o uso das mãos nem dos olhos, para que indivíduos que viajam possam usar os livros enquanto dirigem. No entanto, a mesma interface, explicam ainda os autores citados, atenderá as necessidades do indivíduo cego que não pode ver o monitor ou tenha restrições de mobilidade e por conseguinte, não pode operar os controles manuais. Nenhuma nova adaptação seria necessária porque o design do produto já acomoda as necessidades especiais do portador de deficiência.

Pretende-se assim, atender a variados segmentos sociais, levando significativa parcela da população a beneficiar-se direta ou indiretamente das indicações

desta pesquisa. Ou seja, garantindo-se um mais completo acesso aos espaços livres públicos se avançará para uma sociedade mais inclusiva.

Acessibilidade integral

No âmbito do desenho universal tem relevo especial o objetivo de acessibilidade integral, constituindo-se numa qualidade importante vinculada à concepção dos ambientes urbanos. Estes, segundo tal enfoque, devem se organizar de forma a permitir que qualquer pessoa possa neles se movimentar da maneira mais independente, natural e segura possível.

A ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas define acessibilidade como: 'Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos' (NBR 9050/2004).

A acessibilidade não deve ser vista de forma isolada, mas de forma integrada na totalidade do entorno urbano e das suas interações, pois o meio físico, ao lado do transporte, é fator essencial para facilitar ou dificultar a mobilidade das pessoas, a comunicação sensorial e a acessibilidade nos espaços urbanos.

Barreiras

Podem ser definidos como qualquer impedimento ou obstáculo que limita e/ou impede o acesso, a liberdade de movimento, a permanência ou a circulação, com segurança, das pessoas.

A ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004) define barreira arquitetônica e ambiental como: 'impedimento da acessibilidade natural ou resultante de implantações arquitetônicas ou urbanísticas'.

Segundo a CORDE (2001) as barreiras podem ser:

Barreiras arquitetônicas – obstáculos ao acesso existentes em edificações de uso público ou privado, bem como à sua utilização interna, incluindo-se aquelas voltadas para a saúde, educação, cultura, lazer, locais de trabalho ou moradia.

Barreiras urbanísticas – dificuldades encontradas por PPD's na utilização de espaços e mobiliário urbano, sítios históricos e locais não edificados de domínio público e privado. São as dificuldades que um cidadão com deficiência

física, motora, visual ou auditiva enfrenta para circular de maneira tranqüila e independente pelas calçadas, ruas e caminhos de uma cidade.

Barreiras e transporte – Dificuldades ou impedimentos apresentados pela simples falta de adaptação às necessidades de PPD's dos meios de transporte particulares ou coletivos, terrestres, marítimos, fluviais ou aéreos. Eliminar este tipo de barreira deve ser complementado por melhorias em toda a infraestrutura de apoio, como as estações de parada de ônibus, trens, barcas e os aeroportos.

Barreiras sociais – vão desde a aceitação de PPD's enquanto indivíduos de características diferentes até a garantia do acesso ao trabalho, educação, saúde e lazer. Estas são barreiras discriminatórias suficientes para a exclusão social e dão a sensação de que se é uma pessoa diferente.

Para que os espaços livres públicos respondam a esse requisito de acessibilidade, o design, com enfoque inclusivo, busca eliminar os diferentes tipos de barreiras aí existentes, considerando em especial as pessoas idosas, com dificuldade de locomoção ou portadoras de necessidades especiais.

Nesta pesquisa são consideradas as barreiras arquitetônicas e urbanísticas porque essas barreiras discriminatórias impedem ou limitam o acesso aos sistemas de informação nos espaços livres públicos necessários às suas atividades culturais, educativas e de lazer, objeto de estudo da pesquisa.

Na realidade brasileira, segundo SAYEG e MESQUITA (2002), os idosos emergem como novos agentes sociais, com sua maior presença e participação, acrescentando demandas nos cenários nacionais e econômicos, revelando-se, conseqüentemente, como novos atores políticos. Os autores (op.cit.) afirmam que os idosos estão ganhando mais representatividade, não só pelo crescimento numérico como também pelo envelhecimento saudável e ainda definindo mais claramente suas demandas, em grande parte, não-satisfeitas.

Os movimentos de integração social realizados nas comunidades com atividades associativas atraem os idosos e os portadores de necessidades especiais proporcionando, dessa forma, espaços apropriados para os processos de desenvolvimento coletivo. SAYEG e MESQUITA (op.cit.), afirmam que o compromisso com políticas públicas saudáveis das cidades envolve a participação popular e dela fazem parte os idosos, fortalecendo-se as relações intergeracionais.

O objetivo dessa abordagem é pesquisar quais são os requisitos recomendados nas diretrizes para a elaboração de sistemas de informação que facilitem o acesso dos idosos e dos portadores necessidades especiais às informações, de modo a diminuir ou eliminar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nos espaços livres públicos na sua participação em atividades culturais, educativas, de lazer, entre outras.

Mobiliário urbano

MOURTHÉ (1998) conceitua mobiliário urbano como o conjunto de artefatos implantados nos espaços livres públicos das cidades, com funções variadas – utilitárias ou decorativas, ou por interesse urbanístico, simbólico ou cultural.

Sob o ponto de vista do mobiliário urbano como equipamento funcional e da interface direta com o usuário MOURTHÉ (op.cit.) classifica em categorias distintas:

- **Elementos decorativos** - esculturas e painéis em prédios;
- **Mobiliário de serviço** – telefones públicos, caixas de correio, lixeiras, abrigos de ônibus, cabines policiais, banheiros públicos, protetores de árvores;
- **Mobiliário de lazer** – bancos de praça, mesas de jogos, projetos para crianças, jovens e idosos e para atletas;
- **Mobiliário de comercialização** – bancas de jornal, quiosques, barracas de vendedor ambulante e de flores, cadeiras de engraxate, mesas para cafés e bares em áreas públicas;
- **Mobiliário de sinalização** – placas de logradouros (ruas), placas informativas, placas de trânsito e sinalização semafórica;
- **Mobiliário de publicidade** – outdoors e letreiros computadorizados.

Deve-se também considerar os mobiliários urbanos que servem de separação e proteção, como grades de proteção, vasos ornamentais e jardineiras e elementos lineares, como peitoris, corrimãos, gradis e passarelas.

Tais mobiliários têm papel de crescente importância na qualidade de vida urbana por levarem a forte interação dos usuários com os espaços públicos, influenciando comportamentos sociais e representações culturais e sendo por eles influenciados.

Segundo SERRA (1996) o mobiliário urbano tem que cumprir condições funcionais e de uso. O espaço urbano não pode e não deve suportar objetos de utilidade duvidosa ou de utilidades trazidas de outras culturas ou necessidades. Ainda, SERRA (op.cit.), explica que para a conservação da paisagem urbana deve-se evitar a concentração de elementos e realizar uma autêntica política de seleção de funções para esse espaço.

Segundo MOURTHÉ (op.cit), as culturas de diversas localidades urbanas influenciam o projeto e o arranjo físico desse mobiliário no meio urbano, contribuindo para o planejamento da composição de espaços públicos. A padronização do mobiliário pode ocorrer desde que seja criteriosamente posicionada no projeto específico, de forma a respeitar as características históricas e culturais das respectivas áreas, harmonizando o conjunto no espaço urbano.

MOURTHÉ (op.cit.) explica que tem aumentado a consciência da importância do mobiliário urbano no contexto da cidade contemporânea e suas peças passam a diferenciar e a valorizar o espaço público definindo padrões de qualidade.

O mobiliário urbano deve ser projetado buscando responder às necessidades da população destinatária. Deve-se levar em conta tamanho, formato e localização, evitando barreiras físicas de forma a permitir acessibilidade integral. Quando o projeto não se adequa aos usuários, o mobiliário urbano é escassamente utilizado ou então é mal utilizado, sofrendo riscos de vandalismo. Além disso, é preciso que o mobiliário urbano se integre harmonicamente no ambiente.

A implantação dos elementos do mobiliário urbano deve ser estudada caso a caso, levando-se em conta a especificidade de cada elemento, os espaços de implantação, os vários grupos de usuários e o entorno. Neste sentido, dois aspectos são fundamentais quanto à implantação do mobiliário urbano segundo a SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DO RIO DE JANEIRO (1996), são eles:

Manutenção da qualidade visual do ambiente – Dentro de uma quantidade tão grande de formas e dimensões de engenhos publicitários existentes, para a adequação e escolha do tipo de engenho a ser implantado é fundamental que se tenha uma inter-relação com os outros mobiliários urbanos e com o seu entorno, procurando, sempre, uma integração deste elemento à paisagem.

Segurança de tráfego – Assegurar a visibilidade da sinalização vertical de trânsito e outras destinadas à orientação do público, garantindo a fluidez e o conforto no deslocamento de veículos e pedestres’.

Esta pesquisa destina-se à orientação de produção de um tipo específico de mobiliário urbano – os suportes para o sistema de informação, sinalização de localização direcionamento e/ou utilização. As características de acessibilidade integral, com eliminação de barreiras e máxima amplitude do raio de atendimento aos usuários são essenciais ao êxito da pesquisa.

Ergonomia cultural

Projetos de ergonomia e de design focados nos usuários devem levar em conta valores e percepções culturais dos grupos sociais aos quais se destinam, para serem utilizáveis eficazmente pelo público alvo.

A definição de cultura retida aqui, como afirma BERRY et al., 1992 (apud SMITH-JACKSON e WOGALTER, 2002), é uma coleção de valores, crenças, tradições e padrões de comportamento partilhados por um grupo.

SMITH-JACKSON e WOGALTER (op. cit.) observam que a ergonomia cultural / fatores humanos destaca variáveis e aplicações culturais que são transnacionais, mas têm focado principalmente sobre aplicações em transporte aéreo e interfaces de usuário internacional.

Os autores (op. cit.) ainda afirmam que a abordagem da ergonomia cultural não sustenta que diferenças biológicas, associadas com a condição de membros de grupos culturais específicos, sejam importantes para diferença de comportamento, mas indicam que a cultura é um fenômeno de situação persistente, que se manifesta através de padrões de interação permanentes com o ambiente.

CERBINO (2000) explica qual a relação entre design, cultura e cidade:

‘Entendendo o design como uma atividade que configura objetos de uso e sistemas de informação e, como tal, incorpora parte dos valores culturais que a cerca, tais objetos são a materialização dos ideais e das incoerências da sociedade, além de uma das manifestações culturais. O design participa, assim, da criação cultural como uma práxis que confirma, ou questiona, a cultura de uma determinada sociedade, expressando suas contradições e sendo tão perfeito ou imperfeito quanto ela’.

VILLAS BOAS (2002) afirma que o design gráfico tem uma dimensão tão visceralmente cultural e contemporânea que se confunde com a própria cultura e com a própria contemporaneidade. ...Ele 'fala' da cultura e da contemporaneidade ao mesmo tempo em que faz parte delas e as realimenta: ele é sujeito e objeto ao mesmo tempo.

O autor (op.cit.) ainda descreve sobre o design gráfico enfatizando que o seu discurso espelha a condição cultural na qual e para a qual foi concebido ao mesmo tempo em que contribui para produzir, realimentar ou transformar esta mesma condição cultural.

Em cidades de grande porte, como as nossas, seja por força da crescente globalização dos mercados (aí incluídos os fluxos turísticos), seja em razão das migrações internas (ou campo-cidade), os freqüentadores dos espaços livres públicos integram grupos muito diversificados, em termos culturais e quanto ao domínio da comunicação escrita.

Embora não seja razoável a pretensão de substituir plenamente a linguagem escrita por pictogramas, supostamente de percepção universal – o que eliminaria as dificuldades decorrentes de diferenças idiomáticas e mesmo da compreensão dos iletrados – o recurso a símbolos bem selecionados pode e deve minimizar as barreiras inter-culturais, favorecendo a amplitude da comunicação desejada.

Neste sentido, deve haver sempre uma busca de imagens legíveis, com a precisão das informações e a objetividade dos sinais para favorecer a decodificação unitária e não favorecer falsas interpretações, proporcionando assim, elementos de linguagem visual acessíveis a um maior número de usuários e ainda respeitando as diferenças culturais.

1.1.4 Considerações

O estudo realizado até agora forma uma base de conhecimento para o desenvolvimento da pesquisa. Entendendo, inicialmente, a cidade como um sistema e, como sub-sistemas, o espaço público, o espaço privado, os elementos arquitetônicos, históricos, culturais, tecnológicos e informacionais nos levam conhecer os ângulos da cidade não como elementos isolados, mas nas suas inter-relações, com as suas variadas conexões. No estudo da ergonomia conhece-se a interação dos usuários com o ambiente urbano e com

outras pessoas. Com esse conhecimento, tem-se uma base melhor para entender a vivência dos parques e praças.

1.2 Parques e praças

1.2.1 Espaços livres públicos na cidade contemporânea

A vida contemporânea torna-se acirradamente urbana e expressa a coexistência das diversidades e das desigualdades. Sustenta ABASCAL (2005), na visão de cidade contemporânea, a idéia de que a cidade atual é um campo experimental por excelência, sejam estas experimentações (culturais, produtivas, teóricas, artísticas ou arquitetônicas) bem sucedidas ou geradoras de frustrações. Ainda explica que a condição experimental está em constante mudança; a fugacidade e a transitoriedade das relações sociais e a ausência ou impossibilidade de representar a cidade como uma totalidade, bem como de entender a vida urbana ocorrendo num território fragmentado que é a negação da territorialidade, tornaram-se imagens recorrentes. Mas a história, o progresso, a emancipação, a evolução e o desenvolvimento continuam a se integrar no sistema de representação da cidade contemporânea.

Os estudiosos dos fenômenos urbanos apontam como um dos traços característicos das cidades ocidentais, (acentuado ao longo dos séculos, pela formação de bairros e zonas distintas), a diferenciação, sob a influência de grupos religiosos ou étnicos e de classes sociais. Em contraponto, aparece o sentido de unidade do ambiente citadino, fornecido pelo espaço público – *locus* da sociabilidade e da prática política, assim como das trocas comerciais. De modo particular destacam-se os centros das urbes, como pontos de convergência e de reuniões importantes e locais de diferentes trocas e sínteses sociais e simbólicas das cidades.

Diversos fatores vêm afetando os papéis do espaço público nas cidades ocidentais: a fragmentação espacial reforça sua condição multicêntrica, transformando algumas zonas em corredores de trânsito, com a perda do sentido de fruição daquelas áreas; o espaço público tende a especializar-se, perdendo o caráter de local típico da convivência social, dos diferentes segmentos da população. Observam-se casos de total especialização funcional de áreas centrais, ou sua apropriação por grupos sociais excluídos ou por atividades elitizadoras do espaço. O que leva à perda das características de diversidade funcional, social e simbólica do espaço público.

O viver na cidade abrange tempos diferentes de usá-la e de percorrê-la, bem como maneiras diversas de apropriação de seus espaços, influenciadas pela formação social e pelas formas espaciais historicamente produzidas.

'A própria idéia de cidade, especialmente na situação das grandes metrópoles, é uma abstração para seus habitantes ou, no mínimo um conceito que envolve concretizações, significados e vivências totalmente diversas e discrepantes. Existem diversas cidades dentro do território de uma cidade, e os habitantes vivem e percebem diferencialmente porções mais ou menos reduzidas desse território'. (TEIXEIRA Jr., 2001).

A vivência dos espaços livres públicos das grandes cidades modernas tende a acontecer em dois ritmos distintos: um rápido – o dos deslocamentos motorizados; outro lento – o do uso do espaço pelos pedestres e ciclistas, acentuando-se a fragmentação urbana e captação espacial fugidia, e mesmo a separação e estranhamento sociais, sobretudo no caso do transporte individual. No caso das cidades brasileiras esse ritmo lento é hoje próprio da população mais pobre. O contato mais próximo entre as pessoas, possível nessa vivência, tem na verdade se revestido de hostilidades, traduzindo-se não em encontros, mas freqüentemente em conflito entre elas.

Essa realidade está se tornando, desafortunadamente, uma triste marca dos espaços públicos de nossas cidades, que se transformam em cenas de conflito social explícito, levando parcelas da população a buscar refúgio em espaços privados, de acesso social restrito.

Devem ser postas em relevo também as mudanças determinadas por novas tecnologias: o avanço das comunicações e da informatização têm tornado dispensáveis as localizações físicas centrais das cidades, para que indivíduos e instituições se comuniquem eficientemente. Estar nas áreas centrais não é mais decisivo para o melhor acesso à informação e participação nos sistemas produtivos ou para envolver-se em tomadas de decisão.

Assim, pode-se dizer que está ocorrendo um esvaziamento parcial dos espaços públicos das cidades brasileiras, com a segregação social atingindo o coração da urbe, seu centro, o qual, fora dos horários determinados pelo tempo do trabalho, torna-se praticamente, como afirma TEIXEIRA Jr. (2001) 'um lugar dos pobres' – um quase 'gueto'. Situação bem diversa do que ocorria poucas décadas atrás, quando essa área se constituía no ambiente, por excelência, da convivência democrática dos mais diversificados grupos e estratos da

sociedade. Essa sempre foi uma condição característica desse espaço urbano, ao longo da história das cidades.

A vida social tende, em consequência, a confinar-se em espaços fechados, (clubes, centros de compras...) freqüentemente de acesso limitado, quando não explicitamente, pelos condicionantes de poder aquisitivo.

Hoje, inúmeras são as cidades que, em nome da elevação da qualidade de vida e necessidade de revitalizar espaços públicos esvaziados de seus usos, buscam ações cujo objetivo último é o de resgate da condição de lugar, reintegrando-os à vida social e à cidadania.

O PPS PROJECT FOR PUBLIC SPACES, INC. (2003) parte da premissa de que para se transformar um local inadequado em um local bem sucedido e cheio de vida, elementos físicos devem ser introduzidos para que as pessoas se sintam confortáveis e bem vindas, tais como mobiliário para sentar e novos elementos paisagísticos como jardins, objetos artísticos etc, mas igualmente serão necessárias mudanças na circulação de pedestres para o desenvolvimento de relações mais efetivas entre os edifícios e negócios circundantes e as atividades próprias do espaço público.

Nesse sentido, o PPS (op.cit.), cita dez benefícios para criação de bons espaços livres públicos, com intervenções específicas: dar suporte à economia local, atrair investimentos comerciais, atrair turismo, oferecer oportunidades culturais, encorajar voluntarismo, reduzir a criminalidade, melhorar a segurança de pedestres, incremento no uso de transportes públicos, melhoria na saúde pública e melhoria do meio ambiente.

Nos programas de revitalização das cidades, na renovação dos seus espaços livres públicos de convivência, considera-se que os sistemas de informação locados nos parques e praças podem contribuir para a melhoria da vida das pessoas, criando locais que tenham um forte sentido de comunidade, onde elas tenham uma referência cultural, histórica, ecológica e turística e que represente mais do que a simples soma de suas atividades individuais.

Segundo LIMA (1995) no plano geral da cidade, seria importante rever o conceito de espaço livre público (praças, escolas, museus, por exemplo) como o lugar da educação ambiental por excelência. LIMA (op.cit.) enfatiza que o conceito de parque ecológico merece ser repensado para que se liberte do

limite imposto pela idéia de um lugar que somente serve para preservar o que restou da natureza.

Cabe ao planejamento urbano, diz LIMA (op.cit), pensar e propor a organização em rede que possibilite o uso adequado e proveitoso de todos, em benefício da educação geral da população jovem e adulta.

Considera-se, então, nessa pesquisa, que os espaços livres públicos – parques e praças - são espaços em que cada comunidade possa definir os sistemas específicos de informação de acordo com os seus desejos e necessidades. Nesse processo de participação coletiva são valorizados tanto os parques e praças como também fortalecidas as relações intergeracionais. Os sistemas de informação, portanto, trarão vários benefícios para a população local, como por exemplo: incentivos culturais, investimentos comerciais, atração do turismo, melhoria na saúde pública e valorização e conservação do meio ambiente. Assim, com todos esses benefícios os espaços livres públicos, parques e praças, são vistos no conjunto da cidade não mais como espaços esvaziados, mas como espaços reintegrados à vida social e à cidadania.

1.2.2 Espaços livres públicos da cidade: parques e praças

Na observação dos estudiosos do tema, os parques e praças (ao lado das ruas) têm se constituído espaços públicos marcantes da vida e da história das cidades, com papel destacado na trama das relações sociais, desde os primórdios do Brasil colônia. ROBBA e MACEDO (2003) sintetizaram nesses termos a evolução das praças e suas funções em nossas cidades: eles afirmam que de simples terreiro a sofisticado jardim, de campo de jogos incultos a centro esportivo complexo, a praça é, por excelência, um centro, um ponto de convergência da população, que a ela acorre para o ócio, para comerciar, para trocar idéias, para encontros românticos ou políticos, enfim, para o desempenho da vida urbana ao ar livre.

Ainda ROBBA e MACEDO (op.cit.) afirmam que os séculos XIX e XX foram decisivos para a construção e desconstrução da antiga praça, que passa a ser ajardinada, equipada, pavimentada e tratada com esmero, de modo a abrigar todas as novas modalidades de vida urbana que são então estruturadas. Ao final deste último século, a praça não mais assume uma só forma, mas diversas, para atender as diferenciadas modalidades de atividades que a ela são destinadas.

MAGNOLI (2003) sublinha enfaticamente o papel especial dessas áreas nos espaços privilegiados das praças das cidades onde vêm à luz a multiplicidade da sociedade, seus dramas, o confronto de direitos de cidadania. Condensam-se as diferentes experiências sociais, exacerbam-se os conflitos, percepções e ambigüidades: 'o todo reitera-se em suas partes'.

Assim, os espaços livres públicos – em especial os parques e praças – são componentes essenciais do sistema de espaços livres do ambiente urbano, com papéis bem característicos. Constituem, portanto, subsistema fundamental do sistema mais amplo e abrangente que é o espaço urbano.

Busca-se, nesse estudo, conhecer as características gerais e específicas dos parques e praças, a vivência nesses ambientes, incluindo as funções, usos, e atividades desenvolvidas, na medida em que esses espaços livres públicos vão abrigar sistemas de informações adequados a cada ambiente.

1.2.3 Vivência – praças e parques

Espaços livres públicos – ruas, praças, pátios, parques ou jardins públicos – distinguem-se dos espaços privados (restritos a poucos) e mesmo de alguns espaços especiais de uso coletivo, como os centros comerciais, de acesso, na prática, limitado a determinadas camadas sociais (mais abonadas em renda). Ao contrário daqueles, os espaços livres públicos estão franqueados ao uso comum, de todos os integrantes da comunidade, sem distinção de classes sociais.

Os espaços livres públicos, parques e praças, podem ser considerados um lugar de convívio e de sociabilidade entre os diversos estratos sociais, como espaço de civilidade, de contato e de desenvolvimento de prática de convivência com os diferentes, em oposição ao ambiente restrito da casa, do privado. Devem ter condições que permitam a qualquer pessoa deslocar-se da maneira mais independente, segura e natural possível. O meio físico deve se constituir em fator essencial para facilitar e propiciar a mobilidade e a comunicação sensorial.

Segundo LEITÃO (2002), as praças se constituem em espaços públicos por excelência, desempenhando papéis relevantes na vida das cidades desde tempos remotos (como na antiguidade clássica greco-romana) – espaços de manifestações de movimentos sociais ou políticos, locais de festas populares,

de apresentações artísticas, ou simplesmente ambientes públicos de convivência e de lazer coletivo.

O lugar onde a praça está inserida, além de definir a paisagem, expressa também características que a tornam única, com implicações importantes na função urbanística que esse espaço específico vai desempenhar. Por **entorno** deve-se compreender não apenas o que está imediatamente à volta do espaço considerado, mas também o seu raio de influência.

Na observação de MARTINS (1996) a imagem ambiental da cidade - na rua, na avenida ou praça é definida pelo espaço criado através das edificações. A percepção destes espaços é normalmente uma percepção dinâmica e cada vez mais sensível, na medida em que o observador entra em movimento. Ainda conforme MARTINS (op.cit.), nas cidades os elementos móveis, em particular as pessoas com suas atividades, têm papel de importância similar ao dos elementos fixos.

Mas, para LYNCH, (1999) as pessoas não são apenas testemunhos do espetáculo (urbano), mas igualmente intérpretes de tal espetáculo.

Essa pesquisa considera as pessoas como intérpretes, na medida em que elas são participantes diretas das definições dos sistemas de informação sistematizados em seu benefício e do próprio meio ambiente.

SÁ CARNEIRO e MESQUITA (2000) afirmam que o tratamento dado aos parques e praças de uma cidade revela o grau de civilidade de sua população e como aí se exercem os direitos e deveres da cidadania.

É com essa visão que o PPS (2003) demonstra, na Figura 11, quais os atributos importantes e necessários para se conseguir um bom espaço livre público, relacionando o ambiente com o usuário e suas atividades com as características subjetivas importantes ao convívio social.

Segundo o TCRP TRANSIT COOPERATIVE RESEARCH PROGRAM (1997), uma importante consideração no desenvolvimento deste modelo consiste em não determinar valores de julgamento de cada atributo. Ou seja, estar de acordo com as necessidades e anseios dos usuários; esta característica é relevante, pois observa as reais prioridades comunitárias. Usos e atividades são relativos às atividades sociais e ao uso e ocupação de solo; conforto e imagem

compreendem as experiências subjetivas dos habitantes, como usam o lugar, resultando em interações, apropriações e transformações pelos usuários. Acessos e conexões são aspectos relativos à acessibilidade, os quais se referem à facilidade de trânsito e habilidade de circular, como também, à continuidade viária.

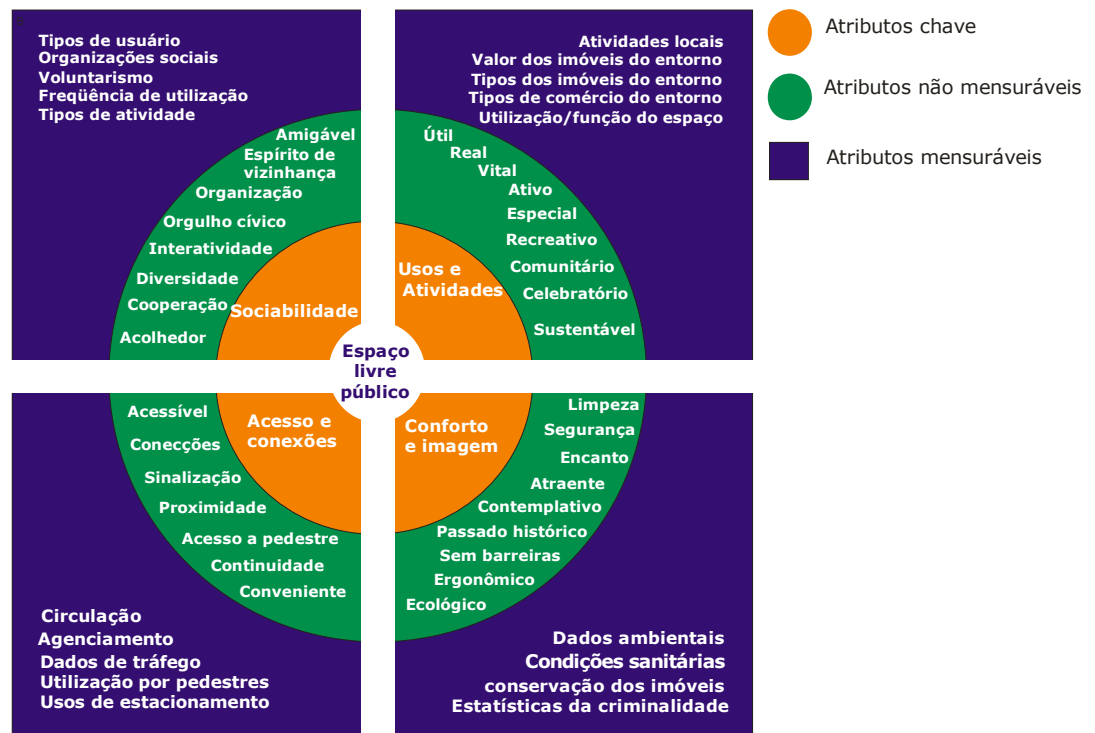


Figura 7

PPS Project for Public Spaces Inc. - Atributos para bons espaços livres públicos

A relação dos atributos explicitados pelo PPS (op.cit.) permite um espaço aberto para a comunidade articular suas aspirações, necessidades e prioridades. A visão coletiva atrai a participação, recursos e soluções criativas. O engajamento das pessoas aumenta na medida em que elas adquirem o poder de planejar/definir ativamente seus espaços, utilizando o design como ferramenta de suporte para os usos desejados.

A participação da população é, assim, um ato político maior, de construção presente e futura da cidade para o qual os técnicos têm obrigação de fornecer todos os instrumentos de que dispõem, desde o momento de identificação e concretização das demandas, acompanhando o processo de planejamento, até a definição dinâmica das informações.

Tomando como base princípios como o do desenho universal, que segundo UBIERNA (1977) consiste em planejar, projetar e construir o entorno físico, tendo em conta a abrangência de demandas de qualquer pessoa, esta pesquisa pode dar uma contribuição vital na renovação do papel dos espaços livres públicos: parques e praças, criando instrumentos de informação e apoio ao público usuário, para o melhor aproveitamento do que tais espaços podem oferecer.

O objetivo deste estudo é entender as relações entre os dados ambientais, as atividades exercidas, os tipos de usuários e como se exerce a circulação nesses ambientes. Também faz parte desse estudo os usos que as pessoas fazem desses espaços livres públicos, a sociabilidade, o conforto, como também o seu acesso. É muito importante para a pesquisa o entendimento de todos os atributos mensuráveis e não mensuráveis na vivência dos parques e praças.

1.2.4 Critérios utilizados para a escolha dos parques e praças

Na pesquisa desenvolvida por SÁ CARNEIRO e MESQUITA (2000) na cidade do Recife, foram catalogados 08 parques e 219 praças distribuídos por 06 regiões político-administrativas municipais – 06 RPAs. A classificação em RPAs foi implantada pela Prefeitura da Cidade do Recife – PCR e está em vigor até os dias atuais.

Para a definição dos espaços livres públicos mais representativos da cidade do Recife, a pesquisa desenvolvida por SÁ CARNEIRO e MESQUITA (op.cit.) classificou 08 parques e 35 praças de acordo com os seguintes critérios: importância histórica, intensidade de uso, relação com as edificações do entorno, localização, dimensão, desenho e composição vegetal.

Os critérios utilizados para a classificação, na pesquisa exploratória, dos parques e praças dentre os 08 parques e 35 praças selecionados por SÁ CARNEIRO e MESQUITA (op cit) foram:

- A importância que os parques e praças têm na vida da comunidade (afluxo de população, afluxo turístico, vida econômica e social, equipamentos de ginástica e importância histórica).
- Um parque e uma praça por RPA
- Fazer a pesquisa exploratória com a mesma quantidade de parques e praças.

Os parques e praças definidas para a pesquisa na fase da apreciação ergonômica foram:

- **RPA 1**– Parque 13 de Maio
Praça da República
- **RPA 3** – Parque da Jaqueira
Praça de Casa Forte
- **RPA 4** – Parque Arnaldo Assunção
Praça Prof. Barreto Campelo
- **RPA 5** – Parque Robert Kennedy
Praça do ABC

A RPA 2 e a RPA 6 não atenderam aos critérios definidos nessa pesquisa, por não existirem parques nessas Regiões Político-Administrativas.

Os critérios utilizados para a classificação na etapa da diagnose ergonômica, dentre os 04 parques e 04 praças selecionadas na pesquisa exploratória, foram:

- Importância do parque e da praça no contexto da cidade
 - fluxo de população;
 - fluxo turístico;
 - vida econômica e social;
 - equipamentos de ginástica;
 - importância histórica
- Um parque e uma praça localizados na mesma RPA

A partir das observações nos parques e praças classificados na pesquisa exploratória, foram, então escolhidos, com base nos critérios definidos, o **Parque 13 de Maio e a Praça da República** para o objeto empírico, na etapa da **diagnose ergonômica**; bem como para a criação de diretrizes para elaboração de Sistemas de Informação para os espaços livres públicos: parques e praças.

Capítulo 2

2. Objeto empírico – Pesquisa de campo

A pesquisa proposta assume uma abordagem interpretativa – busca compreender os significados das demandas dos usuários dos espaços livres públicos. Não se tem o propósito universalista da corrente metodológica tradicional (positivista-objetivista), traduzido no esquema: previsão – controle-generalização. Adota-se uma postura inspirada na abordagem contemporânea de pesquisa social – que procura captar o sentido das ações humanas no contexto social. É uma pesquisa descritiva, qualitativa, em que o investigador executa o estudo, sem a pretensão de distanciamento neutro, mas ao contrário, consciente das limitações (subjetivistas), ditadas pelos próprios valores e pelos condicionamentos histórico-culturais do contexto pesquisado.

2.1 Métodos e técnicas pesquisados

LAKATOS e MARCONI (1992) definem método como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador. O método aborda o fator de segurança para o desenvolvimento da pesquisa, a ordenação, sistematização da atividade, a validade do conhecimento através de procedimentos ordenados e possibilita a repetição dos procedimentos – averiguação.

Neste sentido, foram pesquisados métodos projetuais e de análise que abordem o tema da ergonomia no ambiente construído, neste caso no espaço urbano, com a finalidade de subsidiar os procedimentos metodológicos a serem adotados no desenvolvimento da pesquisa de campo.

BAPTISTA (2003) explica que a percepção e cognição ambientais, os padrões comportamentais e os fenômenos existenciais do espaço, considerando as possíveis limitações sensoriais, cognitivas e sociais do ser humano, fornecem importante subsídio para a configuração de ambientes construídos como as estruturas de circulação de pedestre. Obtêm-se parâmetros objetivos e subjetivos a serem considerados na construção de uma metodologia apropriada para confecção de projetos com características universais.

LYNCH (1999) afirma que para entender o papel desempenhado pelas imagens ambientais da vida urbana foi preciso examinar detalhadamente algumas áreas

citadinas e conversar com seus habitantes ao analisar três cidades americanas: Boston (Massachusetts), Jersey City (New Jersey) e Los Angeles (Califórnia).

Além dos procedimentos como a observação, LYNCH (op.cit.) utilizou também entrevistas com os habitantes da cidade 'com o objetivo de fazê-los evocar suas próprias imagens do meio físico em que vivem'. Neste sentido, na pesquisa realizada, LYNCH (op.cit.) lançou mão de instrumentos utilizados pela ergonomia, principalmente pela ergonomia do ambiente construído. Para tanto, foi necessário desenvolver e testar a idéia de imaginabilidade e também, por uma comparação da imagem com a realidade visual, descobrir que formas contribuem para dar maior força à imagem, de modo a sugerir alguns princípios do design urbano.

Foram também pesquisados métodos projetuais e de análise que abordam o tema da ergonomia informacional. Métodos de pré-seleção, método de produção, método de reidentificação, teste de eleição, método de estimativa de magnitude ou compreensibilidade e pós ocupação - estudo de Kishnami - são alguns métodos disponíveis para o estudo das sinalizações citadas por FORMIGA (2002). Esses métodos e técnicas, no entanto, se aplicam na medição do grau de compreensibilidade de símbolos (ícones, símbolos gráficos e símbolos de relação conceitual) tanto para sinalização, quanto para informações de avisos e advertências em embalagens e equipamentos, com usuários de um determinado serviço (público alvo).

No entanto, essa pesquisa é voltada para criação de diretrizes para elaboração de sistemas de informação, não se beneficiando, em consequência, dos métodos e técnicas mencionados por FORMIGA (op.cit.) por se tratarem, mais especificamente, de medição de símbolos gráficos.

Dessa forma, optou-se por estudar os sistemas de informação nos parques e praças utilizando a Metodologia de Análise Sistêmica do Sistema homem-tarefa-máquina, de Anamaria de Moraes (MORAES & MONT'ALVÃO, 2000). Os instrumentos de pesquisa selecionados para a obtenção dos dados foram a observação e as entrevistas.

MORAES e MONT'ALVÃO, (op.cit.) explicam que a metodologia de Análise Sistêmica do Sistema homem-tarefa-máquina lança mão dos métodos em uso pelas ciências sociais e das técnicas propostas pela engenharia de métodos e propõe as etapas de intervenção ergonomizadora: apreciação ergonômica, diagnose ergonômica, projeção ergonômica, avaliação, validação e/ou testes ergonômicos e detalhamento ergonômico e otimização.

A metodologia de Análises Sistêmicas do Sistema homem-tarefa-máquina define que na intervenção ergonomizadora a **apreciação ergonômica** é uma etapa exploratória que compreende o mapeamento dos problemas ergonômicos do local de trabalho, lazer, etc. Consiste na sistematização do sistema homem-tarefa-máquina e na delimitação dos problemas ergonômicos – informacionais, cognitivos, comunicacionais, físico-ambientais entre outros. Fazem-se observações e entrevistas, com registro fotográfico, no local da intervenção, com as pessoas envolvidas no processo, sejam gestores ou usuários do sistema. Essa etapa finaliza com o parecer ergonômico compreendendo a apresentação ilustrada dos problemas hierarquizados. Em seguida fazem-se as predições que se relacionam à provável causa do problema a ser focado na diagnose ergonômica.

Segundo a metodologia citada, é na **diagnose ergonômica** que se aprofundam as questões prioritárias da pesquisa e se testam as predições. Fazem-se as observações sistemáticas das atividades da tarefa e dos registros de comportamento. Realizam-se as entrevistas estruturadas e aplicam-se os questionários e escalas de avaliação. Essa etapa encerra-se com o diagnóstico ergonômico que compreende a confirmação ou a refutação das hipóteses.

Já na **projeção ergonômica**, adaptam-se as estações de trabalho, equipamentos e ferramentas às características físicas, psíquicas e cognitivas do trabalhador / usuário / mantenedor. Compreende o detalhamento do arranjo e da conformação das interfaces, dos sub-sistemas e componentes instrumentais, informacionais, acionais, comunicacionais, interacionais, instrucionais, movimentacionais, espaciais e físico ambientais. Termina com o projeto ergonômico: conceito do projeto, sua configuração, conformação, perfil e dimensionamento.

A **avaliação, validação e/ou testes ergonômicos** compreendem a avaliação e simulação através de modelos e testes. Essa técnica objetiva conseguir a participação dos usuários nas decisões relativas às soluções a serem implantadas.

Por fim, no **detalhamento ergonômico e otimização** procede-se à revisão do projeto, após sua avaliação e validação. Esta etapa termina com as especificações ergonômicas para os sub-sistemas e componentes informacionais, comunicacionais, espaciais, físico-ambientais, entre outros.

Utiliza-se então, nessa pesquisa, a metodologia de Análises Sistêmicas do Sistema homem-tarefa-máquina nas etapas da apreciação e da diagnose ergonômica. A utilização desses método e técnica vai proporcionar os meios necessários para

obtenção do diagnóstico ergonômico que levará à criação das diretrizes destinadas à elaboração dos sistemas de informação para parques e praças.

Este recorte da metodologia apresentada se justifica na medida em que se acredita poder aprender bastante com os sucessos e fracassos de outrem. Simplesmente observando como as pessoas usam (ou não usam) os espaços livres públicos e descobrindo o que elas gostam ou desgostam acerca deles, é possível avaliar o que funciona ou não. Através de observações, tem-se como propósito tornar claro que tipos de informação estão fazendo falta e o que pode ser incorporado com uma nova visão. E quando novos espaços forem construídos, continuando-se com esse processo de observação, será possível aprender ainda mais como desenvolvê-los e administrá-los.

A contribuição da comunidade e dos gestores públicos, a compreensão de como outros espaços funcionam, a experimentação provêm a conceituação para o local. Embora o design seja importante, esses outros elementos lhe dão a forma necessária para que a visão futura do espaço se torne realidade.

2.2 Análises sistêmicas do sistema homem-tarefa-máquina

Para o referencial teórico, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental que serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa.

O gráfico (Figura 8), estrutura da pesquisa, apresenta a relação do objeto teórico com o objeto empírico e a proposta da pesquisa. Apresenta também as ênfases da ergonomia e suas relações com os métodos e técnicas da intervenção ergonomizadora.

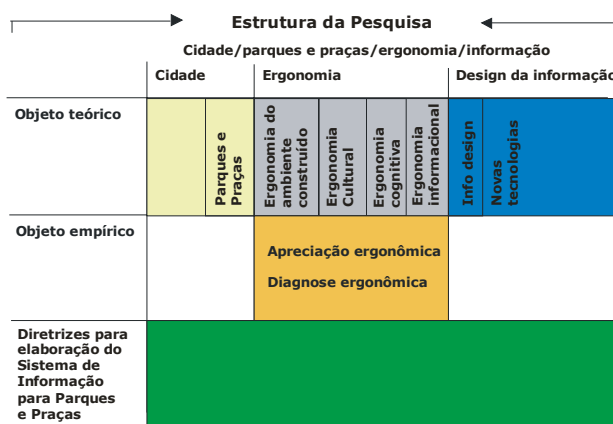


Figura 8

Estrutura da pesquisa

Com base nos princípios norteadores da pesquisa e na classificação dos parques e praças e para a pesquisa de campo, foram, então, definidos os métodos mais adequados à pesquisa.

Inicialmente, no estudo de campo, foi feita uma pesquisa exploratória quando se realizaram as observações assistemáticas na etapa da apreciação ergonômica. É a etapa que se realiza, sem planejamento e sem controle inicialmente definidos. Foram observados o contexto urbanístico em que os parques e praças estão inseridos, a tipologia dos parques e praças (funções e mobiliário urbano), o perfil dos usuários, a utilização do espaço, como também, as demandas dos usuários.

2.2.1 Apreciação ergonômica – 4 parques e 4 praças

Pesquisa assistemática:

Foi feita observação em quatro parques: Parque 13 de Maio – centro da cidade; Parque da Jaqueira – bairro da Jaqueira (área nobre do Recife); Parque Arnaldo Assunção – bairro Engenho do Meio (subúrbio) e Parque Robert Kennedy – bairro do IPSEP (subúrbio) e em quatro praças: Praça da República – centro; Praça de Casa Forte (área nobre do Recife); Praça Barreto Campelo – bairro da Torre (subúrbio), Praça do ABC – bairro da Mustardinha (subúrbio), definidas para a apreciação ergonômica, com registro fotográfico e anotações.

As primeiras observações foram realizadas em horários aleatórios. Observou-se que os horários de maior frequência nos parques e praças visitados eram bem definidos. Optou-se, então, por fazer as observações com registro fotográfico e anotações nos horários de maior frequência. Dessa forma, foram feitas observações, pela autora, nos quatro parques e quatro praças definidos para a etapa da apreciação ergonômica em diferentes dias e horários – durante a semana (entre 6 e 8 horas, entre 12 e 14 horas e entre 16 e 18 horas) e nos finais de semana em horários diversos. A frequência nos finais de semana é intensa durante todo o dia. Portanto, em cada parque e em cada praça foram feitas observações, pela autora, em dois diferentes dias da semana e em dois horários distintos – quarta e sexta feira e um dia no final de semana – alternando entre sábado e domingo nos meses de setembro, outubro e novembro de 2005.

Foram realizadas 6 (seis) entrevistas semi-estruturadas com os usuários que visitam e trabalham no local. Foi importante entrar em contato com os usuários dos parques e praças para consubstanciar o questionário para a etapa

seguinte. Foram abordadas pessoas, de forma aleatória, transeuntes e em situação estacionária. Essas entrevistas tinham o objetivo da obtenção de informações preliminares do pesquisador sobre o usuário dos parques e praças e dos espaços livres públicos. As entrevistas foram realizadas com três adultos na faixa etária de 20 a 60 anos – dois visitantes (um do sexo feminino e um do sexo masculino) e um trabalhador do local - em cada parque e em cada praça pesquisada.

A partir da observação da vivência dos parques e praças e do contato com os usuários desses espaços livres públicos, foi possível conhecer melhor o ambiente do campo da pesquisa de forma holística.

Para tanto, foram definidos alguns critérios que serviram como um pré-roteiro para os questionários e entrevistas:

- 1. Contexto histórico e urbanístico em que os parques e praças estão inseridos;**
- 2. Tipologia dos parques e praças (funções e mobiliário urbano);**
 - A. Características urbanas da área onde os parques e praças estão inseridos;
 - B. A relação dos parques e praças com o sistema viário;
 - C. Funções dos parques e praças;
 - D. Mobiliário urbano;
 - E. Mobiliário de sinalização.
- 3. Perfil dos usuários;**
- 4. Utilização do espaço;**
- 5. Demanda dos usuários.**

- 1. Contexto histórico e urbanístico em que os parques e praças estão inseridos**

A bibliografia pesquisada para esse item foi: MACEDO e SAKATA (2003), ROBBA e MACEDO (2003), SÁ CARNEIRO e MESQUITA (2000), EMTU (2006), Biblioteca Virtual de Tropicologia (2006).

- **RPA 1: Parque 13 de Maio**

Localização: **Bairro de Santo Amaro** – Próximo ao centro da cidade - área comercial e escolar, poucas residências;

Entorno: Faculdade de Direito, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, Biblioteca Pública Estadual e também a única Biblioteca em *braille* do Estado.



Figura 9

Parque 13 de Maio

O Parque foi construído na década de 1930, inaugurado oficialmente em agosto de 1939, servindo de cenário à celebração de importante evento religioso, o Terceiro Congresso Eucarístico Nacional. Mas a sua pré-história remonta a meados do século XIX, datando de 1860 o primeiro projeto elaborado para se implantar um passeio público no local, cobrindo área que incluía até onde hoje está a Praça Adolfo Cirne, com o prédio da Faculdade de Direito do Recife. O nome de 13 de Maio foi escolhido em homenagem à abolição da escravidão (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000).

O projeto do Parque 13 de Maio finalmente implantado, após vários outros que não saíram do papel, é de autoria do engenheiro Domingos Ferreira, aproveitando elementos de concepção paisagística de planos anteriores. Inspirou-se igualmente nos jardins públicos com vegetação abundante existentes em cidades européias como Londres e Paris e na antiga capital do país, Rio de Janeiro. Sua função precípua é de contemplação – embelezamento paisagístico, para conforto estético de quem frequenta a área – bem como a

amenização das condições ambientais urbanas (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000).

SÁ CARNEIRO e MESQUITA (op.cit.) explicam que, em anos subsequentes (1940, 1973 e 1976), o Parque passou por reformas e construção de equipamentos para responder a demandas de usuários pelo atendimento de outras finalidades. Observa-se, assim, que também nesse espaço público as reivindicações sociais têm influenciado o trabalho dos planejadores.

O 13 de Maio é possivelmente o mais importante parque público da cidade. Tem uma área de quase sete hectares e a na sua vizinhança existem edificações e instituições públicas já mencionadas, bem como o ativo comércio do centro. Estes são determinantes para a grande diversidade dos numerosos freqüentadores do parque.

Lá existem espelhos d'água, fontes, esculturas e monumentos. A ampla área arborizada constitui-se num ambiente aprazível, caracterizando-o como um parque de contemplação além de práticas esportivas.

O parque dispõe de equipamentos de ginástica e pista de *cooper*, usados por esportistas e outros praticantes de exercícios físicos. Há uma área destinada à prática de jogos de salão, de utilização preponderante de idosos. Lá são feitas competições de xadrez, damas e congêneres.

Existem também no local vários brinquedos voltados para a população infantil, que é igualmente atraída por um mini-zoo, sobretudo nos finais de semana e nas férias estudantis.

A localização geográfica do 13 de Maio, com quatro portões de entrada e saída, faz dele igualmente um parque de passagem.

A freqüência dos usuários do Parque 13 de Maio apresenta uma nítida distinção, segundo o período de observação: Nos dias úteis – predominam trabalhadores do comércio e

repartições públicas (principalmente no intervalo do almoço), estudantes, casais de namorados e idosos, residentes das áreas próximas, atletas e outras pessoas que fazem caminhadas. Já nos finais de semana, cresce a presença de famílias com crianças, que se utilizam dos brinquedos, visitam o zoológico, ou simplesmente passeiam ao longo das ruas sombreadas ou contemplam a variada e bonita vegetação do parque.

O Parque 13 de Maio é bem atendido por linhas de ônibus, pois tem em suas ruas laterais importantes corredores do transporte coletivo como a rua do Príncipe, a rua Princesa Isabel e a Cruz Cabugá, por onde trafegam transportes coletivos locais e da região metropolitana, (EMTU,2006).

Observação do pesquisador:

Observa-se, entretanto, reduzida presença de pessoas portadoras de deficiências, neste como em outros parques e praças da cidade, mesmo com a existência, em frente ao Parque 13 de Maio da única biblioteca que tem uma sessão de livros em *Braille* do Estado.

A sinalização ora existente no Parque 13 de Maio reduz-se a: em cada uma das quatro entradas, um marco de identificação do logradouro e uma placa indicativa (das atividades, serviços de administração, sanitários e com indicação das saídas).



Figura 10

Parque 13 de Maio



Figura 11

Parque 13 de Maio

No Parque 13 de Maio inexistem, nos pontos de bifurcação, orientação mais detalhada para os usuários, sobre o seu posicionamento nas vias internas da área e em relação a seu entorno, dificultando assim os deslocamentos e tornando o ambiente menos atrativo aos visitantes.

Observou-se que não há qualquer tipo de orientação ou informação direcionada a portadores de deficiência, não favorecendo conseqüentemente a utilização do parque por essa população. Inexistem igualmente indicações de advertência, de perigo, de regulamentação ou informação sobre a conduta dos usuários daquele espaço, tornando-o desse modo menos seguro para todos. Falta indicação dos pontos de interesse histórico/cultural e de lazer. Não há qualquer informação de difusão cultural, de educação ambiental, de preservação dos bens públicos da área...

A atual sinalização é, portanto, claramente insuficiente face às necessidades dos usuários/visitantes do Parque 13 de Maio, que carece de um sistema de informações orgânico, que ofereça conforto, segurança e a orientação precisa, para o mais completo desfrute das potencialidades da área.

Praça da República

Localização: Centro da cidade: área comercial e escolar, área turística da cidade

Entorno: Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Teatro Santa Isabel, Liceu de Artes e Ofícios, Secretaria da Fazenda e ainda bem próxima, a Capela Dourada.



Figura 12

Praça da República

Trata-se da primeira área verde tratada da cidade do Recife. É um espaço carregado de história que remonta aos tempos coloniais e da presença holandesa em Pernambuco. É um tradicional centro cívico.

O Recife nasceu no seu porto, onde se desenvolveu o comércio com os colonizadores portugueses, ainda no século XVI. Olinda abrigava os senhores do açúcar, em suas casas situadas no alto da colina.

No início do século XVII, em consequência das guerras e confusões políticas de monarquias européias (Portugal, Espanha, Holanda), os holandeses invadiram Pernambuco e preferiram instalar-se na área do Recife, de terras baixas, que se assemelhavam mais a seu habitat europeu.

Na zona portuária e adjacências, os invasores implantaram um desenho urbano à imagem de suas cidades: com fortes, fossos, canais, pontes, armazéns portuários. Maurício de Nassau construiu palácios e criou espaços públicos pioneiros

para sua época, como o Parque / Jardins de Friburgo, onde hoje se situa a Praça da República.

Essa praça, entre outros acontecimentos históricos, iria testemunhar execuções de revolucionários de 1817, quando ecoaram em Pernambuco os primeiros gritos de independência dos brasileiros, determinados a escaparem da dominação portuguesa.

A atual configuração da praça somou intervenções em projeto do paisagista Burle Marx em 1936, que incorporou uma fonte, rodeada de imponentes palmeiras imperiais e esculturas de figuras da mitologia grega (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000).

A praça é de uso basicamente contemplativo: pelos componentes de vegetação especial (impressionante árvore baobá – possivelmente a mais antiga da América do sul; e belas palmeiras); desenho bem característico de caminhos diagonais, que demandam os prédios históricos e sedes de poderes públicos que a rodeiam; “moldura” parcial formada pelo rio Capibaribe e o contraste de exemplar da arquitetura moderna (Secretaria da Fazenda) com os edifícios clássicos enumerados acima, em contraponto ainda com o casario antigo do bairro do Recife, que se divisa a curta distância, após a ponte Buarque de Macedo, sobre braço do rio Capibaribe.

Seu acesso é facilitado pelas muitas linhas de transportes coletivos locais e da região metropolitana que passam por sua proximidade.

Observação do pesquisador

Observou-se que a Praça da República é uma praça turística, que atrai visitantes, inclusive estrangeiros, principalmente, na alta estação de turismo. Não tem atrativos infantis, nem pistas para caminhadas. A praça é freqüentada em todos os horários, predominantemente por estudantes, casais de namorados e pessoas que trabalham no comércio da

vizinhança ou no serviço público, que vão fazer suas refeições na praça ou simplesmente contemplá-la.

Atualmente é franqueada a entrada de pessoas ao Palácio do Governo e nessa trajetória a praça foi incluída no passeio – são turistas, pessoas da cidade, alunos de escolas, etc... O público é bem eclético.

- **RPA 3 Parque da Jaqueira**

Bairro da Jaqueira: uma das áreas nobres da cidade

Entorno: predominantemente residencial; mas também se encontram bares e restaurantes na vizinhança.



Figura 13

Parque da Jaqueira

É considerado um parque público, pela grande diversidade dos usuários. É área de grande circulação - parque de maior frequência na cidade do Recife, para caminhadas e lazer infantil.

O parque tem uma capelinha de bela arquitetura colonial, denominada Senhora da Conceição da Jaqueira (numa referência às grandes árvores que a rodeiam).

O paisagista Burle Marx, em 1951, também projetou o jardim em volta da capela, que é muito utilizada para casamentos suntuosos das classes abastadas (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000).

O parque, de sete hectares, incluindo o sítio histórico onde se ergue a capelinha estendendo-se num espaço bem maior, para práticas esportivas variadas, dispõe de equipamentos tais como: pistas de *cooper*, *bicicros*, ciclovias, área de patinação, brinquedos infantis e instalações de apoio aos usuários.

Seu acesso é facilitado pelas muitas linhas de transportes coletivos municipais, que passam por seu entorno.

Observação do pesquisador

Observou-se que a Jaqueira é o parque de maior frequência da cidade e dos mais bem cuidados. Nele ocorrem, em diferentes épocas, programações cívicas, festas folclóricas, concertos e outras manifestações culturais.

Nas manhãs e fins de tarde, a população flutuante, oriunda de diferentes bairros, se adensa para a prática do *cooper* e de outros exercícios físicos.

Nos finais de semana, predomina a presença de famílias com crianças, para o lazer ao ar livre.

Praça de Casa Forte

Localização: Bairro de Casa Forte – um dos bairros tradicionais da cidade, com importante passado histórico.

Entorno: residências, bares e restaurantes.



Figura 14

Praça de Casa Forte

É mais uma área pública construída conforme projeto paisagístico de Burle Marx. Em 1935 foi o primeiro jardim público que ele desenhou para a cidade do Recife (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000).

Seu traçado tem formas regulares, com espelhos d'água, com vegetação variada (existiram, na área durante certo tempo, exemplares transplantados de *vitórias-régias*) e passeios circundantes.

O casario antigo das laterais da praça é atualmente tombado como sítio histórico que inclui a praça e está sendo mantido pelos construtores dos novos edifícios do local, erguidos por trás dos casarões, embora essa ação interfira por demais na paisagem da praça e de seu entorno pela sensação de sufocamento, advinda das barreiras construídas de até 40 (quarenta) andares (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000).

Como tantos outros espaços públicos do Recife, também este tem, em suas origens, episódio histórico de grande significado.

Aí se situava o engenho de Ana Paes, notória e controvertida personagem do 'Brasil holandês'.

Em casa de morada então (1845) no local, ao lado do terreno onde atualmente está erguida a Igreja matriz de Casa Forte, uma coluna holandesa aprisionara matronas pernambucas, num dos capítulos da luta pela expulsão dos invasores batavos.

As forças nativas, (hoje consideradas o embrião do exército brasileiro) – sob a liderança dos heróis consagrados Fernandes Vieira, de origem lusa, Vidal de Negreiros, paraibano, Henrique Dias, negro, e do índio Felipe Camarão – deram combate aos inimigos holandeses, venceram-nos e prenderam-nos, libertando as bravas senhoras, na batalha de Casa Forte.

Assim rezam as gestas da Restauração Pernambucana.

A praça, que, por sua beleza paisagística é uma das atrações turísticas da cidade, é também ponto de encontro dos moradores da vizinhança, local de festas tradicionais do bairro (religiosas e populares), prestando-se igualmente à prática do *cooper*.

No seu entorno encontram-se a Igreja Matriz de Casa Forte, três escolas, cartório civil, casa de chá, além de bares e restaurantes.

Observação do pesquisador

Na praça de Casa Forte existe uma única placa com o nome da praça, mas não informa que foi de Burle Marx o projeto paisagístico, apesar de sua última intervenção ser de 1998.

Observou-se também que, mesmo não tendo a indicação do projeto paisagístico, Burle Marx é sempre lembrado nas incursões turísticas. A praça é ponto turístico e uma das referências da cidade do Recife. A praça conserva o projeto paisagístico original e é bastante contemplada pela sua beleza tanto pelos usuários da circunvizinhança, quanto pelos visitantes de outros bairros e pelos turistas.

Nas manhãs e fins de tarde, a população circunvizinha utiliza a calçada para a prática do *cooper*. À noite ela é bastante vista pelos freqüentadores dos bares e restaurantes que se localizam no seu entorno.

Nos finais de semana, predomina a presença de famílias com crianças, para o passeio ao ar livre.

A praça ainda é um local que preserva a tradição de festas típicas do bairro.

- **RPA 4: Parque Arnaldo Assunção**

Localização: Bairro Engenho do Meio

Entorno: área residencial



Figura 15

Parque Arnaldo assunção

Considerado parque de vizinhança, tem importante função social, num bairro residencial de população de menor renda.

Em sua área de 2,4 ha, foram instalados equipamentos diversos: para a prática de ginástica; quadra esportiva, áreas de playground e de estar, com mesas e bancos de alvenaria. O mobiliário se assemelha aos parques e praças de periferia. Aí se desenvolvem variadas atividades comunitárias (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000).

O parque dispõe de pista de *cooper*, utilizada pelos moradores da vizinhança. Árvores de médio porte sombreiam e amenizam o clima nessa área de lazer da população local.

O parque é gradeado, tem uma guarita com guarda, permitindo uma maior segurança aos usuários do parque.

O seu acesso é facilitado pelos transportes coletivos municipais. Bem próximo ao parque situa-se um terminal de ônibus.

Observação do pesquisador

Existe no local uma placa com o nome do parque com informações institucionais da Prefeitura, colocada quando da sua revitalização. Existe mais uma placa explicitando atividades da 'academia da cidade'.

O parque é muito freqüentado, a partir das 16:00h, por mães com crianças e por jovens para a sua prática esportiva e por adultos que vão fazer suas caminhadas. Pelas características do parque e pelo uso que as pessoas fazem do local, é uma área de lazer, de contemplação e também de prática de esporte.

Praça Prof. Barreto Campelo

Localização: Bairro da Torre

Entorno: residencial



Figura 16

Praça Prof. Barreto Campelo

Nessa área, que deu origem ao bairro, destacam-se marcos de grande valor simbólico do lugar, que remontam à época dos engenhos: a chaminé da olaria, a casa grande e a igreja.

Nesse conjunto, bem arborizado, a população do bairro mantém as tradições de festas religiosas e populares.

Há dois espaços bem diferenciados na praça: num, a quadra esportiva polivalente, play ground e área de estar; no outro, abrigo com palco para apresentações (construído nos anos

60 do século passado, como uma “praça de cultura” do Movimento de Cultura Popular) e ainda outra área de estar.

O seu acesso é facilitado pelos transportes coletivos municipais. As linhas intermunicipais passam próximo à praça.

Observação do pesquisador

Observou-se que é um espaço bastante utilizado pela população da vizinhança. É muito freqüentado a partir das 16:00h por mães com crianças. Pelas características da praça e pelo seu uso é uma área de lazer, principalmente para a juventude que a utiliza todas as horas do dia para jogos esportivos. É também um local onde se realizam as festas do bairro, sejam elas religiosas ou profanas.

- **RPA 5: Parque Robert Kennedy**

Localização: Bairro do IPSEP

Entorno: residências, bares, sorveterias e pequeno comércio



Figura 17

Parque Robert Kennedy

É considerado um parque de vizinhança, também chamado Praça da Juventude ou Praça da SUDENE.

Esse parque, de menos de dois hectares de área, situado num bairro periférico, tem grande importância para o lazer da população local. Por isso mesmo tem intensa utilização. São realizadas festas religiosas e profanas, no local.

Metade da área é ocupada pelo campo de futebol, que se constitui na atração central do parque. Mas existem também e são utilizadas pelos moradores da vizinhança: pistas de *cooper*, de *skate* e *bicicross* e brinquedos infantis. Existe ainda um abrigo para jogos de damas e xadrez, comumente praticados nos parques e praças.

O seu acesso é facilitado pelos transportes coletivos municipais. As linhas intermunicipais passam por sua proximidade.

Observação do pesquisador

Existe uma única placa com o nome da praça e informações institucionais sobre a sua revitalização.

Pela sua utilização percebe-se que é um parque de descanso, de lazer e esportes.

Observou-se que é um espaço sem muita conservação; mesmo assim, é bastante freqüentado pelos moradores do bairro, das mães com crianças e para encontro dos idosos e da juventude. As pessoas da circunvizinhança vão com freqüência assistir aos treinos e campeonatos de futebol.

Praça do ABC

Localização: Bairro da Mustardinha

Entorno: área residencial



Figura 18

Praça do ABC

Área bastante significativa para o convívio social da população local. Pela sua utilização percebe-se que é uma praça de descanso e de lazer

O desenho da praça induz os usuários a demandarem seu centro, onde se situam mesas para jogos e bancos. A praça dispõe também de playground e quadra esportiva, utilizados pela população da vizinhança.

O entorno arborizado da praça protege parcialmente seus usuários da poluição do trânsito. Seu acesso é facilitado pelas muitas linhas de transportes coletivos municipais e intermunicipais como também a linha de metrô que passa por sua proximidade

Observação do pesquisador

Como a maioria das praças do Recife, essa também é gradeada. As pessoas manifestaram que se sentem mais seguras dentro delas, mesmo com a incorporação do mobiliário de segurança.

Observou-se que a maior utilização da praça é entre 5:30h às 8:00h e no horário entre 16h às 18h. Já nos finais de semana a frequência se dá o dia todo.

Existe uma única placa com o nome da praça e com informações institucionais sobre a sua revitalização.

2. Tipologia dos parques e praças

Foram fotografados os parques e praças, observando o enquadramento do conjunto arquitetônico. Também foi feita análise morfológica das fotografias com ênfase na tipologia buscando estabelecer os padrões repetitivos dos parques e praças.

Os elementos que foram pesquisados:

1. Características urbanas da área onde os parques e praças estão inseridos
2. A relação dos parques e praças com o sistema viário
3. Funções dos parques e praças

4. Mobiliário urbano
5. Mobiliário de sinalização

1. Observação do pesquisador sobre as características urbanas da área onde os parques e praças estão inseridos:

A pesquisadora observou que as características urbanas em que se situam os parques e praças do Recife são bem diferenciadas, segundo o tipo e função do espaço público considerado.

Os parques e/ou praças de vizinhança, principalmente nos bairros periféricos, de população de menor renda, estão inseridos em áreas predominantemente residenciais, a exemplo do Parque Arnaldo Assunção no Engenho do Meio, o Parque Robert Kennedy no IPSEP ou ainda a Praça Barreto Campelo na Torre.

Já os parques e praças turísticos e/ou de contemplação localizam-se geralmente em áreas comerciais e do centro administrativo dos Poderes Públicos, como o Parque 13 de Maio e a Praça da República.

Observou-se ainda que os espaços livres públicos de funções múltiplas – de contemplação e jogos esportivos ou exercícios físicos – situam-se em áreas mistas (residenciais e com forte presença de bares e restaurantes). É o caso, por exemplo, do Parque da Jaqueira e da Praça de Casa Forte.

2. Observação do pesquisador sobre a relação dos parques e praças com o sistema viário:

Observou-se que todos os parques e praças são servidos pelos transportes coletivos da EMTU Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos com linhas municipais. Em alguns parques e praças, como o 13 de Maio, trafegam também transportes coletivos intermunicipais.

3. Observação do pesquisador sobre as funções dos parques e praças:

Foram identificadas, nos parques e praças pesquisadas, várias funções dos parques e praças no conjunto da cidade do Recife: de descanso, esportiva, de contemplação, ecológica, turística e os de convívio social, que são os parques e praças de vizinhança. Os parques e praças pesquisados têm funções múltiplas, com a

incorporação de equipamentos de ginástica, pistas de *cooper* e brinquedos infantis. Mesmo os parques que anteriormente eram predominantemente de contemplação, como, por exemplo, o Parque 13 de Maio, hoje eles alteraram as suas funções, atendendo a uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas quanto culturais, não possuindo muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo, características dos primeiros grandes parques públicos, como explica MACEDO e SACATA (2003).



Figura 19

Parque 13 de Maio

MACEDO e SACATA (op.cit.) falam ainda sobre as novas funções dos parques:

‘Novas funções foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, parque ecológico e parque temático’.

ROBBA e MACEDO (2003) falam sobre as mudanças nas praças:

‘A partir da década de 1940, sob forte influência de arquitetos paisagistas modernos, como Roberto Burle Marx, Thomas Church e Garret Eckbo, começam a aparecer os primeiros sinais de mudança na concepção dos espaços livres da cidade brasileira, com alteração no seu programa de uso. Parques e praças passaram a englobar, em seus programas, o lazer ativo – principalmente as atividades esportivas e a recreação infantil.... Surgem, então nos jardins particulares e posteriormente nas áreas públicas, equipamentos como quadras para prática

esportiva, brinquedos para recreação das crianças e churrasqueiras’

Uma das características fortes dos parques e praças do Recife é o seu grande percentual de área verde distribuída em árvores, arbustos e vegetação rasteira, o que torna a função de contemplação ainda uma das funções principais, além da prática de esportes, hoje muito comum nesses espaços livres públicos.

4. Observação do pesquisador sobre o mobiliário urbano

A SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DO RIO DE JANEIRO (1996) explica que a implantação do mobiliário urbano em espaços públicos deve considerar a natureza das atividades existentes nas edificações lindeiras e seu impacto no cotidiano do lugar. O local deve ser também analisado segundo o seu contexto urbanístico, distinguindo-se as especificidades de cada setor ou bairro da cidade, centros históricos, áreas turísticas, orlas litorâneas, áreas comerciais ou residenciais, assentamentos de populações de baixa renda, etc..., assim como a sua diferenciação interna.

Ainda a SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DO RIO DE JANEIRO (op.cit.) explica que nos espaços livres públicos poderão ser abrigados elementos com maiores dimensões, de apoio às atividades de lazer e recreação. As características desses espaços deverão nortear a definição de critérios de escolha e da localização dos elementos do mobiliário urbano.

Observou-se falta de critérios na localização de algumas placas colocadas nos parques e praças, a exemplo da placa da pista de *cooper* no Parque da Jaqueira (Figura 20), cuja localização não está adequada aos parâmetros de visibilidade e legibilidade, como também situa-se dentro do canteiro de uma árvore secular.



Figura 20

Parque da Jaqueira

Tem-se observado que em parques e praças com vocação turística o mobiliário tem características bem peculiares: monumentos históricos com placas de informação, fontes, bancos integrados ao ambiente e placas com o nome do espaço livre público, a exemplo da Praça da República. Em parques e praças onde foi incorporada a função esportiva o mobiliário é bem mais diversificado. Lá existem bancos e mesas para jogos, mobiliário variado para a prática de esportes para adultos, jovens e crianças, pistas para caminhada, placas de entrada e de indicação de serviços, a exemplo dos parques 13 de Maio e Jaqueira.

No entanto, observou-se que não existe muita diferença nos mobiliários dos parques e praças, quando situados em áreas residenciais da periferia. Observou-se a existência de quadras de jogos, brinquedos para a diversão infantil, mesas com bancos para jogos e, mais recentemente, têm sido introduzidos equipamentos de ginástica.

Tem sido incorporado em vários parques e praças o mobiliário de guarita de vigilância, que responde de certa forma à questão da insegurança nos espaços livres públicos. Existe, na cidade do Recife, um percentual muito elevado de grades nas praças – as pessoas se sentem mais seguras dentro delas, mesmo com a incorporação do mobiliário de segurança. A política atual da Prefeitura do Recife é a de retirar as grades das praças, como por exemplo, o que já foi feito na Praça da independência, na Praça Pessoa de Queiroz e na Praça Dezessete.

5. Observação do pesquisador sobre o mobiliário de sinalização

A EMBRATUR (2001) enfatiza que a comunicação, que ocorre por meio de placas, deve se dar da forma mais abrangente possível e estar em total conformidade com os demais sistemas de circulação. Deve ainda ser integrada aos espaços urbanos de forma harmônica, com o mínimo de interferência sobre o meio, compondo com o ambiente de modo a não causar impactos indesejáveis, nem se tornar obstáculo de qualquer natureza, especialmente os visuais e os relacionados à livre circulação de pedestres.

Tem-se observado, na quase totalidade dos parques e praças pesquisados na etapa da apreciação ergonômica, a inexistência de mobiliário de sinalização. Observou-se também que inexiste qualquer tipo de mobiliário que contenha informações culturais, de segurança, de preservação dos bens públicos e/ou de informações sobre o entorno. As placas, quando existem, são freqüentemente de orientação das saídas e com orientação insuficiente dos serviços e das atividades do parque e/ou da praça, a exemplo da placa na figura 21 **no Parque 13 de Maio**. Foram colocadas placas só nas entradas do parque. No percurso interno do espaço livre público não existe nenhuma placa de continuidade às informações contidas nas placas de entrada.



Figura 21

Parque 13 de Maio

3. Perfil dos usuários:

Observou-se que, nos parques e praças da periferia da cidade do Recife, a frequência se dá basicamente pelos moradores da vizinhança e são classificados, segundo SÁ CARNEIRO E MESQUITA (2000), como parques e praças de vizinhança. Já nos parques e praças do centro da cidade situados na Região Política Administrativa 1 RPA1 – como por exemplo, o Parque 13 de Maio e a Praça da República, a frequência maior se faz por visitantes de outros bairros, de outras cidades e por turistas. Os parques 13 de Maio e Jaqueira são classificados, segundo SÁ CARNEIRO E MESQUITA (2000), como parques públicos.

Observou-se também a diferença na quantidade e nos tipos de frequentadores dos parques e praças durante a semana e nos finais de semana. Durante a semana a frequência é muito diversificada. Frequentam pessoas de todas as idades e de todas as classes sociais. Já nos finais de semana a frequência é mais intensa de famílias com crianças.

Os parques e praças são frequentados por pessoas com profissões e interesses diferenciados. Em locais onde existem brinquedos infantis há uma grande presença de famílias com crianças.

A presença de campo de futebol, pistas de *bicicross* e *skate*, induz a juventude a se fazer bem mais presente, em detrimento de outros parques e praças que não têm esse atrativo. A pista de *cooper* é sempre um atrativo positivo para as pessoas, principalmente adultos, por se sentirem cuidando da saúde ao mesmo tempo que contemplam a natureza. Também a presença de idosos é maior quando há locais específicos para jogos de dama e xadrez.

Observou-se que os horários de maior frequência das pessoas nos parques e praças, durante a semana, são: entre 5:30 e 8:00 horas, entre 12:00 e 14:00 horas e entre 16:30 e 18:00 horas. Já nos finais de semana a frequência é durante todo o dia; por essa razão as observações ergonômicas foram feitas nesses horários.

4. Utilização do espaço

Foi verificada a preferência dos usuários dos parques e praças pesquisados por locais específicos desses espaços. Os indivíduos foram contados por categoria de usuários: estudante sozinho, estudantes em grupo, adulto sozinho, adultos em grupo, idoso sozinho, idosos em grupo, jovem sozinho, jovens em grupo, pessoa acompanhada por criança, casal, casal de namorados, portador de deficiência - física / visual. A contagem não foi viável nos horários de pico, mas pode-se relacionar a preferência das categorias de usuários pelos locais específicos do parque e/ou praça. Essa observação nos levou a conhecer quais os lugares mais freqüentados por cada categoria de usuário e a utilização que se faz do espaço. Essa observação foi importante para a escolha dos locais, para posterior aplicação dos questionários na etapa da diagnose ergonômica.

5. Demanda dos usuários:

Tem-se observado que os usuários buscam informações sobre:

- A conservação dos parques e praças – existe ainda muito vandalismo, a exemplo desse baobá, figura 22, o mais antigo dos oito existentes no Brasil e que está situado na Praça da República.



Figura 22

Praça da República

A SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO (1996) explica que o bom desempenho e a funcionalidade de toda a coleção de elementos do mobiliário urbano não dependem somente de um bom desenho, mas da organização de uma série de campanhas de informação e orientação. O

objetivo seria despertar o cidadão para a importância da preservação do mobiliário urbano da cidade, estimulando a sua correta utilização e combatendo o vandalismo. Tais campanhas deverão ser feitas não somente pelos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, mas também com a participação da iniciativa privada, principalmente dos setores que se beneficiam do uso do espaço público para suas atividades comerciais.

- Alertas sobre possíveis acidentes com as crianças que acontecem com frequência - crianças subindo em árvores, crianças pequenas em brinquedos não apropriados para a idade, áreas específicas para as crianças menores, etc...
- Informações de segurança: como proceder diante de um roubo, acidentes, etc... No **Parque 13 de Maio**, por exemplo, é comum perderem-se crianças. Não existe nenhum tipo de informação para orientar os pais na suas buscas.
 - Ordenamento dos espaços de circulação das bicicletas
 - História do parque e/ou praça
 - informações sobre o entorno – edificações e ruas
 - Informações sobre a vegetação
 - ordenamento dos ambulantes
 - informações sobre comportamentos e usos
 - localização espacial

Praça da República – local turístico

- Por que o nome Praça da República
- Paisagistas que projetaram a praça
- História da cidade
- Os artistas que projetaram os monumentos; divindades gregas
- Relação dos artistas com a cidade e/ou o estado
- As árvores seculares – baobá, pau brasil, palmeiras imperiais, etc...
- Edificações do entorno

2.2.2 Sistematização

A partir das observações realizadas com critérios pré-estabelecidos, foi possível conhecer holisticamente o ambiente do campo de estudo da pesquisa

e, desse modo, elaborar o questionário: a entrevista estruturada com maior segurança para a etapa da diagnose ergonômica.

Segundo MORAES e MONT'ALVÃO (2000), para melhor apreender os problemas quando das primeiras visitas ao local, durante a apreciação ergonômica, cumpre ter como orientação categorias de problemas que compreendem deficiências, faltas e falhas específicas. Com as categorias de problemas em mente, torna-se mais fácil e eficiente para o ergonomista realizar observações assistemáticas em campo e propor questões durante a entrevista focalizada.

Ainda MORAES e MONT'ALVÃO (op.cit.) explicita, entre outros, a categorização e taxionomia dos problemas ergonômicos do sistema homem-tarefa-máquina.

Problemas informacionais / visuais como deficiências na detecção, discriminação e identificação de informações em painéis, placas de sinalização, resultantes da má visibilidade, legibilidade, compreensibilidade de signos visuais, com prejuízos para a percepção e para a tomada de decisão; **problemas cognitivos** como a dificuldade de decodificação e memorização, em face de inconsistências lógicas dos subsistemas comunicacionais; **problemas de acessibilidade** como a despreocupação com a independência e a autonomia dos usuários portadores de deficiência, dos idosos e das crianças, considerando sua locomoção e acessos necessários; **problemas urbanísticos** como deficiência na circulação dos usuários no espaço da cidade e ausência de pontos e/ou marcos de referência, que auxiliem a circulação e orientação dos usuários no espaço urbano; **problemas acidentários** como os que comprometem os requisitos securitários que envolvem a segurança no ambiente.

Foram, então, definidos alguns critérios relacionados ao sistema de informação, com base no referencial teórico pesquisado e na apreciação realizada, para a elaboração do questionário a ser aplicado com os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República; são eles:

- **Acessibilidade**

O sistema de informação deve ser elaborado de forma a garantir legibilidade (ou eficácia no processo cognitivo) para o maior número

possível de usuários para que estes tomem decisões de maneira independente e autônoma.

- **Segurança**

Atributos necessários ao sistema de informação, para que o usuário entre e circule no espaço livre público com conforto e percepção clara do ambiente.

- **Utilização**

- Atividades que são exercidas no espaço livre público
- Necessidades dos usuários em relação aos sistemas de informação nesses espaços livres públicos
- Atributos que são necessários ao sistema de informação para torná-lo acessível ao diferentes usuários

- **Orientação**

- orientação espacial dentro do espaço do logradouro
- orientação espacial em relação ao entorno do logradouro

- **Informação ambiental**

- informação arquitetônica
- informação gráfica alfabética, pictórica e mapas
- informação verbal

- **Funcionalidade**

- Tipos de sistemas de informação que deverão ser elaborados para atender às necessidades dos usuários específicos daqueles espaços - orientação espacial, difusão cultural; educação ambiental; preservação dos bens públicos, história da cidade, do parque, da praça, paisagistas, etc...

2.2.3 Questionário com os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República

Foi então elaborado o questionário que foi respondido por 74 (setenta e quatro) usuários transeuntes e em situação estacionária do Parque 13 de Maio e Praça da República – os que visitam e os que trabalham nesses locais. Os objetivos desse questionário são: conhecer com maior acuidade o perfil dos usuários, a utilização que se faz desses espaços livres públicos, conhecer os problemas relacionados à acessibilidade, segurança, orientação e informações existentes. Ainda, ter conhecimento dos tipos de informações que os usuários desses espaços gostariam que fossem aí veiculados.

Preocupações na elaboração do questionário

- Problemas de ordem interpretativa;
- Linguagem acessível a todos os usuários;
- Não causar constrangimentos
- Não provocar indução das respostas
- Facilitar as respostas – no caso de muitas opções o entrevistado responde uma de cada vez, na medida em que o entrevistador as explicita

Pré-teste e ajustes no questionário para os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República

Para Soares (2002), o pré-teste objetiva evidenciar possíveis falhas na redação, excesso de perguntas, constrangimentos e resistências dos entrevistados. Ainda verificar se a elaboração do questionário atende aos requisitos de clareza, precisão dos termos, forma e ordem das questões.

O pré-teste foi realizado com dez pessoas, com grau de instrução diferenciado. Esse requisito foi importante para verificar o grau de entendimento das perguntas pelos entrevistados.

No item em que foi perguntado – você se **orienta** bem em relação às ruas ao redor do parque? Os entrevistados com escolaridade superior completa não tiveram problema em responder a essa pergunta, mas duas entrevistadas, com escolaridade de segundo grau completo, perguntaram o que eu queria saber exatamente? Essa pergunta então foi reformulada para: Você se **localiza** bem em relação às ruas ao redor do parque? Essa pequena alteração foi substancial para o entendimento da pergunta.

No item em que foi perguntado - Na sua opinião, que outras informações poderiam ser colocadas para incentivar as pessoas a freqüentarem mais o parque? Uma entrevistada com escolaridade superior completo colocou a importância das informações sobre a saúde. Essa abordagem foi então acrescentada no item de sugestões para os sistemas de informação.

No item em que foram colocadas sugestões de sistemas de informação, uma entrevistada de escolaridade superior completa explicitou a importância de informações sobre as programações do parque. Esse item foi incorporado ao questionário, também no item de sugestões para os sistemas de informação.

Ainda numa outra pergunta sobre as sugestões de sistemas de informação, uma entrevistada com segundo grau incompleto falou que não tinha entendido a questão das informações sobre orientação para a circulação no parque. Essa questão foi reformulada para: informações para as pessoas andarem bem no parque sem se perderem.

Foram detectadas ainda no pré-teste duas perguntas que enfocavam o mesmo tipo de resposta. As perguntas eram: Você, alguma vez, já buscou informações aqui e não as encontrou? e a outra: As informações que existem no parque são satisfatórias para você? Essa última foi eliminada por não estar tão clara quanto a primeira.

Uma entrevistada com segundo grau completo explicitou a dificuldade das pessoas responderem a esse questionário, por achar muito extenso e com algumas perguntas difíceis. Assim as perguntas foram alteradas para uma linguagem mais acessível, facilitando, assim, o seu entendimento. Quanto ao tamanho do questionário, não foi alterado por três motivos: primeiro, todas as informações constantes no questionário tinham um objetivo bem claro e eram vitais para o resultado da pesquisa; segundo, as perguntas elaboradas eram bem diretas e rápidas em responder, o que não demandava muito tempo do entrevistado e, em terceiro, foi uma única entrevistada, no conjunto de dez, a explicitar esse aspecto. Decidiu-se então aplicar o questionário, mesmo com a ressalva do tamanho.

No final do questionário, foi perguntado aos entrevistados o que tinham achado do conjunto de perguntas e se tinham alguma sugestão de mudança. Dois dos entrevistados responderam que o questionário estava muito bem elaborado, e que tinham aguçado a sua percepção sobre a ausência das placas e a sua atenção para o que faltava no parque, mas que não gostariam de respondê-lo durante a sua caminhada. Um dos entrevistados falou que gostaria de respondê-lo antes da caminhada; já o outro falou que gostaria de respondê-lo depois. Esse aspecto foi muito importante para a definição dos locais de abordagem dos entrevistados.

Feito o pré-teste, passou-se a definir a amostragem.

A partir das observações da circulação, do uso e das atividades dos usuários no Parque 13 de Maio e na Praça da República, foram definidos os critérios de escolha dos locais para a amostragem: Foram definidos quatro locais

diferentes, que tivessem uma concentração maior dos usuários no Parque 13 de Maio para a aplicação do questionário. Já na Praça da República, por ter uma área bem menor de circulação, foi definido um único local.

Locais para a amostragem no Parque 13 de Maio

Foram definidas para a realização da pesquisa as quatro entradas do parque. Observaram-se as quatro entradas do parque e contatou-se que existem algumas peculiaridades, em cada uma delas.

A entrada '1', localizada na rua do Hospício, é a entrada de circulação dos usuários que utilizam transporte coletivo e também quem usa o parque como corredor para o comércio e colégios circundantes. Está próxima da área de lazer infantil; a entrada '2' é a da rua João Lira; está próxima ao estacionamento dos veículos particulares por onde entram os usuários para as várias atividades no parque e está próxima à biblioteca pública da cidade. A entrada '3', localizada na rua da Saudade, por onde circulam muitos estudantes, está próxima ao mini-zoo e também está próxima ao estacionamento de automóveis particulares e, finalmente, a entrada '4', situada na rua Princesa Isabel, foi determinada por ser próxima da área de jogos de tabuleiro, local de maior concentração dos idosos e próxima de paradas de ônibus. Todas as entradas mencionadas levam os usuários à pista de *Cooper*, para o descanso, encontros e contemplação do Parque.



Figura 23

Mapa Parque 13 de Maio – Fonte: SÁ CARNEIRO E MESQUITA (2000).

Local para a amostragem na Praça da República

A praça da República é dividida em três lances de jardins que se distribuem em direção ao rio. O jardim central é o mais visitado pelos usuários, onde se

localizam a famosa árvore do baobá, os monumentos, o lago com uma fonte e as palmeiras imperiais. É, portanto, o local (1) central da Praça, escolhido para a aplicação do questionário, figura 24.



Figura 24

Mapa: Praça da República – Fonte: SÁ CARNEIRO E MESQUITA (2000).

A amostra foi determinada em um dia da semana no Parque 13 de Maio, e em outro dia na Praça da República. No Parque 13 de Maio ficou determinada a aplicação do questionário, com duração de três horas em cada entrada, totalizando 12 horas (das 6:00h às 18:00h) e um dia no final de semana, no período da tarde, com duração de três horas. A localização da amostra no final de semana foi a entrada '1', por ser a mais próxima dos brinquedos infantis. O uso do Parque nos finais de semana é de uso predominante de mães com crianças. No entanto, para a Praça da República, no final de semana, foi determinado o período da manhã, com duração também de três horas. Totalizando 15:00h de aplicação do questionário para o Parque 13 de Maio, e 15:00h para a Praça da República.

Consultados alguns estatísticos sobre a quantificação da amostra, houve essa recomendação, que se justifica, pelo fato, de ser uma pesquisa qualitativa e não necessitar de cálculos estatísticos, e que daria credibilidade à pesquisa.

Ficou, então, o questionário dividido em 5 blocos com perguntas abertas e fechadas. Cada bloco tem um objetivo específico:

O objetivo do primeiro bloco é identificar o usuário e classificá-lo em grupo; o do segundo é conhecer as razões da sua ida e a sua frequência no parque; o do terceiro é identificar os aspectos facilitadores e limitadores na utilização do parque; o do quarto objetiva conhecer a demanda de informações e finalmente o objetivo do quinto bloco é entender a percepção, pelo usuário, do parque considerado.

2.2.4 Entrevista com gestores públicos

Objetivos

- Conhecer os tipos de informações que já foram e/ou estão sendo implantados, em programas de revitalização das cidades, na renovação dos espaços livres públicos de convivência – parques e praças
- Conhecer a posição dos gestores públicos sobre a introdução de novas informações passíveis de serem colocadas nos parques e/ou praças sobre: orientação espacial, difusão cultural; educação ambiental; preservação dos bens públicos, etc...
- Conhecer a viabilidade e aceitação dos órgãos públicos envolvidos com os parques e praças sobre a introdução desses sistemas de informação.

Nesse sentido, a entrevista foi dividida em quatro segmentos: planejamento, orçamento, administração e comunicação, quase na sua totalidade com perguntas abertas e só um segmento que é o da comunicação com perguntas abertas e fechadas. Cada área tem um objetivo específico: O objetivo do primeiro segmento é conhecer a relação dos planejamentos dos parques e praças com as necessidades dos usuários; o segundo é conhecer as disponibilidades orçamentárias, parcerias e programações destinadas para essas áreas; o terceiro é identificar os fatores facilitadores e limitadores da administração dos parques e praças e finalmente o quarto segmento objetiva confrontar a visão dos gestores públicos envolvidos com os espaços livres públicos: parques e praças com as opiniões dos usuários desses mesmos espaços.

2.3 Diagnose ergonômica: Pesquisa de campo

2.3.1 Pesquisa com técnicos e gestores públicos

Contextualização

No desenvolvimento do trabalho, foi feita uma pesquisa semi-aberta com questionário estruturado junto a técnicos e gestores públicos, envolvidos com o planejamento, projeto, execução e manutenção dos espaços livres públicos – parques e praças – da Prefeitura da Cidade do Recife - PCR.

Para a entrevista foi elaborado um questionário com 15 (quinze) perguntas abertas e uma, com 18 itens fechados e abertos.

Foram considerados os temas:

- A. Apresentação simplificada de atribuições;
- B. Demanda dos usuários;
- C. Preocupações específicas com os espaços livres públicos - parques e praças;
- D. Preocupações com a história dos espaços livres públicos - parques e praças;
- E. Orçamento Municipal destinado aos parques e praças e pessoal envolvido na manutenção;
- F. Informações existentes nos espaços livres públicos – parques e praças;
- G. Informações adequadas aos espaços livres públicos – parques e praças;
- H. Opinião dos técnicos e gestores públicos entrevistados.

Foram entrevistados no total 11 (onze) técnicos e dirigentes da PCR. Destes, 5 (cinco) foram da **Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental**: a Diretora da Diretoria de Urbanismo, a Gerente de Espaços Públicos e o Gerente de Desenvolvimento Territorial e, na Diretoria de Meio Ambiente, foram entrevistadas duas arquitetas responsáveis por projetos de áreas verdes. Na **Empresa de Urbanização do Recife - URB**, foram entrevistados o Diretor da Diretoria de Projetos Urbanos, a gerente de arquitetura e uma arquiteta especialista em desenvolvimento de projetos de praça. Ainda na URB, na Diretoria de Operações, foi entrevistado o engenheiro responsável pela fiscalização na execução dos projetos de praças; e na **Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB** da PCR, foram entrevistados o Diretor da Diretoria de Paisagismo e o Gerente de Parques e Praças.

A abordagem dos técnicos e gestores públicos iniciou-se pela Diretoria de Projetos da URB; e sucessivamente foram sendo apontados outros setores ou órgãos também com ingerência nesse segmento dos espaços livres públicos.

As entrevistas foram realizadas em diferentes dias da semana do mês de maio de 2006, com horários pré-estabelecidos pelos entrevistados. Cada entrevista durou, em média, uma hora. Todas foram gravadas, com autorização do

entrevistado, com o objetivo de se obter fidelidade nos resultados, depois transcritas e analisadas pela pesquisadora.

Respostas dos entrevistados e comentários da pesquisadora

A. Apresentação simplificada de atribuições

À **Diretoria de Urbanismo** da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental da PCR compete o planejamento macro da cidade como um todo, com enfoque na normatização dos espaços públicos e suas relações com os espaços urbanos. Planejar um parque, uma praça envolve o trabalho de localizá-lo no zoneamento, no espaço público, como pode ser também a organização da manutenção, da operacionalização e do gerenciamento. Na Diretoria de Urbanismo 'o planejamento faz-se no sentido de preservar, de resguardar, de garantir a permanência, o uso e a ambiência da praça'. A proposta é de que 25% dos terrenos sejam ter área verde, pelo código de obras, para garantir a permeabilização do solo, de forma a preservar a cobertura vegetal. Então, a legislação está prevendo que esses 25% de área verde, no entorno das praças, devem ficar na frente do lote, para garantir a ambiência e o micro-clima. Desse modo, as áreas verdes das edificações que se situam no entorno da praça devem se localizar para o lado da praça, para garantir a melhoria do espaço público. É ter a área da praça estendida. Assim, a prioridade no planejamento dessa Diretoria é a sustentabilidade ambiental.

Na **Gerência de Espaços Públicos**, dessa Diretoria, a atividade principal é a supervisão de todos os projetos que estão sendo desenvolvidos, encaminhados pelas diretorias envolvidas com parques, praças e espaços públicos. No âmbito da Diretoria de Urbanismo está sendo estruturada uma gerência operacional de áreas verdes, que se encarregará do planejamento específico de parques e praças.

A **Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM**, da mesma Secretaria, é responsável pelo planejamento macro das áreas verdes de preservação. Entende-se a cidade dividida em dois grandes ambientes, o natural e o construído. No ambiente natural existem elementos construídos e o construído tem 'pingos' de natural, que são os parques e praças, por exemplo. A partir da idéia dessas duas grandes zonas, a DIRMAM começou a estudar o Sistema Municipal de Unidades Protegidas – EMUP. O EMUP

contempla desde a árvore tombada, que é uma unidade protegida, até os grandes maciços vegetais que são as unidades de conservação. Nesse intervalo, entre a pequena unidade e o grande maciço, estão os parques, as praças, os refúgios, os pátios, os campos de pelada, margens de canais, margens de rios: tudo isso são pequenos verdes, são fragmentos que estão nessa malha mais construída. A DIRMAM montou um sistema dividido em três grandes blocos: O primeiro é o Jardim Botânico, que está solto dentro do sistema porque ele é o banco de produção de mudas, de estudos para apoiar as Unidades de Conservação Municipal – as UCMs - Unidades de Conservação e as UEVs - Unidades de Equilíbrio Ambiental. Então, no planejamento macro, dentro do sistema, os parques e praças estão nessas Unidades de Equilíbrio Ambiental. São pequenos fragmentos que dão equilíbrio e melhor ambiência à cidade construída.

A DIRMAM entende a cidade toda como um sistema e esse sistema se conecta de alguma forma, pelas ruas, pelas alamedas, pelos canais, pelos rios. Entendendo, o sistema como um todo, cada parte cuida de um determinado trecho para se comunicar com um conjunto maior. Então, quando a DIRMAM montou o sistema pensando dar unidade para o maciço todo foi no sentido de preservar a árvore tombada, o parque, a praça, as margens dos rios, os grandes maciços. Assim, o objetivo principal do planejamento é, pelo menos, de manter o que se tem de verde na cidade, percebendo as suas carências e detectando o que precisa ser implantado e implementado. No planejamento mais micro trabalha-se com a regulamentação, e a legislação dos parques e praças, quando estes estão situados nas grandes unidades de conservação. No caso da RPA2 se percebeu que é uma área carente de parques e praças, e que tem um grande potencial que é o Fundão. No bairro há um miolo chamado Alto do Céu, uma área que não tem quase nenhum verde. É uma área perigosa, tem um acesso difícil e falta sinalização.

Constata-se aqui um problema real de visualização e acesso. Se as pessoas não conhecem o local, não o visitam; se o acesso é precário, elas não têm condições de conhecê-lo. A sinalização, nesse caso, teria um papel fundamental, como estímulo à utilização da área, tornando-a conseqüentemente um local mais visitado e menos perigoso.

A **Empresa de Urbanização do Recife - URB** é a empresa de obras da Prefeitura. Na **Diretoria de Projetos**, são elaborados os novos projetos de praça ou algumas obras de reabilitação e se dá também aí a coordenação de implantação de praças. Quando da elaboração de um projeto de praça, visita-se a área, conversa-se com as pessoas para verificar o que vai ser mais interessante para aquela comunidade. Se houver muitas crianças, projeta-se um espaço de brinquedos para elas; se houver muitos idosos, destina-se um local de mesinhas para jogos de tabuleiro; se a pessoas da comunidade têm o hábito de andar, projeta-se pista de cooper. A partir do dimensionamento dessas áreas e da integração com a população circunvizinha a esse local, onde vai ser implantada a praça, faz-se o programa e o desenvolvimento do projeto. Na **Diretoria de Operação** são fiscalizadas as execuções dos projetos das praças.

A **Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB** é responsável por todo o planejamento de manutenção/conservação dos espaços públicos, não só de parques e praças, como de vias, calçadas, canais, toda parte de infra-estrutura da cidade e executa também restaurações/reformas desses espaços, com base em projetos originais. Toda gestão de parques e praças é de responsabilidade da EMLURB, através da Diretoria de Paisagismo. Ao término dos projetos desenvolvidos pela URB (projetos novos) ou pela EMLURB (projetos de restauro), a EMLURB se responsabiliza pela implantação do mobiliário urbano, incluindo lixeiras e a sinalização.

No conjunto das respostas dos técnicos e gestores públicos entrevistados, constatou-se a inexistência de um regulamento de uso dos parques e praças. Somente o Parque da Jaqueira tem um documento, criado no contexto de um 'contrato de adoção' daquele espaço, o qual não é repassado aos usuários da área, nem aos funcionários que lá trabalham. A inexistência das informações sobre o uso e comportamento dos usuários nos parques e praças pode levar a constrangimentos dos usuários e depredação das áreas citadas.

No que foi exposto aqui, constata-se que os parques e praças são geridos por uma diversidade de atores e falta uma coordenação e uma regulamentação única sistematizada para o mobiliário urbano, que inclui a

sinalização. Na opinião de um dos técnicos da Secretaria de Planejamento; *'existe uma carência no gerenciamento e isso não é uma questão de uma gestão, é uma questão histórica e cultural da cidade do Recife, essa coordenação do gerenciamento do espaço público em geral e especificamente do mobiliário urbano onde a sinalização está inserida'*. As paradas de ônibus são gerenciadas pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos EMTU, os telefones públicos são gerenciados pela companhia telefônica, os postes de iluminação pública, pela companhia de eletrificação, as placas de sinalização são gerenciadas pela EMLURB, quando são das Unidades de Conservação - UCMs e das Unidades de Equilíbrio Ambiental - UEVs, são de responsabilidade da DIRMAM e, quando são dos sítios históricos do Bairro do Recife, são de responsabilidade do Escritório do Bairro.

A simples enumeração dos órgãos com atuação voltada (também) para parques e praças revela que as atribuições e responsabilidades nessa área estão espalhadas num raio de competências muito amplo, indicando o risco de superposição de ações dirigidas a tais espaços.

Destaca-se aqui, em consequência dos diversos atores no gerenciamento dos espaços livres públicos, as diferentes linguagens utilizadas no mobiliário urbano, mais especificamente as diferentes linguagens nos sistemas de sinalização. Isso acarreta uma série de problemas de decodificação das informações pelos usuários, causando constrangimentos, carências de informação em algumas áreas e poluição visual em outras.

Deve-se considerar ainda na linguagem utilizada nas sinalizações os valores e percepções culturais por grupos sociais aos quais se destinam. Esses assuntos são tratados nos capítulos sobre ergonomia informacional, ergonomia cognitiva, ergonomia do ambiente construído e ergonomia cultural.

Nesse sentido, o papel do mobiliário urbano e sua interação com os espaços livres públicos, considerando as culturas de diversas localidades urbanas, a influência no projeto e no arranjo físico desse mobiliário no meio urbano, a contribuição para o planejamento da composição de espaços públicos e o respeito às necessidades da população destinatária foram tratados nos capítulos de parques e praças e no de ergonomia do ambiente construído.

B. Demandas dos usuários

Das respostas às entrevistas, pode ser destacado que o planejamento das ações (projetos de praças, restaurações e manutenção) apóia-se em demandas de origens diversas:

- Uma fonte é o diagnóstico da situação desses espaços, constante do Plano Diretor da Cidade.
- Segundo os entrevistados, a principal origem de demandas é o Orçamento Participativo (OP), discutido e elaborado por Regiões Político-Administrativas, as RPAs. Nas reuniões do OP, os representantes comunitários reivindicam as melhorias, que os gestores procuram incorporar ao elenco de medidas e ações para esse e outros setores da Administração Pública.
- Outra fonte de demanda de ações nesses espaços é o Poder Legislativo. Os vereadores encaminham iniciativas para a URB ou EMLURB – possivelmente reivindicadas pelas associações ou segmentos da população. E as áreas técnicas dos órgãos citados verificam a viabilidade de atendimento, inclusive considerando as disponibilidades orçamentárias.

Na fase das observações ergonômicas foram levantadas várias demandas dos usuários, como por exemplo:

- A conservação dos parques e praças;
- Alertas sobre possíveis acidentes com as crianças;
- Informações de segurança;
- Ordenamento dos ambulantes e dos espaços de circulação das bicicletas;
- Informações sobre história do parque e/ou praça, informações sobre o entorno – edificações e ruas; informações sobre a vegetação, sobre comportamentos e usos, sobre a localização espacial e muitas outras informações.

Constata-se que os veículos das demandas dos usuários, aqui citados, se concretizam em projetos e/ou requalificações de parques e praças ou de respostas a outras necessidades mais gerais da comunidade. Não existe um canal direto para o recebimento das demandas mais específicas dos

usuários. Quando estes sentem necessidade de algum tipo de informação direcionada a seu conforto ou segurança, por exemplo, os canais existentes ficam muito distantes para encaminhamento dos seus pleitos, dos quais os gestores públicos dificilmente tomarão conhecimento. Esse aspecto ficou evidente na pesquisa realizada com os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República.

C. Preocupações específicas com os espaços livres públicos - parques e praças

O enfoque dos parques e praças, no planejamento, é garantir a ambiência e a visão da cidade como um todo, *'é planejar, de forma equilibrada, consciente, integrada, esses espaços que se considera de extrema importância para o equilíbrio da cidade, melhoria da convivência e qualidade de vida'*.

Ao projetar espaços livres públicos - parques e praças - a preocupação primordial deve ser a criação de ambientes que atendam às reivindicações da comunidade. Uma das questões relevantes, no projeto, é a acessibilidade e a mobilidade dos portadores de deficiência. Os novos projetos e os de restauros são feitos de acordo com as normas internacionais de acessibilidade, uma exigência hoje manifestada não só pela população, mas principalmente, pela atual gestão municipal. A exemplo disso, no replantio das árvores, tem-se o cuidado, na escolha do tipo arbóreo e na forma de plantio, para não haver danos às calçadas. E as calçadas estão sendo substituídas por inter-travado no lugar das pedras portuguesas e mineiras.

A questão da acessibilidade integral foi abordada no capítulo sobre ergonomia do ambiente construído no qual se estuda o desenho universal, bem como, as barreiras urbanas, arquitetônicas e sociais.

Segundo os entrevistados da Diretoria de Urbanismo, as intervenções de manutenção ou conservação desses espaços se dão quando eles se mostram descuidados, relegados ou com problemas de adensamento desordenado, como no caso da Praça Fleming, Recife, PE: a 'moldura' de edifícios muito altos sufoca o espaço reduzido da praça.

A praça é um espaço de amenização, que cria um micro-clima na cidade e uma das propostas do Plano Diretor da PCR é a identificação de todas as

praças da cidade e a criação de mecanismos de 'preservação' do entorno das praças e dos canais, com legislação.

Nos projetos de praças desenvolvidos pela URB, uma outra preocupação manifestada é com a vegetação, considerada como um elemento importante na ambiência da cidade. O que se tem buscado, inicialmente, é o aumento da quantidade de espécies arbóreas, que sejam resistentes; não necessariamente, as mais adequadas esteticamente, mas aquelas que sejam compatíveis com a manutenção, segundo as disponibilidades orçamentárias.

Um outro aspecto levantado no desenvolvimento dos projetos de praças, pela URB, é a utilização, no mobiliário urbano, de materiais mais resistentes às depredações e que demandam um mínimo de manutenção. Considera-se também a adequação de equipamentos condizentes com os desejos e necessidades dos usuários.

Constatou-se aqui a não adequação de um projeto à área. É o caso do Parque do Caiara, Recife PE, que foi projetado colocando-se equipamentos não condizentes com a vida da comunidade, como por exemplo: pistas de *bicicross* e patinação. O parque foi implantado e depois completamente destruído. Também nesse parque, não havia visibilidade e o seu acesso era difícil.

Está prevista para essa área uma 'Refinaria' Multi-cultural. São vários equipamentos que serão implantados para promover a cultura, um centro de conhecimento no Caiara. Estão sendo previstas também Refinarias Multi-culturais para outras áreas, como Brasília Teimosa e Parque do Jiquiá. Esse projeto está sendo desenvolvido pela Secretaria de Cultura da PCR.

A Diretoria de Operações da URB acredita que, com a incorporação do acompanhamento das obras projetadas pela própria URB, haverá fiscalização e controle mais efetivos na sua execução. Havia antes um distanciamento muito grande dos técnicos que projetavam em relação aos que fiscalizavam a execução. Conseqüentemente, havia um descontrole em relação à qualidade e ao conceito do projeto.

Nota-se aqui uma preocupação com a manutenção do mobiliário urbano e com a depredação desse mobiliário e de equipamentos situados nos parques e praças.

Acredita-se que muitas dessas atitudes de desrespeito ao patrimônio público se devam à falta de sistemas de informação sobre comportamentos e usos do parque ou praça, sobre educação ambiental, de campanhas educativas, especificamente sobre preservação dos bens públicos e de outras informações importantes que levam a uma maior integração das comunidades com os espaços utilizados por ela.

O mobiliário urbano deve ser projetado buscando responder às necessidades da população destinatária. Deve-se levar em conta tamanho, formato e localização, evitando barreiras físicas de forma a permitir acessibilidade integral. Quando o projeto não se adequa aos usuários, o mobiliário urbano é escassamente utilizado ou então é mal utilizado, sofrendo riscos de vandalismo. Além disso, é preciso que o mobiliário urbano se integre harmonicamente no ambiente. Esse assunto foi estudado mais detalhadamente no capítulo sobre ergonomia do ambiente construído.

Nas observações ergonômicas, observou-se uma pequena presença de portadores de deficiências nos parques e praças. Acredita-se que com as preocupações de acessibilidade e de mobilidade nos projetos hoje executados, esse esvaziamento seja minimizado. Mas, acredita-se também que a colocação de sistemas de informação nos parques e praças, sobre vários aspectos da cultura da cidade, seja um incentivo para uma maior presença dessas pessoas nesses logradouros.

'A acessibilidade engloba dimensões físicas e sociais e trata da possibilidade dos indivíduos terem acesso e fazer uso de um ambiente, de um equipamento, ou ambos, de maneira independente. Para tanto se faz necessário o acesso à informação sobre as atividades e os locais onde estas se desenvolvem, a possibilidade de deslocamento com segurança e conforto, e a possibilidade de utilização destes ambientes e equipamentos, sem conhecimento prévio acerca de seu funcionamento. Em resumo, *"é principalmente através da **informação** e da **mobilidade** – movimento de ir e vir – que o indivíduo participa dos lugares e das atividades e estabelece contato com as demais pessoas, ou seja, exerce seu direito de cidadania"* (DISCHINGER, 2001 apud BINS ELY et al., 2002).

Projetos de ergonomia e de design focados nos usuários, quando levam em conta valores e percepções culturais dos grupos sociais aos quais se destinam, necessariamente são utilizados com mais eficácia pelos usuários. Esse assunto foi estudado no capítulo da ergonomia do ambiente construído, informacional e cultural.

D. Preocupações com a história dos espaços livres públicos – parques e praças

Segundo os técnicos da Diretoria do Meio Ambiente – DIRMAM entrevistados, são 24 as unidades de conservação na cidade, em torno de 7 mil hectares. *'Estuário do Capibaribe: Santana, Jaqueira, Caiara... Procurou-se estabelecer dentro do plano diretor o conceito de corredores ecológicos urbanos. O que são esses corredores? Esses maciços, de uma forma ou de outra estão sempre conectados por água. Então, existe uma conexão pelas águas gerando o que se está chamando de 'cordão verde' da cidade. Esse 'cordão' também se faz através dos rios: o Beberibe, o Capibaribe e o Tejipió. E qual é a proposta técnica? Quando se observa o Capibaribe, há vários parques ao longo dele e suas margens são ainda parcialmente preservadas; quando isso não é possível, os corredores vão ser conectados, vão ser instituídos com arborização de rua, contanto que se tenha sempre uma área verde de conexão desse sistema. Só se trabalha parques na DIRMAM, quando estão nas áreas de unidades de conservação - UC ex: o Parque Apipucos está inserido no Projeto 'Capibaribe Melhor'. Esse Parque Apipucos que pega a borda do açude, um trecho do sítio histórico está sendo chamado uma 'janela' para o Capibaribe. É a conexão entre as águas do açude e a água do Capibaribe. Ali vai ser implantado esse parque. Como ele estava dentro de uma UC e é uma área histórica, foi todo feito a partir de um conceito de comunidade, de história, de meio ambiente; contemplou todas essas preocupações. É um parque conceitual mesmo. O projeto inicial do Parque da Jaqueira era muito mais contemplativo, respeitando a igreja, o projeto de Burle Marx; era uma área de descanso dentro do maciço. O atual é muito mais voltado para os equipamentos, esportes... projetado pela EMLURB. O trabalho que foi implantado não é um trabalho conceitual.*

Para a Diretoria de Urbanismo, há agora uma tendência de um planejamento interpretativo; e interpretar o lugar dentro de um contexto.

Observa-se o lugar e sente-se a profundidade, o significado daquele lugar na história local e da cidade. Houve um trabalho no Recife, nos anos 90, de técnicos oriundos da Inglaterra para o Bairro do Recife. O projeto dos circuitos do PRODETUR é história. Existe, já se falou muito de ter essa marcação e que está se começando no Bairro do Recife, com o 'museu a céu aberto' que fica fazendo arqueologia. Na Avenida Caxangá, os passeios por percursos dos engenhos. Muitas vezes, está voltado para percursos e circuitos históricos. Aqui há trabalhos da PRODETUR, da Secretaria do Meio Ambiente, juntamente com a Diretoria de Urbanismo e por ex: na Universidade, que está fazendo parceria com a Prefeitura através de especialista do Laboratório da Paisagem, mais uma vez, fazendo pesquisa das praças de Burle Marx. Isso também é um fato histórico. Caminho dos Engenhos da Caxangá e o conceito do complexo Recife-Olinda, que tem um trabalho da Prefeitura, é também um resgate histórico. A preocupação é preservar a história do desenvolvimento urbano daquela região, aliado aos avanços tecnológicos e a modernização no tratamento do espaço público, explicitando a trajetória do espaço público.

E. Orçamento Municipal destinado aos parques e praças e pessoal envolvido na manutenção

Nos espaços urbanos está havendo um aumento acelerado da densidade de ocupação na cidade e conseqüentemente uma diminuição do número dos espaços públicos de lazer e de áreas públicas. De certa forma, se faz cada vez mais necessário que haja uma consolidação e preservação desses espaços e isso está sendo contemplado pelo novo plano diretor da cidade. O plano diretor prevê um tratamento diferenciado em algumas áreas, em torno de praças, para que não haja uma verticalização excessiva e que não ocorra um aumento da densidade de ocupação, acarretando uma aceleração de degradação dos ambientes urbanos.

Os urbanistas da PCR, mesmo entendendo as limitações orçamentárias gerais da Prefeitura, registram uma carência do orçamento destinado aos espaços urbanos. Em decorrência disso, tem-se buscado formas alternativas: como o plano diretor prevê para os grandes investimentos (que são caracterizados como empreendimentos de impacto acima de 20.000 m² de área construída ou 10.000 m² de área de terreno), são exigidas algumas ações mitigadoras para compensar os impactos causados pelas instalações dos equipamentos pela iniciativa privada, a exemplo do

Shopping Plaza de Casa Forte, do empreendimento de edifício da Moura Dubeux, também em casa Forte, e do grande empreendimento que está sendo realizado no terreno da Bacardi, no Pina.

A lei prevê e exige que sejam feitas, pelo empreendedor, algumas ações mitigadoras para amenizar os conflitos que vão ser gerados pela proporção do empreendimento, apontadas através da análise técnica do impacto do meio ambiente.

É com esse conceito que os planejadores da PCR tentam compensar a falta de investimentos

A cidade é o resultante dos interesses públicos e privados. Ela tem que crescer com a força dos dois lados, segundo opinião de um gestor público. Se não se adequar à divisão orçamentária da Prefeitura por todas as questões já mencionadas aqui, custeio da máquina, saúde, educação, buscam-se outras formas de realizar as intervenções necessárias.

A EMLURB dispõe de um orçamento de R\$ 250.000,00 mensais para a manutenção. Afirma o Diretor de Paisagismo que esse orçamento não é suficiente para suprir todas as necessidades de manutenção e de segurança. Existe em um grau elevado a ação de vândalos nesses espaços. Por esse motivo, vários parques e praças da cidade foram 'adotados' para garantir uma manutenção mais adequada e de melhor qualidade. Mas os que não foram adotados estão à mercê de depredações por carência de fiscalização, segundo afirmação do Diretor citado.

Uma das preocupações com as adoções dos parques e praças, citados por alguns gestores públicos da PCR, é com a falta de normas reguladoras para todos os elementos envolvidos, como por exemplo, eventos, serviços, comércio, decoração natalina, inclusive a relação entre a parceria público-privada, a contra-partida da iniciativa privada com a adoção. Enfatizam eles, que deve ser realizado um projeto para cada situação especificando o tamanho, o tipo e o local das placas publicitárias.

F. Informações existentes nos espaços livres públicos - parques e praças

Todos os gestores públicos da PCR registraram a falta de sinalização adequada aos espaços livres públicos – parques e praças.

Em alguns logradouros há placas distribuídas pontualmente, de preservação do verde e do mobiliário urbano e de alguns serviços, sem organização sistêmica. Isso acontece em alguns parques e praças do centro expandido da cidade, mas nos de periferia existe uma carência muito maior, a única placa existente é a de identificação do nome do parque ou praça. Mas, em todas as praças adotadas se vê claramente a placa de identificação da empresa que a adotou.

Mesmo considerando o Parque da Jaqueira (Recife, PE), um dos mais bem sinalizados na Cidade do Recife, os gestores públicos da PCR registraram a falta de informações sobre comportamentos e usos, acarretando desconforto para vários usuários, como por exemplo: na pista de cooper, as pessoas correm e na pista destinada às corridas é comum ver pessoas fazendo a sua caminhada; crianças utilizam brinquedos infantis não adequadas a sua idade. Um técnico falou que desconhecia os critérios utilizados para a elaboração das placas explicando: *'Quando eles queriam fazer alguma coisa em parque eles solicitavam ao Departamento de Programação Visual e diziam o que queriam e acho que o Departamento entrava em contato com os solicitantes e faziam a indicação de banheiros, de pista de ciclismo, cooper... Quando a gente faz o projeto a gente não chega ao nível das informações. Normalmente o orçamento já está muito curto. Mas eu acho isso uma coisa muito importante. Devia até chegar a ter referência a vegetação. Uma coisa que eu acho muito interessante no Jardim Botânico do Rio de Janeiro é que, nas árvores, tem o nome das plantas. E as pessoas começam a aprender os nomes da vegetação. palmeira imperial, flamboyant, coqueiro... Árvores da mata atlântica. Mas aqui não chega a esse nível o projeto. Se chegar, normalmente eles cortam'.*

Na observação de alguns entrevistados, as informações existentes nesses espaços são insuficientes e desordenadas. Há claramente a carência de uma 'matriz' sistematizadora, capaz de articular uma mesma linguagem para todo o contexto. A ausência da organização estruturada de informações para os parques e praças certamente contribui para abusos e vandalismo nesses locais.

Ficou constatado que não existe planejamento para elaboração das placas nos parques e praças, acarretando o mau uso do local pela falta de

normas explícitas necessárias ao uso, conforto e segurança dos usuários. Conseqüentemente, não existe integração das placas com outros elementos do mobiliário urbano e nem com as características específicas de cada logradouro.

Nesse sentido, deve-se atentar para a percepção e leitura dos espaços livres públicos com os seus mobiliários, equipamentos urbanos e suas edificações para estabelecerem referências visuais que ajudam a formar o senso de comunidade e de domínio desses locais.

Esse assunto é estudado na ergonomia informacional abordando a sinalética, a percepção do espaço urbano e a informação, comunicação / sinalização.

G. Informações adequadas aos espaços livres públicos – parques e praças

1. Informação sobre orientação de circulação no parque e praça

É de 100 % a aprovação dos técnicos e gestores públicos da PCR sobre informação de orientação de circulação, principalmente em parques. Colocar informações, sobre os ambientes e atividades, facilitam e estimulam as pessoas a circularem e conhecerem todos os recantos do parque, além de agregar qualidade aos espaços. A exemplo disso, uma técnica explicitou uma experiência quando de sua visita ao jardim de Versalhes. Ela se encantou pelo jardim e quando entrou no palácio restavam poucos minutos para o término da visita. Nesse caso, a falta de informação explicitada sobre o tempo de permanência no ambiente lhe trouxe constrangimento. Em geral, no Parque 13 de Maio, as pessoas não conhecem o mini-zoo nem os jogos de dama e xadrez. No parque da jaqueira, Recife PE, a não explicitação da utilização dos brinquedos infantis em relação à faixa etária pode induzir à sua má utilização, ocorrendo, dessa forma, riscos para as crianças e problemas de conservação. Já a colocação desse tipo de informação em praças ficaria condicionada à sua área.

2. Informações sobre comportamentos e usos no parque ou praça

Também 100,0 % dos técnicos e gestores públicos manifestaram a importância desses tipos de informação nos parques e praças, enfatizando os constrangimentos que podem ocorrer pela ausência

deles, a exemplo de entradas de animais nesses espaços. Não existe nenhuma informação sobre esse assunto e quando os usuários são impedidos, pelos guardas locais, de andarem com os seus animais de estimação, eles explicitam a não existência de informações de proibição. Enfatizam, ainda, que esses tipos de informação contribuem para uma convivência mais saudável e para a preservação dos bens públicos.

3. Informações sobre possíveis acidentes no parque ou praça

Todos os 11 (onze) técnicos e gestores públicos acharam importantíssima essa informação. Um dos gestores públicos justificou essa importância assim: *‘Eu sou freqüentador do Parque da Jaqueira. A gente tem uma pista de bicicross. O pessoal tem saltos de vôos naquela pista. Se, por acaso, acontece um acidente, acho que deveria ter algumas sinalizações do poder público dizendo que a prática dos esportes é de responsabilidade dos usuários e a recomendação de utilização de equipamentos de segurança nos esportes. E em caso de acidentes que tipo de atitude a pessoa deva ter. Um telefone 191, ou ter um telefone próximo, como tem na via Dutra em São Paulo. De tantos em tantos quilômetros tem um telefone para as pessoas chamar a assistência. Como também deveria ter no setor de brinquedos. A criança sobe e pode acontecer um acidente. Deveriam ter algumas instruções sobre esses aspectos – pra onde remover e a de alerta’.*

4. Informações sobre a vegetação do parque

É uma informação muito importante para 80,0 % dos técnicos e gestores públicos da PCR. Existem informações pontuais, a exemplo do baobá localizado na Praça da República. Segundo um dos entrevistados essa informação agrega conhecimento às pessoas e conhecimento é cultura. Um técnico lembrou da classificação existente no ‘Zoológico de Dois Irmãos’ e um outro afirmou que no Jardim Botânico, do Rio de Janeiro, há a classificação das espécies arbóreas com os nomes científicos. Dois técnicos fizeram ressalvas quanto à viabilidade dessa discriminação pela quantidade de espécies arbóreas existentes nos parques e praças da cidade e a falta de recursos necessários para esse trabalho. Foi, então, sugerida por um dos técnicos a identificação das espécies pela iniciativa privada, anexando

a marca da empresa financiadora. Um outro acha que essa discriminação deva ser feita com a vegetação mais significativa, a exemplo das figueiras do Parque 13 de Maio e da vegetação da Praça de Casa Forte, importada da Amazônia. Ainda foi levantado o receio da depredação das placas.

5. Informações sobre os monumentos do parque ou praça

Um dos técnicos resumiu a resposta a essa pergunta assim: *'É muito importante o resgate cultural da nossa história. Quando a gente passeia nas praças a gente pode dar uma informação cultural e histórica de nossa cidade'*. Todos os entrevistados acham essa informação muito interessante para as pessoas entenderem as razões da existência dos monumentos nesses locais.

6. Informações sobre a programação de eventos do parque ou praça

Todos os técnicos e gestores públicos da PCR acham importantes as informações sobre as programações das atividades, dos eventos e das comemorações do mês. Uns foram mais enfáticos na necessidade dessas informações constarem nos parques e praças, mas outros fizeram algumas ressalvas. *'Depende da natureza do local. Se tiver uma atividade permanente, regular. Mas quando são atividades, tipo a do Marco Zero é melhor ser administrada pela agenda cultural da cidade'*. *'Ótimo. Eu moro perto da Jaqueira, ouço os fogos e não sei o que está acontecendo lá. Um concerto na Jaqueira não é uma coisa do cotidiano e deveria ter a informação'*. Um outro aspecto importante abordado por um dos técnicos é quanto às programações das atividades dos parques e praças da periferia: *'Deveria ter. Normalmente isso hoje é feito pelos líderes comunitários porque por ex: eu não sei como é que você faz uma quadra de esporte e quem é que vai usar naquele dia, naquela hora, naquele momento? Vai ser uma confusão, por ex: na quadra de futebol de salão se chegar cinco/seis times para jogar na mesma hora. Quem é que tem prioridade ou não? Eu acredito que dentro das comunidades existam líderes que devem fazer uma programação, ex: às 15:00h vai jogar a turma da rua tal com a turma da rua tal. Acho que existe isso, porque se não, seria uma confusão'*.

7. Informações sobre a história do parque ou praça

Todos acharam essas informações muito importantes, mas não fizeram muitos comentários. Só dois dos entrevistados explicitaram. Um deles falou: *'As pessoas, as plantas que estão lá, o que aquela praça representa, se é uma luta antiga da comunidade. Aqui a gente já fez praças que tinham mais de 50 anos a solicitação daquele espaço'.* O outro enfatizou a importância das curiosidades do local, como por exemplo: *'Ali era onde Gilberto Freire gostava de ler... Demócrito de Sousa Filho foi baleado aqui... marcar o cenário da história.'*

Acredita-se, nessa pesquisa, que os elementos paisagísticos, históricos e culturais dos espaços livres públicos – parque e praças despertam um forte interesse para os visitantes locais como também para os turistas.

8. Informações sobre os serviços do parque ou praça

Todos os técnicos e gestores públicos acham de vital importância as informações sobre os serviços do parque ou praça. Através de placas pode-se colocar o direcionamento dos serviços. Quando se tem um local grande, pode-se colocar uma maior quantidade de placas e, por conseguinte, os usuários requisitam menos ajuda. *'Recentemente eu viajei e visitei uma cidade universitária e tinha um museu. Tinha lá as indicações do museu e não tive nenhuma dificuldade para encontrá-lo. Para o turista ou para a pessoa que não conhece o lugar eu acho importante'.*

Nessa pesquisa, entende-se que o sistema de informação deve proporcionar uma orientação espacial segura aos usuários permitindo-lhes situar-se rapidamente em qualquer área e encontrar, com facilidade, os melhores itinerários para os destinos desejados, especificando os serviços, as saídas e os estacionamentos.

Esse assunto é tratado no capítulo referente a Ergonomia informacional, mais especificamente, nos sistemas de sinalização.

9. Informações sobre os projetos paisagísticos dos parques ou praças e seus autores

Todos os técnicos e gestores entrevistados acham importantes essas informações. Justificando sua importância nos parques e praças, um

gestor enfatiza que se deve explicitar por que são colocados o xique-xique, o facheiro e o mandacaru, por exemplo. *'Que vegetação é essa e quem fez o projeto? Ali vai contar a história daquela vegetação, de onde veio, a justificativa de se propor aquele tipo de vegetação para aquele determinado lugar'*. Enfatiza ainda que é preciso registrar os autores dos projetos paisagísticos, não só os de renome, como Burle Marx, mas, todos, em respeito aos próprios autores. *'A Praça Euclides da Cunha não é só a questão de Burle Marx, mas lá tem umas esculturas de Abelardo da Hora. Vai passar por Cícero Dias, por Brennand... que remonta à questão cultural, não só sobre os projetos paisagísticos mas também os outros'*. Todos acham importantes essas informações, mas alguns técnicos e gestores fizeram restrições a colocá-las em todos os parques e praças, por acharem muito difícil a sua viabilidade. Outro técnico enfatiza: *'Acho que isso entra na história. Isso é que dá uma peculiaridade ao parque se diferenciar do outro. É construir a história. Na Jaqueira, aqueles bancos, qual a importância dele? Por que? Foi Burle Marx e quem foi Burle Marx? - Começou a vida prática dele aqui no Recife. As primeiras praças de Burle Marx foram projetadas para o Recife e hoje é considerado o maior paisagista da modernidade. E a gente do Recife não sabe disso'*. Alguns objetaram a que se registre os autores dos projetos, alegando o não interesse das pessoas por esse tipo de informação. Consideram importantes as informações só quando forem referidas a Burle Marx ou a outro paisagista de renome.

10. Informações sobre os edifícios históricos que estão no entorno do parque ou praça

Quase todos os técnicos e gestores públicos entrevistados acham importante a colocação das informações peculiares de cada parque ou praça, porque conta a história daquele local e resgata a parte cultural dos imóveis históricos, fazendo assim, parte da história da cidade. A sinalização não deve se limitar apenas ao perímetro do parque ou da praça. Deve ser maior, como se englobasse o perímetro da SSA Setor de Sustentabilidade Ambiental. Mas, houve uma restrição a esse tipo de informação, justificada assim: *'Não acho que deva ter muitas informações sobre isso não. O que eu acho interessante são aquelas placas que a gente usa, mas ainda usa muito pouco, são aquelas placas que dizem: você está aqui e localiza no mapa a Praça da*

República, o Palácio da Justiça e o Teatro Santa Isabel. Talvez, na praça da República coubesse uma placa dessa. Não acho que deva colocar placas falando sobre a história desses monumentos. Se você identificou que tem esses monumentos históricos, se estiver interessada, a pessoa se dirige a esses locais e lá deveria ter alguma coisa escrita no próprio local. No Mercado São José, sim. Mas nas praças, não. É pelo o que vejo em outros lugares em que eu ando. Identifica-se os monumentos, mas não fala sobre ele. A praça é visitada por muitos tipos de pessoas e só uma minoria é quem se interessa por esse tipo de informação. Se a pessoa se interessa ela vai e busca. As pessoas pegam prospectos com o guia de informação'.

Nessa pesquisa, considera-se que os sistemas de informação sobre os edifícios históricos que estão no entorno do parque ou praça, além de agregar valor ao ambiente, conta a história da cidade em partes.

11. Informações sobre a história da cidade

A maioria dos técnicos e gestores considera essas informações importantes, mas ligadas ao bairro ou à região onde os parques e praças estão inseridos. Nesse sentido, em cada parque ou em cada praça se falaria sobre uma parte da história da cidade. Um gestor explicitou esse assunto assim: *'Tem uma pracinha em frente ao Forte do Brum. Qual a importância histórica do Forte do BRUM? Isso deve ser mais difundido. Também, no contexto geral: são fortificações que ninguém sabe por que estão ali e qual a importância no contexto da cidade. Mesmo dentro dessas edificações já deve ter informações, mas as pessoas simplesmente passam pelo local e não vão visitar o museu do BRUM. Só no passar ali, com as informações, tem uma idéia e se sentem até motivados a entrar e buscar mais conhecimentos sobre o assunto'.* Mas houve restrições por parte de dois técnicos alegando que esses não seriam os locais adequados para esse tipo de informação, indicando outros locais mais apropriados como: rodoviárias, aeroportos, estações de metrô ou em prédios públicos, até mesmo no próprio prédio da prefeitura. Admitem algum tipo de informação em praças turísticas ou em praias justificando que são esses os locais mais visitados pelos turistas.

Nessa pesquisa, entende-se que todas as informações levantadas aqui não são direcionadas especificamente para os turistas, mas para todas as pessoas que freqüentam ou venham a freqüentar tais ambientes.

12. Informações sobre os eventos da cidade

Houve mais restrições quanto ao uso do espaço dos parques e praças para a colocação desse tipo de informação. A maioria concorda na colocação dessas informações quando são eventos permanentes realizados no próprio parque ou praça ou que sejam realizados no seu entorno ou ainda que façam parte da agenda cultural da cidade, tipo carnaval e São João. Só um gestor público entrevistado não fez nenhuma restrição.

13. Informações sobre educação ambiental

Todos os entrevistados acham importante uma política sobre educação ambiental. Foi levantada a questão de se trabalhar inicialmente nas escolas e utilizar os parques e praças para as aulas práticas, observando os peixes, o verde, a reciclagem do lixo com a coleta seletiva, etc... Mas, foi também levantada a questão: como se vai fazer essa educação ambiental se não tem coleta seletiva? E como se vai falar em educação ambiental se os próprios parques e praças, em parceria ou não, não estão tendo a manutenção adequada? A questão ambiental é mais ampla, diz um entrevistado: *'É interessante fazer um programa de educação ambiental. Uma secretaria fizesse atividades com crianças, com os moradores em uma determinada praça, depois saísse e fosse para outra praça em outro bairro. Mas encher a praça com informações não dá muito resultado, não. Essa parte da educação ambiental é muito ampla. Se for alguém para comparecer à praça e trabalhar a comunidade, eu acho importante. Mas não colocar em placa. Acho importante a educação ambiental na praça'*. Nesse sentido, um outro entrevistado falou: *'foi criada pela Prefeitura da Cidade do Recife o barco-escola. É o início da formação da mentalidade de preservação ambiental nas crianças. Acho isso fundamental. É um barco- escola que tem capacidade para 60 alunos e diariamente sai pelo Rio Capibaribe. Acho isso muito interessante'*.

Entende-se que a questão de política ambiental é bastante ampla e que deva ser integrada às políticas públicas.

14. Informações sobre saúde

Nas entrevistas, os técnicos e gestores públicos acham importantes as informações sobre saúde, desde que atrelada a alguma atividade prática, como por exemplo: tirar pressão. Foi explicitado por um gestor público: *'Eu não sei qual é o batimento adequado antes da corrida, depois da corrida, a pressão adequada. Acho isso importante que a população de idade, pra quem é diabético, recomendação de alimentação, acho isso importante. Isso tem que ser feito com muito critério dentro do parque e escolha dos locais adequados'*. Mas dois técnicos manifestaram as suas opiniões contrárias alegando que o simples fato dos equipamentos de ginástica e de esportes estarem à disposição dos usuários nesses ambientes, já representam um incentivo à sua utilização.

Entende-se que as informações sobre saúde realmente devam estar integradas às ações diretas e práticas como as que estão sendo realizadas pela Prefeitura da Cidade do Recife através da 'Academia da Cidade'.

15. Informações sobre conservação dos bens públicos

Os técnicos e gestores públicos entrevistados manifestaram opiniões concordantes sobre a colocação, nos parque e praças, desse tipo de informação. Um técnico manifestou a sua opinião resumindo todas as outras: *'Quando a gente fala sobre meio ambiente, a gente, na hora, associa ao espaço verde. Isso é uma visão limitada. Preservar não só a árvore, mas também o caminho limpo, conservar o brinquedo'*. Houve uma ressalva por um dos técnicos para que essas informações deveriam ficar restritas ao mobiliário do parque ou praça onde as informações estivessem inseridas e não como informações mais amplas sobre preservação dos bens públicos.

Por questões didáticas, nessa pesquisa, foram separadas as informações sobre educação ambiental, preservação dos bens públicos e campanhas educativas. Entende-se que, no planejamento integrado a comunicação apóia todas as ações práticas, nesse caso, nos parques e praças.

16. Informações sobre campanhas educativas

Um dos gestores manifestou a concordância direcionando as informações para a preservação do espaço público da área verde. Uma técnica afirmou que nas campanhas ambientais se poderia dar um caráter mais abrangente tipo: amamentação, contra o câncer, informações de saúde dentro de campanhas de saúde. Outro gestor acrescenta ainda campanhas contra o fumo, sobre vacinações e outras atividades que se tenha de forma constante, como aferição de pressão. No entanto, dois técnicos discordam sobre essas informações constarem nos parques e praças, preocupados com o excesso de informações nesses logradouros.

Esse assunto é tratado nas considerações finais das opiniões dos técnicos e gestores públicos e é estudado no item que se refere à ergonomia informacional, mais especificamente na percepção do espaço urbano.

17. Informações sobre transportes públicos

Quase todos os técnicos e gestores públicos acham essas informações importantes. Poderiam estar tanto no espaço dos parques e praças, como também, no espaço expandido desses logradouros. Um técnico explicitou que: *'Participa do sistema de informação integrado da cidade. No TIP, aeroporto... O parque não pode se negar à informação se eu tiver lá, na administração, querendo alguma informação a respeito. Seja ela através de placas, de folders... Nos pontos tem mais é propaganda de empresas privadas. Até poderia ter propaganda, mas de maneira diferente'*. Só um técnico foi contrário a que constassem essas informações nos espaços do parque e praça, no entanto, acha importante constar nas paradas dos ônibus.

H. Opinião dos técnicos e gestores públicos entrevistados

Quando perguntado, nem todos os técnicos e gestores públicos quiseram fazer as suas conclusões finais na entrevista. Vale registrar os que manifestaram as suas opiniões:

Opinião de um gestor da área de manutenção

'Achei muito interessante. Ajuda bastante a gente ampliar essa visão e ver que está na hora e urgenciar essa questão. No dia a dia a gente vai deixando...mas entra também naquela coisa do setor público... porque vamos dizer que eu tenha uma contribuição, que eu tenha um projeto

interessante mas ele vai ter um custo que vai ser multiplicado por ... apesar da concepção ser uma coisa razoável mas tem que multiplicar por 100 ou 200, aí começa a ter um rebatimento que inviabiliza. Então, eu acho que a gente tem que começar pelas áreas onde ocorre um maior fluxo de pessoas e depois ir sedimentando isso. Gostei muito. Acho que talvez foi mais proveitoso pra mim'.

Opinião de um gestor da área de planejamento

'É evidente a carência de sinalização de uma forma geral e é evidente a carência de uma melhor gestão dessa sinalização, dos mobiliários e dos equipamentos do entorno. Isso é uma das preocupações reais dessa gestão, desse momento agora de reforma administrativa. Particularmente, a carência de elementos reguladores, não necessariamente de leis, mas de alguns mecanismos, de instrumentos como: cadernos de urbanismo, que se começa a pensar que possam eventualmente esclarecer não a população apenas, mas principalmente, antes ainda, os planejadores desses espaços; como você que está chegando, se tiver um caderno de mobiliário urbano, um caderno de sinalização, ou seja são documentos de planejamento que podem ser ou não atrelados a regulamentações que devem ser trabalhados; pois a gente realmente não tem um referencial. Todos esses atores que lidam com mobiliário urbano não têm o referencial para trabalhar. Então, o que acontece naturalmente é que todos esses atores, que têm a parada de ônibus, o telefone... estão trabalhando cada um com a sua demanda, com a sua forma de sinalizar, com a sua maneira... não existe nenhuma identidade do mobiliário do parque ou da praça. Tem algumas exceções, mas isso é de uma forma geral. Isso é uma coisa evidente. Outra questão é ver de que forma, é realmente uma questão delicada, acho importantíssimo uma pesquisa como a sua: a gente ter uma espécie de cabedal de tipos de sinalização importantes a serem consideradas, mas que no planejamento das diretorias a gente veja que informações são realmente necessárias para aqueles parques ou praças, para tomar um cuidado para não encher aquele espaço de informações. E que essa informação pode ser muitas vezes os próprios equipamentos que já estão ali do que necessariamente por placas, por folhetos ou por outros tipos mobiliários de sinalização. Ver o papel do próprio desenho paisagístico, construção, arborização e vegetação do parque que está aqui como educador do usuário'.

Opinião de outro gestor da área de planejamento

'Uma coisa que eu acho importante é esse objeto (a informação) no parque ou na praça que não queira aparecer mais que a paisagem..., a questão da descrição do elemento é fundamental. Ele não pode ser o protagonista. O protagonista é a paisagem. Os dados informativos são mediadores. Até para a sua pesquisa, que eu vejo uma coisa muito importante, dependendo de como você desenvolva isso. Isso pode ser muito positivo, ou até negativo. Se você chegar a uma conclusão, estou só especulando, tem que ter isso, aquilo e aquilo... uma coisa, uma realidade, uma verdade absoluta da quantidade de informações, você pode até estimular uma forma de desenho de paisagismo...embora não seja certamente esse o seu objetivo; não tenho a menor dúvida e ver como trabalhar isso. São equipamentos auxiliares, mediadores, que devem contribuir com a vivência e a fruição daquele espaço. A proposta de se fazer uma parceria com a iniciativa privada é louvável. Não existem elementos reguladores. Uma coisa é o financiamento privado, mas a gestão tem que ser pública, tem que definir que a placa daquele tamanho tem que ficar nesse lugar e o projeto é a administração pública que faz. O regulamento, o que estou falando, deveria ter, mas não tem. A regulamentação são as normas que vão regular, não só o desenho, mas todos os elementos envolvidos, inclusive essa relação entre a parceria público x privada. Na EMLURB deve ter algum texto. Quando foi criado esse projeto 'Adote uma Praça' certamente tem um regulamento disso. Provavelmente quem tem é a EMLURB. É interesse nosso revisar esse regulamento. Não sei até que ponto, qual é a contra-partida da iniciativa privada, onde ela entra, onde ela pode entrar ou não. Isso é um aspecto importante'.

Opinião de um técnico da área de projeto

'O ideal é que a gente tivesse verba suficiente para manter melhor os nossos parques e as nossas praças. Já seria um passo grande, depois é que se partiria para mais informações. Porque a gente não tem dinheiro suficiente para manter tudo que tem. A gente tem muitos parques feitos, muitas praças a se fazer, mas não tem dinheiro suficiente para executar tudo. Depois que a gente conseguisse fazer a praça, colocar os bancos, as mesas, os brinquedos aí a gente parte para outra fase. A Prefeitura não tem dinheiro suficiente pra fazer tudo que a gente gostaria que fizesse. Quando o parque e a praça começam a ter manutenção as pessoas

começam a freqüentar mais. A medida em que esses parques e praças estão sendo conservados eles passam realmente a ser utilizados. Nós estamos contemplando as praças com relação à acessibilidade. Aqui na cidade do Recife é o proprietário quem faz a calçada e cada um faz a calçada a sua maneira, ficando umas mais altas do que as outras. Está sendo feito algum trabalho nesse sentido em algumas partes da cidade, mas não temos a questão da acessibilidade na cidade toda. O deficiente só vai à rua ajudado por alguém, porque ele não tem condições de andar numa calçada com os batentes e buracos. Ainda não se conseguiu um padrão para todas as calçadas’.

Opinião de um técnico da área de operação

‘O que interessa e é mais importante numa praça, pela minha experiência em construir, são os equipamentos de lazer para crianças ou para adolescentes que, normalmente, são usuários das praças ou os idosos. Normalmente os usuários são os idosos, pois para esses é mais o lazer de visão: ficam sentados, olhando a beleza das árvores ou coisa assim. As crianças que querem ir ao balanço. São os equipamentos de lazer, que é o normal de criança. E os adolescentes que gostam de esportes. Eu acho importantíssimo são essas coisas. Eu procurei dar o máximo nas respostas, mas como eu sou ponto final na cadeia, eu só sei mais o que está acontecendo, o que é que estão fazendo: as calçadas são assim, a escora dos postes é feita assim, mas esses fatos todos aí vêm antes de mim. Planejamento e projeto em si. Planejamento global. Política de área verde, política de equipamentos.

Opinião de um gestor da área de projeto

‘A questão de preservação dos equipamentos que foram instalados na praça, alguma coisa orientando a preservação daqueles equipamentos, a preservação daquela cor que foi dada à praça, para que não seja pichada, manchada e danificada. Direcionar para a questão da preservação mesmo, do que foi instalado, alumbrado. Porque a gente tem que dizer como é utilizado, como deve ser usado. Isso eu acho importante’.

Opinião de um técnico da área de planejamento

‘Falar um pouco da identidade do lugar. Onde é que eu estou? O que é que ele tem de diferente? E é isso que faz uma praça ser mais atrativa do que outra. O que espero é ter a visão da cidade toda. Pensar a sinalização

dos verdes a pedido do Ministério Público... pensar em fazer algum trabalho conjunto com a Universidade’.

Considerações

Foi detectada, por vários técnicos e gestores públicos entrevistados, a escassez de sinalização nos parques e praças da cidade do Recife; e quando existe, é feita de uma forma pontual e desordenada. Na maioria delas, existe só uma placa de identificação do logradouro. Mesmo nas praças adotadas constata-se essa carência. Entende-se, então, que não é um problema único de orçamento e sim de definição na política de prioridades. Nas entrevistas notou-se que não foram colocados, como prioridade, sistemas de informação nos espaços livres da cidade. Mesmo sendo colocadas como importantes as informações para os usuários, esse item não é contemplado nos novos projetos, como também nos projetos de restauração dos parques e praças.

O tratamento do espaço público é considerado por alguns planejadores urbanos da PCR como um ordenador social, como elemento de estruturação social.

A disponibilidade de equipamentos de lazer, de esportes, certamente contribui para atenuar as tensões, o stress coletivo, ajudando assim a controlar a violência urbana que vem se agravando de forma assustadora. Nesse contexto, os sistemas de informação ganham importância, como veículos de transmissão de dados educativos e facilitadores da convivência social em harmonia.

Uma preocupação revelada por vários entrevistados, em diferentes momentos das entrevistas, é quanto ao risco de excesso de placas e material informativo, acarretando a chamada ‘poluição visual’, e causando dano às características de lugar de relaxamento, lazer, entretenimento e /ou contemplação, que se pode esperar de locais como parques e praças.

Esse é um problema a ser evitado através da concepção de sistemas de informação bem estruturados, com hierarquia adequada de elementos informativos e o uso de tecnologias e materiais apropriados.

Esse tema é estudado no item que se refere à ergonomia informacional, mais especificamente na percepção do espaço urbano e novas tecnologias.

A necessidade de sistemas de informação nos espaços livres públicos - parques e praças - ficou bem caracterizada por todos os técnicos e gestores públicos entrevistados:

- Quanto a informações sobre orientação de circulação, de comportamentos e usos, alerta sobre possíveis acidentes, vegetação, monumentos, história e eventos do parque ou praça não houve discordância. Fez-se alertas sobre os critérios utilizados para as definições dessas informações.
- Em relação aos projetos paisagísticos há também unanimidade de opiniões, mas em relação à indicação dos autores dos projetos há uma restrição, com a justificativa de que essa informação só deve ocorrer quando se trata de paisagista de renome, como é o caso de Burle Marx. No caso de outros autores, não seria importante para os usuários de uma forma geral e sim só para quem se interessasse por esse tipo de informação.
- Há algumas restrições quanto ao uso do espaço do parque ou praça para informações gerais da cidade, tipo eventos e história. Na opinião da maioria dos técnicos e gestores públicos entrevistados, contando-se a história do parque e praça, seu entorno ou região, a história da cidade como um todo, seria contada por partes. Quanto às informações sobre saúde, foram quase todos unânimes em colocar essas informações atreladas a alguma atividade integrada a campanhas de saúde, a atividades práticas como a 'Academia da Cidade', bem como a trabalhos como os que estão sendo realizados atualmente em alguns pontos da cidade: tirar pressão, exames de diabete, vacinação e outros.
- No caso de campanhas ambientais e educativas considera-se que deveriam ter caráter mais abrangente e integrando essas campanhas a escolas e a outras atividades com crianças e com as comunidades.
- E, finalmente, em relação a informações sobre transportes, quase todos concordam que esses espaços seriam adequados para esse tipo de informação. Mas alguns enfatizam que esses dados poderiam estar melhor situados nos suportes das paradas dos transportes coletivos, no lugar das propagandas de empresas privadas.

É importante ressaltar aqui que todas as informações não deveriam estar em suportes fixos do mobiliário urbano. Os veículos de comunicação permanentes e os efêmeros têm caráter diferenciado. Portanto, deverão ser tratados, cada um de forma própria. Esse trabalho trata especificamente dos conteúdos das informações. Os suportes deverão ser estudados e propostos de acordo com as suas especificidades.

Essa pesquisa visa à satisfação dos usuários dos parques e praças com sistemas de informação que possam responder às aspirações e às necessidades dos seus usuários proporcionando segurança, conforto e mobilidade.

Atenção especial deve ser dada aos portadores de diferentes tipos de deficiência: visual, de locomoção ou outras.

É preciso tornar efetivo o direito dos cidadãos, oferecendo-lhes informações organizadas e adequadamente veiculadas, para que possam usufruir, do melhor modo, desse patrimônio coletivo.

2.3.2 Pesquisa com os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República

A amostra foi realizada em um dia de semana no Parque 13 de Maio e em outro dia de semana, na Praça da República. No Parque 13 de Maio foi aplicado o questionário, durante três horas em cada uma das quatro entradas, totalizando 12 horas (das 6:00h às 18:00h) e um dia no final de semana, no período da tarde, com duração de três horas. A localização da amostra no final de semana foi a entrada '1', por ser a entrada mais próxima dos brinquedos infantis. O uso do Parque nos finais de semana é predominantemente de mães com crianças. Na Praça da República, no final de semana, a pesquisa foi aplicada durante três horas, no período da manhã. Totalizando 15:00h de aplicação do questionário para o Parque 13 de Maio e 15:00h para a Praça da República.

Foi então aplicado o questionário com 74 usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República, de acordo com a discriminação abaixo:

Parque 13 de Maio – Quinta feira – 30 entrevistados

Sábado – 16 entrevistados

Praça da República – Quarta feira – 18 entrevistados

Sábado – 10 entrevistados

Todas as tabelas apresentam as respostas afirmativas, em números absolutos e em percentuais, dos usuários da Praça da República e do Parque 13 de Maio.

Perfil dos usuários entrevistados

A tabela 1 apresenta a categoria dos usuários entrevistados.

Tabela 1 - Categoria dos usuários

	Praça da República		Parque 13 de Maio			Total
Categoria dos Usuários	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Estudante sozinho	1	3,6	0	0	1	1,4
Estudante em grupo (um por grupo)	0	0	0	0	0	0
Adulto sozinho	13	46,4	16	34,8	29	39,2
Adulto em grupo (um por grupo)	0	0	0	0	0	0
Idoso Sozinho	1	3,6	3	6,5	4	5,4
Idoso em grupo (um por grupo)	0	0	0	0	0	0
Jovem sozinho	6	21,4	8	17,4	14	18,9
Jovem em grupo (um por grupo)	4	14,3	4	8,7	8	10,8
Acompanhado de criança	0	0	14	30,4	14	18,9
Casal (acompanhado)	2	7,1	0	0	2	2,7
Namorado (acompanhado)	1	3,6	1	2,02	2	2,7
Port. necessidades especiais	0	0	0	0	0	0
Total dos entrevistados	28	37,8	46	62,2	74	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Na Praça da República não houve nenhum entrevistado acompanhado de crianças. No Parque 13 de Maio houve um número significativo dessa categoria, principalmente no final de semana. Também não foram entrevistados estudante, adulto e idoso em grupo. Observou-se, também, que não foi entrevistado nenhum portador de necessidades especiais.

- **Bairro de moradia**

Na Praça da República e no Parque 13 de Maio houve uma grande variedade de bairros de moradia dos entrevistados, como também de cidades da Região Metropolitana do Recife. Poucos foram os

entrevistados do interior e de outros estados. Vale ressaltar que os entrevistados, na faixa etária de mais de cinquenta anos, residem no centro ou no centro expandido do Recife.

- **Sexo dos entrevistados por faixa etária**

A tabela 2 apresenta o sexo por faixa etária dos usuários entrevistados.

Tabela 2 – sexo por faixa etária

Faixa etária	Praça da República						Parque 13 de Maio					
	Total	%	M	%	F	%	Total	%	M	%	F	%
15-25	9	32,1	6	35,4	3	27,3	14	30,4	5	27,8	9	32,1
26-40	10	35,7	4	23,5	6	54,5	15	32,7	6	33,3	9	32,1
41-50	6	21,4	4	23,5	2	18,2	10	21,7	4	22,2	6	21,4
+ de 50	3	10,8	3	17,6	0	0	7	15,2	3	16,7	4	14,4
Total	28	100,0	17	60,7	11	39,7	46	100,0	18	39,1	28	60,9

Fonte: Pesquisa de campo

Na Praça da República houve predominância do sexo masculino. No Parque 13 de Maio houve predominância do sexo feminino. Essa predominância é significativa nos dois casos.

A tabela 3 apresenta a faixa etária dos usuários entrevistados.

Tabela 3 – Faixa etária

Faixa etária	Praça da República		Parque 13 de Maio		TOTAL	
	Total	%	Total	%	Total	%
15-25	9	32,2	14	30,4	23	31,1
26-40	10	35,7	15	32,6	25	33,8
41-50	6	21,4	10	21,7	16	21,6
+ de 50	3	10,7	7	15,3	10	13,5
Total	28	100,0	46	100,0	74	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Não houve diferença significativa nos percentuais das faixas etárias dos entrevistados dos dois logradouros.

- **Renda familiar por faixa etária**

As tabelas 4 e 5 apresentam a renda familiar por faixa etária dos usuários entrevistados.

Tabela 4 – Renda familiar - Praça da República

Renda Familiar (Reais)	Praça da República - Faixa Etária (anos)							
	15 a 25	%	26 a 40	%	41 a 50	%	+ de 50	%
Até 350	1	11,1	1	10,0	1	16,7	0	0

351- 700	1	11,1	5	50,0	0	0	1	33,3
701 – 1750	4	44,5	3	30,0	4	66,6	0	0
1751 – 3500	2	22,2	0	0	1	16,7	1	33,3
3501 – 7000	1	11,1	0	0	0	0	1	33,4
+ de 7000	0	0	1	10,0	0	0	0	0
N/S – N/R	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	9	100,0	10	100,0	6	100,0	3	100,0

Tabela 5 – Renda familiar - Parque 13 de Maio

Renda Familiar (Reais)	Parque 13 de Maio - Faixa Etária (anos)							
	15 a 25	%	26 a 40	%	41 a 50	%	+ de 50	%
Até 350	0	0	1	6,7	0	0	2	28,6
351- 700	5	35,7	5	33,3	3	30,0	1	14,3
701 – 1750	6	42,9	6	40,0	4	40,0	3	42,9
1751 – 3500	2	14,3	0	0	2	20,0	0	0
3501 – 7000	1	7,1	2	13,3	0	0	0	0
+ de 7000	0	0	0	0	0	0	0	0
N/S N/R	0	0	1	6,7	1	10,0	1	14,3
Total	14	100,0	15	100,0	10	100,0	7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Verifica-se que a média de renda dos entrevistados da Praça da República é mais alta que a daqueles do Parque 13 de Maio. Vale ressaltar que, no total dos entrevistados, só houve um, na Praça da República, na faixa acima de 7.000 reais.

- **Escolaridade por faixa etária**

As tabelas 6 e 7 apresentam a escolaridade por faixa etária dos usuários entrevistados.

Tabela 6 – Escolaridade – Praça da República

Escolaridade	15 a 25	%	26 a 40	%	41 a 50	%	+ de 50	%	Total	%
Analfabeto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0

1º Grau incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0
1º Grau completo	0	0,0	0	0,0	2	33,3	0	0,0	2	7,2
2º Grau incompleto	1	10,0	2	22,2	0	0,0	1	33,1	4	14,2
2º Grau completo	1	10,0	0	0,0	1	16,6	0	0,0	2	7,1
Ensino médio incompleto	2	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	7,2
Ensino médio completo	2	20,0	2	22,2	2	33,3	1	33,3	7	25,0
Superior incompleto	3	30,0	4	44,4	0	0,0	1	33,3	8	28,5
Superior completo	1	10,0	1	11,1	1	16,6	0	0,0	3	10,7
NS/NR	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0
Total	10	35,7	9	32,1	6	21,4	3	10,7	28	100,0

Tabela 7 – Escolaridade – Parque 13 de Maio

Escolaridade	15 a 25	%	26 a 40	%	41 a 50	%	+ de 50	%	Total	%
Analfabeto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	2,1
1º Grau incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	2,1
1º Grau completo	0	0,0	2	50,0	1	25,0	1	25,0	4	8,7
2º Grau incompleto	0	0,0	3	50,0	2	33,3	1	16,7	6	13,4
2º Grau completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	2,1
Ensino médio incompleto	6	75,0	2	25,0	0	0,0	0	0,0	8	17,4
Ensino médio completo	5	27,8	7	38,9	4	22,2	2	11,1	18	39,1
Superior incompleto	2	40,0	1	20,0	2	40,0	0	0,0	5	10,9
Superior completo	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	2	4,2
NS/NR	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0
Total	14	30,4	15	32,6	10	21,7	7	15,2	46	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Os entrevistados da Praça da República têm um maior grau de instrução em relação aos do Parque 13 de Maio. Vale ressaltar que não foi entrevistado nenhum analfabeto nem com o primeiro grau incompleto na Praça da República.

- **Profissão por faixa etária**

As tabelas 8 e 9 apresentam a profissão por faixa etária dos usuários entrevistados.

Tabela 8 – profissão – Praça da República

Profissão	15 a 25	%	26 a 40	%	41 a 50	%	+ de 50	%	Total	%
------------------	----------------	----------	----------------	----------	----------------	----------	----------------	----------	--------------	----------

Estudante	5	50,0	1	11,1	0	0,0	0	0,0	6	21,4
Autônomo	1	10,0	1	11,1	3	50,0	1	33,3	6	21,4
Funcionário público	1	10,0	1	11,1	1	16,6	1	33,3	4	14,3
Empregado de empresa privada	2	20,0	5	55,5	2	33,3	0	0,0	9	32,1
Profissional liberal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Empresário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Aposentado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	1	3,6
Desempregado	1	10,0	1	11,1	0	0,0	0	0,0	2	7,1
Dona de casa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	10	35,7	9	32,1	6	21,4	3	10,7	28	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela 9 – profissão – Parque 13 de Maio

Profissão	15 a 25	%	26 a 40	%	41 a 50	%	+ de 50	%	Total	%
Estudante	6	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	13,1
Autônomo	2	11,8	9	52,9	4	23,5	2	11,8	17	36,6
Funcionário público	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	2	4,4
Empregado de empresa privada	3	42,9	1	14,3	3	42,9	0	0,0	7	15,3
Profissional liberal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Empresário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Aposentado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0	3	6,6
Desempregado	1	20,0	2	40,0	1	20,0	1	20,0	5	10,9
Dona de casa	1	16,7	2	33,3	2	33,3	1	16,7	6	13,1
Outro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	14	30,4	15	32,6	10	21,7	7	15,2	46	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Não foram entrevistados profissionais liberais e empresários nos dois logradouros e na Praça da República também não foi entrevistada dona de casa. O maior índice de entrevistados na Praça da República foi de empregado de empresa privada. Já no Parque 13 de Maio o índice maior foi de autônomo.

- **Estado civil por faixa etária**

As tabelas 10 e 11 apresentam o estado civil por faixa etária dos usuários entrevistados.

Tabela 10 – Praça da República

Faixa etária	Total	Solteiro	%	Casado	%	Viúvo	%	Divorciado	%
---------------------	--------------	-----------------	----------	---------------	----------	--------------	----------	-------------------	----------

15-25	9	9	100,0	0	0	0	0	0	0
26-40	10	6	60,0	4	40,0	0	0	0	0
41-50	6	3	50,0	3	50,0	0	0	0	0
+ de 50	3	0	0	3	100,0	0	0	0	0
Total	28	18	64,3	10	35,7	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela 11 - Parque 13 de Maio

Faixa etária	Total	Solteiro	%	Casado	%	Viúvo	%	Divorciado	%
15-25	14	11	78,6	3	21,4	0	0	0	0
26-40	15	7	46,7	7	46,7	0	0	1	6,6
41-50	10	2	20,0	6	60,0	1	10,0	1	10,0
+ de 50	7	2	28,6	5	71,4	0	0	0	0
Total	46	22	47,8	21	45,7	1	2,2	2	4,3

Fonte: Pesquisa de campo

Não houve diferença significativa, em relação à situação civil, dos entrevistados da Praça da República e do Parque 13 de Maio. Vale ressaltar, no entanto, a diferença significativa na faixa etária de 15 a 25 anos, na qual, o maior percentual estava na condição de solteiro.

2.3.3 Análise comparativa das respostas dos questionários com os usuários da Praça da República e do Parque 13 de Maio, sobre Informações adequadas aos espaços livres públicos – parques e praças, em relação as dos técnicos e gestores públicos da PCR

Todas as tabelas apresentam as respostas afirmativas, em números absolutos e em percentuais, dos usuários da Praça da República e do Parque 13 de Maio.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

1. Informações sobre orientação de circulação no parque e praça

Tabela 12 - Orientação de circulação

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	4	44,4	14	6	42,9	23	10	43,5
26-40	10	6	60,0	15	9	60,0	25	15	60,0
41-50	6	4	66,7	10	6	60,0	16	10	62,5
+ de 50	3	0	0,0	7	4	57,1	10	4	40,0
Total	28	14	50,0	46	25	54,3	74	39	52,7

Fonte: Pesquisa de campo

Entre as faixas de usuários de 26 a 40 anos e de 41 a 50 anos, os entrevistados perceberam mais claramente a importância desse tipo de informação, como se vê na tabela 12. Segundo eles, colocar informações sobre os ambientes e atividades facilita e estimula as pessoas a circularem e conhecerem todos os recantos do parque, além de agregar qualidade aos espaços. No caso do Parque 13 de Maio, as pessoas não conhecem o mini-zoo nem os jogos de dama e xadrez, conforme explicitado nas entrevistas da pergunta 1, do item G.

Essa orientação dirige-se àquele usuário que, via de regra, não conhece bem o local onde está circulando, especialmente quando visitado pela primeira vez. Quando o local tem uma área pequena, essa informação torna-se desnecessária. Em parques e praças, dos quais os usuários não têm, no domínio visual, a percepção do local, esse tipo de informação é decisivo para o conforto e o conhecimento de todos os recantos dessa área, facilitando assim ao usuário atingir seu destino.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

2. Informação sobre comportamentos e usos do parque ou praça

Tabela 13 - Comportamentos e usos

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	6	66,7	14	10	71,4	23	16	69,6
26-40	10	8	80,0	15	9	60,0	25	17	68,0
41-50	6	5	83,3	10	7	70,0	16	12	75,0
+ de 50	3	0	0,0	7	2	28,6	10	2	20,0
Total	28	19	67,9	46	28	60,9	74	47	63,5

Fonte: Pesquisa de campo

Os usuários do Parque 13 de Maio foram mais explícitos nos comentários sobre esse tipo de informação, enfatizando a necessidade de indicação da idade permitida para o uso dos brinquedos. Registraram o uso inadequado de bicicletas nas pistas de caminhada. Registraram, ainda, o comportamento inadequado de crianças subindo em árvores. No parque 13 de Maio há uma presença bem marcante de crianças, por isso os usuários também sugeriram placas em parques e praças, com as mesmas características daquele Parque, e que tivessem desenhos, para estimular a leitura das informações pelas crianças.

Os usuários, na faixa etária acima de 50 anos, tanto os da Praça da República quanto os do Parque 13 de Maio, demonstraram pouco interesse por esse tipo de informação.

Os técnicos e gestores públicos manifestaram a preocupação com a ausência desse tipo de informação nos parques e praças, o que pode trazer constrangimentos para os usuários, como o caso da Jaqueira, citado por um dos técnicos, onde as pessoas utilizam a pista de caminhada para correr, e a pista de corrida para caminhar. Outro exemplo citado é a utilização de brinquedos infantis não adequados à idade das crianças que os usam. Enfatizam, ainda, que esse tipo de informação contribui para uma convivência mais saudável dos usuários e para a preservação dos bens públicos, na medida em que os equipamentos e os mobiliários públicos são corretamente utilizados.

Foi registrado, por vários técnicos e gestores públicos, o desconhecimento dos usuários do regulamento de uso dos parques e praças. Segundo os entrevistados, a ausência desse regulamento pode acarretar vários constrangimentos, como por exemplo, na proibição não explicitada de entrada de animais de estimação nesses logradouros.

Nessa pesquisa, entende-se que esse tipo de informação possibilita ao usuário compreensão clara do que pode e do que não pode ser realizado nessas áreas. Cada usuário tem seus hábitos peculiares e essas informações padronizam, de forma coletiva, os comportamentos, fazendo respeitar o direito de todos.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

3. Informações sobre alerta de possíveis acidentes no parque ou praça

Tabela 14 - Alerta de possíveis acidentes no parque ou praça

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	7	77,8	14	12	85,7	23	19	82,6
26-40	10	8	80,0	15	13	86,7	25	23	92,0
41-50	6	5	83,3	10	9	90,0	16	14	87,5
+ de 50	3	2	66,7	7	5	71,4	10	7	70,0
Total	28	22	78,6	46	39	84,8	74	61	82,4

Fonte: Pesquisa de campo

Os usuários de todas as faixas etárias, da Praça da República e do Parque 13 de Maio, manifestaram a necessidade das informações sobre alerta de possíveis acidentes, tanto em parques, quanto em praças. No Parque 13 de Maio, nas manifestações espontâneas, foram sugeridas informações de indicação de hospitais e de números de telefones que possibilitem um socorro de urgência. Têm ocorrido acidentes com as crianças nas áreas de brinquedos infantis e de *bicicross*. Essas informações foram sugeridas pelos usuários acompanhados de crianças. Não foram entrevistados usuários acompanhados de crianças na Praça da República, como pode ser constatado na tabela 1.

Todos os técnicos e gestores públicos acharam importantíssima essa informação. Um dos gestores afirmou que deveria haver algumas sinalizações do poder público, tanto em parques, como em praças, dizendo que a prática dos esportes é de responsabilidade dos usuários, bem como a recomendação de utilização de equipamentos de segurança nos esportes.

E em caso de acidentes, que tipo de atitude a pessoa deva ter e explicitar um número de telefone, a exemplo do 191.

Nas observações ergonômicas, observou-se que não havia nenhuma informação, nos parques e praças, sobre alerta de possíveis acidentes, como também, não havia informações sobre como proceder diante de um fato já consumado. Nas áreas de brinquedos infantis e de esportes, onde é mais provável acontecerem acidentes, a colocação desse tipo de informação traz mais segurança e tranquilidade aos os usuários.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

4. Informações sobre a vegetação do parque ou praça

Tabela 15 - Vegetação

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	7	77,8	14	10	71,4	23	17	73,9
26-40	10	8	80,0	15	11	73,3	25	19	76,0
41-50	6	4	66,7	10	9	90,0	16	13	81,3
+ de 50	3	2	66,7	7	5	71,4	10	7	70,0
Total	28	21	75,0	46	35	76,1	74	56	75,7

Fonte: Pesquisa de campo.

Os usuários, de todas as faixas etárias, tanto da Praça da República quanto do Parque 13 de Maio, explicitaram a importância dessas informações com um índice percentual bastante significativo, como pode ser constatado na tabela 15. Os usuários da Praça da República, nas manifestações espontâneas, citaram a árvore baobá como exemplo. O baobá, situado naquela praça, é uma das poucas espécies arbóreas que tem placa específica. Existem outros baobás na cidade do Recife, que são desconhecidos do público.

É uma informação muito importante para a maioria dos técnicos e gestores públicos da PCR. No entanto, foram levantadas algumas dificuldades na implantação dessas informações, como por exemplo, o custo do levantamento de todas as espécies arbóreas de todos os parques e praças da cidade, como também a colocação de placas em todas elas.

Nessa pesquisa, entende-se que essa informação, tanto para parques como para praças, além de agregar conhecimentos específicos sobre a vegetação que cria amenização climática e paisagens peculiares, faz parte da história desses locais que tem um papel importante na vida da cidade. A explicitação das espécies arbóreas, suas origens e suas especificidades podem contribuir para a preservação do meio ambiente contemplativo e a valorização da cultura local.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

5. Informações sobre os monumentos do parque ou praça

Tabela 16 - Monumentos

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	9	100,0	14	13	92,9	23	22	95,7
26-40	10	9	90,0	15	14	93,3	25	23	92,0
41-50	6	6	100,0	10	9	90,0	16	15	93,8
+ de 50	3	1	33,3	7	7	100,0	10	8	80,0
Total	28	25	89,3	46	43	93,5	74	68	91,9

Fonte: Pesquisa de campo

Houve um índice bastante significativo, tanto na Praça da República como no Parque 13 de Maio, nas respostas positivas às informações sobre monumentos nos parques e nas praças. Observa-se que só na faixa acima de 50 anos, dos usuários da Praça da República, houve percentual diferenciado em relação a todos os outros entrevistados dos dois logradouros, como se vê claramente na tabela 16. Na Praça da República vários usuários, nas manifestações espontâneas, explicitaram a necessidade de placas de informação sobre as estátuas gregas.

Um dos técnicos explicitou a importância do resgate cultural e histórico da cidade com esse tipo de informação. Todos os técnicos e gestores públicos entrevistados acham essa informação muito interessante para as pessoas entenderem as razões da existência dos monumentos nesses locais, como explicitado na pergunta 5 do item G.

Nessa pesquisa, entende-se que os monumentos são patrimônios históricos e culturais e devem ser ressaltados dentro do contexto onde

estão inseridos, contribuindo para a valorização dos elementos referenciais do parque, da praça, da cidade, da região e até do país.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

6. Informação sobre a programação de eventos do parque ou praça

Tabela 17 – Programação de eventos

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	8	88,9	14	11	78,6	23	19	82,6
26-40	10	8	80,0	15	13	86,7	25	21	84,0
41-50	6	5	83,3	10	9	90,0	16	14	87,5
+ de 50	3	1	33,3	7	6	85,7	10	7	70,0
Total	28	22	78,6	46	39	84,8	74	61	82,4

Fonte: Pesquisa de campo

As respostas positivas dos entrevistados da Praça da República e do Parque 13 de Maio tiveram um percentual bastante significativo, como se vê na tabela 17. Observa-se, como na pergunta anterior, que os entrevistados, na faixa etária de mais de 50 anos, tiveram um percentual diferenciado em relação às outras faixas etárias, como se vê na tabela 17. Observa-se ainda que, mesmo na Praça da República onde não acontecem eventos, nem permanentes, nem esporádicos, a resposta afirmativa teve um percentual alto.

Todos os técnicos e gestores públicos da PCR acham importantes as informações sobre as programações das atividades, dos eventos e das comemorações do mês. Uns foram mais enfáticos na necessidade dessas informações constarem nos parques e praças, mas outros fizeram algumas ressalvas em relação aos eventos esporádicos, como explicitados na pergunta 6 do item G.

As programações dos eventos e das atividades nos parques e praças do centro e do centro expandido do Recife são feitas, atualmente, de forma desorganizada e não obedecem a nenhuma forma de hierarquização em relação ao seu tipo e ao seu porte.

Constatou-se, nas entrevistas com técnicos e gestores públicos, que as programações dos parques e praças de periferia são organizadas pelos

moradores de cada local, a exemplo das definições de horários e dos times nos jogos de futebol.

Acredita-se que a colocação organizada das informações, sobre as programações mensais e dos eventos permanentes e esporádicos nos parques e praças, pode incentivar as pessoas a participarem mais desses acontecimentos nesses locais. A definição de critérios para colocação dessas informações, nos parques e praças, contribui para a eliminação da poluição visual, tornando-as ainda mais visíveis para todos.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

7. Informações sobre a história do parque ou praça

Tabela 18 – História do parque ou praça

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	9	100,0	14	14	100,0	23	23	100,0
26-40	10	10	100,0	15	14	93,3	25	24	96,0
41-50	6	6	100,0	10	10	100,0	16	16	100,0
+ de 50	3	3	100,0	7	7	100,0	10	10	100,0
Total	28	28	100,0	46	45	97,8	74	73	98,6

Fonte: Pesquisa de campo

Constata-se aqui o maior percentual de respostas positivas dos entrevistados, tanto da Praça da República como do Parque 13 de Maio, em relação a todas as outras perguntas do questionário, como explicitado nas tabelas de 12 a 28. Observa-se que houve na Praça da República 100% de interesse em relação à história da praça.

Também todos os técnicos e gestores públicos, nas entrevistas, acharam essas informações muito importantes, exemplificando que poderia falar da vegetação, do que a praça representa, das curiosidades do parque ou da praça e das lutas da comunidade pela criação daquele local. Tudo isso marca o cenário da história, segundo os entrevistados.

Todos os parques e praças têm uma história particular e importante para a vida da comunidade e, conseqüentemente, da cidade. A Praça da República, por exemplo, que é talvez o primeiro jardim renascentista das Américas, segundo SÁ CARNEIRO e MESQUITA (2000), era o jardim do

Palácio de Friburgo criado por Maurício de Nassau em 1639, sendo reformado por Burle Marx na década de 1930. Daí o interesse tão expressivo demonstrado nas entrevistas dos usuários dessa Praça, segundo explicitado na tabela 18. Mas, em momento algum, essa história está contada naquele local.

Por outro lado, o Parque 13 de Maio é um dos maiores parques planejados do Estado de Pernambuco. Construído em 1939, foi palco de grandes manifestações após a queda do Estado Novo. Foi, também, palco de muitas manifestações políticas em momentos diferentes da história da cidade e do país. Lá há bustos em bronze, esculturas de Abelardo da Hora, além de uma série de atrativos e uma vegetação bastante diversificada. Mas, também lá, não está contada a sua história.

Assim, tanto os usuários quanto os turistas, quando da visita aos parques e praças se enriqueceriam bastante conhecendo a história dos logradouros visitados.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

8. Informações sobre os serviços do parque ou praça

Tabela 19 - Serviços

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	5	55,6	14	7	50,0	23	12	52,2
26-40	10	3	30,0	15	9	60,0	25	12	48,0
41-50	6	3	50,0	10	7	70,0	16	10	62,5
+ de 50	3	1	33,3	7	4	57,1	10	5	50,0
Total	28	12	42,9	46	27	58,7	74	39	52,7

Fonte: Pesquisa de campo

Na pesquisa com os usuários vê-se um percentual mais baixo de respostas positivas a essa pergunta, em relação às outras do questionário, principalmente, na Praça da República, como apresentado na tabela 19. Na praça da República, praticamente não existem serviços, como telefones públicos, sanitários, correios, etc. Só existe um posto policial na calçada do Palácio das Princesas, que é bastante visível. Observou-se que, nas respostas espontâneas, muitos dos usuários do Parque 13 de Maio

sugeriram indicação de sanitários, dos brinquedos infantis, do mini-zoo e de ordenamento das bicicletas. Em torno de 99% dos usuários entrevistados, nesse logradouro, fizeram referências aos postos policiais, na questão da segurança. Constata-se, então, uma contradição das respostas dos usuários apresentadas na tabela 19 em relação às manifestações espontâneas desses mesmos usuários.

Todos os técnicos e gestores públicos, nas entrevistas, acharam de vital importância as informações sobre os serviços do parque ou praça. Quando se tem um local grande, pode-se colocar uma maior quantidade de placas e, por conseguinte, os usuários requisitam menos ajuda.

Nessa pesquisa, entende-se que as informações de serviços públicos, em parques e praças, como por exemplo, indicação de telefonia, de estacionamento, de sanitários, de vigilância, de vigilância dos brinquedos infantis e de ordenamento de bicicletas, visam satisfazer às necessidades dos usuários proporcionando-lhes conforto e segurança.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

9. Informações sobre os projetos paisagísticos do parque ou praça e seus autores

Tabela 20 - Projetos paisagísticos

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	8	88,9	14	12	85,7	23	20	87,0
26-40	10	10	100,0	15	15	100,0	25	25	100,0
41-50	6	6	100,0	10	9	90,0	16	15	93,8
+ de 50	3	2	66,7	7	6	85,7	10	8	80,0
Total	28	26	92,9	46	42	91,3	74	68	91,9

Fonte: Pesquisa de campo

Nota-se, na tabela 20, o interesse dos usuários pelas informações sobre a vegetação e também pelos autores dos projetos paisagísticos.

Em 100% dos entrevistados, tanto os da Praça da República, quanto os do Parque 13 de Maio, se referiram à vegetação em forma de admiração e de contemplação. Os usuários da Praça da República, nas manifestações espontâneas, explicitaram o desejo de conhecer mais a história da

vegetação ali plantada, como o baobá e as palmeiras imperiais, como também, quem foram os responsáveis pelo projeto da praça.

Todos os técnicos e gestores entrevistados acham importantes essas informações nos parques e praças, justificando o seu interesse, na origem da vegetação e na razão da proposta daquele tipo de vegetação para aquele determinado local. *'Acho que isso entra na história. Isso é que dá uma peculiaridade ao parque se diferenciar do outro. É construir a história'*. Enfatizam, ainda, a importância da informação sobre os autores dos projetos paisagísticos, não só os de renome, como Burle Marx, mas, de todos, em respeito aos próprios autores.

Uma restrição percebida foi sobre os autores dos projetos, alegando-se o não interesse das pessoas por esse tipo de informação. Consideram importantes as informações só quando forem referidas a Burle Marx ou a outro paisagista de renome.

Vê-se claramente que essa restrição, por alguns técnicos entrevistados, do não interesse dos usuários por esse tipo de informação, não se confirmou nas entrevistas apresentadas na tabela 20.

Segundo MACEDO e SACATA (2003), ao longo dos anos, durante os séculos XIX e XX, algumas características marcantes e definidas formaram o corpo das três linhas de projeto paisagístico da história do parque público urbano nacional: a eclética, a moderna e a contemporânea. Ainda, para MACEDO e SACATA (op.cit.), essa identificação de parâmetros e procedimentos adotados predominantemente de um período por um grupo facilita a compreensão do projeto, de cada espaço criado, do que é comum àquela época e do que é particular àquele autor, àquele caso. A linha eclética possui uma configuração morfológica estruturada de grandes maciços arbóreos, à semelhança dos parques europeus. Na linha moderna, a vegetação tropical predomina, seguindo uma linguagem mais naturalista-tropical. E na linha contemporânea, o uso da vegetação segue a ideologia de preservação dos ecossistemas ou acompanha a tematização do espaço, compondo cenários variados.

Por essa classificação apresentada, vê-se o quão importante é a explicitação, para os usuários dos parques e praças, da vegetação e do contexto em que foram inseridas. A interpretação dada pelo autor, de

renome ou não, através dos projetos específicos, vai mostrar mais claramente os recortes da história.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

10. Informações sobre os edifícios históricos que estão no entorno do parque ou praça

Tabela 21 - Edifícios históricos

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	5	55,6	14	4	28,6	23	9	39,1
26-40	10	10	100,0	15	6	40,0	25	16	64,0
41-50	6	4	66,7	10	3	30,0	16	7	43,8
+ de 50	3	2	66,7	7	3	42,9	10	5	50,0
Total	28	21	75,0	46	16	34,8	74	37	50,0

Fonte: Pesquisa de campo

Vê-se claramente a diferenciação nas respostas dos usuários da Praça da República e do Parque 13 de Maio, apresentada pela tabela 21. Ficou evidenciada na pesquisa realizada com os usuários da praça da República e do Parque 13 de Maio, a diferença no interesse em frequentar esses logradouros. Na Praça da República as pessoas, quase na sua totalidade, vão contemplar a praça. Já no Parque 13 de Maio, as pessoas vão caminhar, fazer ginástica, levar as crianças para brincar ou jogar damas e xadrez. Acredita-se que, a diferenciação das respostas dos usuários da praça e do parque, se deva ao interesse específico das suas atividades exercidas em cada local.

Quase todos os técnicos e gestores públicos entrevistados acham importante a colocação das informações peculiares de cada parque ou praça, porque conta a história daquele local e resgata a parte cultural dos imóveis históricos, fazendo assim, parte da história da cidade. Foram citados alguns exemplos como o da Praça da República – quando Maurício de Nassau fez o Parque de Friburgo e o palácio, ele fez uma relação com as águas, usando a centralidade. É uma reprodução: república, artes e justiça. Essa praça é um hall dos três palácios. É um hall que se volta para as águas.

Alguns técnicos consideram que a sinalização deva atender o logradouro e os edifícios do entorno, abrangendo o parque ou a praça e a área compreendida no raio de visão ambiental (do espaço estendido).

Mas houve uma restrição a esse tipo de informação, justificando-se que a praça é visitada por muitos tipos de pessoas e só uma minoria é que se interessaria por esse tipo de informação.

Na pesquisa com os usuários da Praça da República ficou evidente o interesse pela história da praça estendida, como mostra a tabela 21, o que contraria as restrições apontadas pelo técnico da PCR.

Nessa pesquisa, considera-se que os sistemas de informação sobre os edifícios históricos que estão no entorno do parque ou da praça, com a sua referência cultural, histórica, ecológica e turística, colocados em parques e praças, pode contribuir para o acréscimo do conhecimento e do interesse das pessoas pelos locais onde moram e visitam.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

11. Informação sobre a história da cidade

Tabela 22 - História da cidade

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	9	100,0	14	9	64,3	23	18	78,3
26-40	10	9	90,0	15	10	66,7	25	19	76,0
41-50	6	3	50,0	10	8	80,0	16	11	68,8
+ de 50	3	3	100,0	7	6	85,7	10	9	90,0
Total	28	24	85,7	46	33	71,7	74	57	77,0

Fonte: Pesquisa de campo

Houve um interesse significativo pela história da cidade, tanto pelos usuários da Praça da República quanto do parque 13 de Maio, como mostra a tabela 22.

A maioria dos técnicos e gestores públicos entrevistados considera essas informações importantes, mas ligadas ao bairro ou à região onde os parques e praças estão inseridos. Nesse sentido, em cada parque ou em cada praça se falaria sobre uma parte da história da cidade. Essa história já está sendo contemplada por algumas iniciativas de técnicos e gestores

públicos da PCR, a exemplo do corredor dos engenhos na avenida Caxangá, Recife PE. As pessoas tomariam conhecimento dos referenciais históricos de cada área e da sua importância no contexto da cidade. Mas houve restrições por parte de dois técnicos da PCR, alegando que esses não seriam os locais adequados para esse tipo de informação.

Nessa pesquisa, entende-se que as informações históricas são direcionadas para todas as pessoas que freqüentam ou venham a freqüentar esses ambientes. As informações têm a função de proporcionar conhecimento de atrativos existentes no local e já consolidados pelos seus valores históricos, culturais, naturais e de lazer, hierarquizados pela sua importância dentro do contexto onde estão inseridos.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficaria mais atrativo se fossem colocadas:

12. Informações sobre os eventos da cidade

Tabela 23 - Eventos da cidade

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	5	55,6	14	5	35,7	23	10	43,5
26-40	10	7	70,0	15	7	46,7	25	14	56,0
41-50	6	4	66,7	10	4	40,0	16	8	50,0
+ de 50	3	1	33,3	7	5	71,4	10	6	60,0
Total	28	17	60,7	46	21	45,7	74	38	51,4

Fonte: Pesquisa de campo

Houve uma diferenciação nas respostas positivas dos usuários da Praça da República e do Parque 13 de Maio, como mostra a tabela 23. Acredita-se que os motivos pelos quais as pessoas freqüentam tais ambientes podem condicionar o menor ou maior interesse por esse tipo de informação.

Houve mais restrições quanto ao uso do espaço dos parques e praças para a colocação desse tipo de informação. A maioria concorda, mas há mais restrições pelo receio da 'poluição visual' nesses locais e também por estarem contempladas em outros veículos de comunicação da cidade, como a Agenda Cultural da Prefeitura da Cidade do Recife.

É necessário entender as características e as funções, bem como, o interesse dos usuários de cada logradouro para a colocação desse tipo de informação em parques e praças.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

13.Informações sobre educação ambiental

Tabela 24 - Educação ambiental

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	8	88,9	14	10	71,4	23	18	78,3
26-40	10	7	70,0	15	13	86,7	25	20	80,0
41-50	6	6	100,0	10	7	70,0	16	13	81,3
+ de 50	3	2	66,7	7	4	57,1	10	6	60,0
Total	28	23	82,1	46	34	73,9	74	57	77,0

Fonte: Pesquisa de campo

Percebe-se um percentual bastante significativo nas respostas positivas a essa pergunta, tanto na Praça da República quanto no Parque 13 de Maio, como mostra a tabela 24. Não houve, nas manifestações espontâneas, considerações a esse respeito.

Todos os entrevistados acham importante uma política sobre educação ambiental. Foi levantada a questão de se trabalhar inicialmente nas escolas e utilizar os parques e praças como laboratório, para as aulas práticas, observando os peixes, o verde, a reciclagem do lixo com a coleta seletiva, por exemplo.

Nessa pesquisa considera-se importante que as informações sobre campanhas ambientais se traduzam numa ação direta. Entende-se que essas informações colocadas em parques e praças devam se integrar às ações mais amplas dos órgãos públicos e privados. Não são eficazes campanhas isoladas, fora de um planejamento mais amplo sobre aspectos importantes do meio ambiente.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

14. Informações sobre saúde

Tabela 25 - Saúde

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	3	33,3	14	5	35,7	23	8	34,8
26-40	10	2	20,0	15	7	46,7	25	9	36,0
41-50	6	4	66,7	10	6	60,0	16	10	62,5
+ de 50	3	0	0,0	7	5	71,4	10	5	50,0
Total	28	9	32,1	46	23	50,0	74	32	43,2

Fonte: Pesquisa de campo

Verifica-se que o percentual mais baixo de respostas positivas do questionário, apresentado nas tabelas de 13 a 28, foi na pergunta sobre saúde. Houve muitas contradições nas respostas, como por exemplo, na faixa etária acima de 50 (cinquenta) anos da Praça da República teve zero % de resposta positiva. Por outro lado, nessa mesma faixa etária, no Parque 13 de Maio, houve o maior percentual de resposta positiva a essa pergunta, como mostra a tabela 25. Observou-se que, tanto na Praça da República quanto no Parque 13 de Maio não houve manifestação espontânea sobre esse assunto.

As informações sobre saúde foram resumidas por um gestor público, explicitando a opinião de quase todos os técnicos e gestores públicos entrevistados: *'Principalmente nesses parques onde existem atividades físicas – como já existe um acompanhamento médico e monitoramento de pessoal que faz atividade, mas eu acho que poderia ter informações.* Mas dois técnicos manifestaram as suas opiniões contrárias, alegando que o simples fato dos equipamentos de ginástica e de esportes estarem à disposição dos usuários nesses ambientes, já representam um incentivo à sua utilização.

Entende-se que as informações sobre saúde em parques e praças realmente devam estar integradas às ações diretas e práticas, como as que estão sendo realizadas pela Prefeitura da Cidade do Recife, através da 'Academia da Cidade'.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

15. Informação sobre conservação dos bens públicos

Tabela 26 - Conservação dos bens públicos

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	9	100,0	14	11	78,6	23	20	87,0
26-40	10	9	90,0	15	13	86,7	25	22	88,0
41-50	6	6	100,0	10	8	80,0	16	14	87,5
+ de 50	3	3	100,0	7	5	71,4	10	8	80,0
Total	28	27	96,4	46	37	80,4	74	64	86,5

Fonte: Pesquisa de campo

Percebe-se um percentual bastante significativo nas respostas positivas a essa pergunta, tanto na Praça da República quanto no Parque 13 de Maio, como mostra a tabela 26. Nas manifestações espontâneas, foram feitas várias considerações sobre a depredação do mobiliário urbano, a exemplo dos brinquedos infantis, bancos e lixeiras, como também sobre as pichações na árvore baobá, situado na Praça da República.

Os técnicos e gestores públicos entrevistados manifestaram opiniões concordantes sobre a colocação, nos parques e praças, desse tipo de informação. Um técnico manifestou a sua opinião resumindo todas as outras: *'Cidadania. Isso tem a ver com a educação ambiental. Educação ambiental não é somente preservar uma árvore ou uma flor. É uma questão de postura de cidadania, como a limpeza. Quando a gente fala sobre meio ambiente, a gente, na hora, associa ao espaço verde, vegetado. Isso é uma visão limitada. Meio ambiente é o espaço construído e não construído. Preservar não só a árvore, mas também o caminho limpo, preservar o brinquedo'*. Houve uma ressalva por um dos técnicos, de que essas informações deveriam ficar restritas ao mobiliário do parque ou praça, e não como informações mais amplas sobre preservação dos bens públicos.

Entende-se que as informações, em parques e praças sobre preservação dos bens públicos, devam estar integradas às políticas mais amplas do poder público, que é questão de cidadania e também está ligada à educação ambiental nas escolas e a outras atividades com crianças e com as comunidades.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

16. Informações sobre campanhas educativas

Tabela 27 - Campanhas educativas

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	6	66,7	14	9	64,3	23	15	65,2
26-40	10	6	60,0	15	10	66,7	25	16	64,0
41-50	6	6	100,0	10	8	80,0	16	14	87,5
+ de 50	3	2	66,7	7	4	57,1	10	6	60,0
Total	28	20	71,4	46	31	67,4	74	51	68,9

Fonte: Pesquisa de campo

A maioria dos técnicos e gestores públicos manifestou a concordância, colocando que se poderia dar um caráter mais abrangente, direcionando as informações para a preservação do espaço público da área verde, campanhas ambientais, campanhas contra o fumo, sobre vacinações e outras atividades que ocorram de forma constante, como a aferição de pressão. No entanto, dois técnicos discordam da colocação dessas informações nos parques e praças, preocupados com o excesso de dados informativos nesses logradouros.

Entende-se que as informações, em parques e praças, sobre campanhas educativas devam também estar integradas às políticas mais amplas do poder público, como é o caso da preservação dos bens públicos, da política ambiental e política de saúde. Isso tudo é questão de cidadania e também está ligado à educação nas escolas e a outras atividades com crianças e com as comunidades.

Perguntado aos usuários se o parque ou a praça ficariam mais atrativos se fossem colocadas:

17. Informações sobre transportes públicos

Tabela 28 - Transportes públicos

Faixa etária	Praça da República			Parque 13 de Maio			Total		
	Total	Sim	%	Total	Sim	%	Total	Sim	%
15-25	9	7	77,8	14	4	28,6	23	11	47,8
26-40	10	7	70,0	15	6	40,0	25	13	52,0
41-50	6	5	83,3	10	5	50,0	16	10	62,5
+ de 50	3	3	100,0	7	3	42,9	10	6	60,0
Total	28	22	78,6	46	18	39,1	74	40	54,1

Fonte: Pesquisa de campo

Houve uma diferença bastante significativa nas respostas positivas a essa pergunta dos usuários da Praça da República e do Parque 13 de Maio, como apresenta a tabela 28. Acredita-se que essa diferença se deva ao fato de, na Praça da República não haver parada de ônibus no entorno da Praça. Já, no Parque 13 de Maio, em três das quatro entradas, há parada de linha de ônibus municipal e intermunicipal.

Todos os técnicos e gestores públicos acham essas informações importantes e poderiam estar no espaço dos parques e das praças e/ou no espaço expandido desses logradouros. Um dos gestores explicitou que *‘o parque não pode se negar à informação, se eu tiver lá, na administração, querendo alguma informação a respeito. Já outro técnico sugeriu que ‘Deveriam ser utilizadas as guaritas de ônibus para colocar informações mais completas sobre o transporte público, ao invés de propaganda de empresas privadas’.*

Nessa pesquisa, entende-se que deve ser analisada a necessidade desse tipo de informação em cada parque e em cada praça. Mas, as informações sobre as linhas dos ônibus, com seus itinerários, devem sempre ser colocadas nas paradas dos ônibus.

2.3.4 Comentários

As respostas dos dois universos pesquisados – usuários dos espaços públicos e técnicos/gestores públicos municipais dessa área - revelaram boa aceitação para os vários tipos de informação sugeridos nos questionários. Em relação às informações no domínio da saúde, verificou-se um grau de valorização significativamente inferior aos demais, da parte dos usuários de parques e praças. Os técnicos/gestores consideram tais

informações válidas, quando integradas a ações ou campanhas públicas amplas, voltadas para essa problemática.

Acredita-se, assim, que o conjunto de opiniões obtido fornece subsídios fundamentais para a extração das diretrizes pretendidas.

3. Proposta

3.1 Diretrizes para elaboração de sistemas de informação para os espaços livres públicos: parque e praças

Premissas

O objetivo dessa pesquisa é criar diretrizes para a elaboração de sistemas de informação para os espaços livres públicos a fim de identificar, sistematizar e consolidar tanto dados de conhecimento, como elementos práticos e instrumentais que permitam adequar os parques e praças a cada meio, cultura e realidade como veículos de educação.

Assim, nessa pesquisa, o termo diretriz assume a acepção, apresentada pelo NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1975), 'de conjunto de procedimentos que deverão ser seguidos' pelo designer da informação e/ou ergonomista no planejamento e nos projetos de sistemas de informação para os espaços livres públicos: parques e praças.

Esta pesquisa pretende contribuir para as estratégias de comunicação na gestão pública nessas áreas.

As diretrizes aqui apresentadas estão baseadas na pesquisa bibliográfica e documental, nas observações ergonômicas realizadas, na pesquisa com os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República, bem como nas entrevistas com os técnicos e gestores públicos da PCR Prefeitura Municipal do Recife. Considera-se ainda a experiência profissional da pesquisadora.

O elemento importante da pesquisa é a leitura da cidade como sistema. Espaço público, espaço privado, elementos arquitetônicos, históricos, culturais, tecnológicos e informacionais são considerados aqui como sub-sistemas de um sistema maior chamado cidade.

O ambiente urbano e arquitetônico tem crescido de forma mais complexa na vida contemporânea. A cidade não é somente o lugar de abrigo, refúgio e proteção. Ela se faz também aparato de comunicação, de deslocamento, de relação e, igualmente, de veiculação de alguns conteúdos urbanos, tais como – informações publicitárias, com seu caráter político, comercial ou cultural.

Observa-se a formação de uma sociedade informacional e uma revalorização de áreas específicas para se criar o meio ambiente propício ao desenvolvimento de fontes informacionais da sociedade.

Na abordagem ergonômica de espaços urbanos, ganha relevo o problema da orientabilidade. A orientação é um processo cognitivo que abrange a capacidade dos indivíduos de se situarem mentalmente e fazerem deslocamentos numa dada situação física. A orientação depende das informações disponíveis no ambiente e da habilidade dos indivíduos para perceberem e servirem-se de tais informações.

Esta pesquisa tem o propósito de associar contribuições da ergonomia, considerando o desenho universal e a acessibilidade integral para a definição de diretrizes de sistemas de informação no esforço de superar diferenças culturais, proporcionar elementos de linguagem visual acessíveis ao maior número de usuários e, desta forma, promover a elevação da qualidade de vida da sociedade em geral. Para tanto, propõe-se a meta de tornar a relação com o ambiente urbano mais agradável, fácil e segura. Pretende-se, assim, atender a variados segmentos sociais, levando significativa parcela da população a beneficiar-se direta ou indiretamente das indicações desta pesquisa. Ou seja, garantindo-se um mais completo acesso aos espaços livres públicos, se avançará para uma sociedade mais inclusiva.

O objetivo dessa abordagem, nos requisitos recomendados nas diretrizes para a elaboração de sistemas de informação nos parques e praças, é facilitar o acesso dos idosos e dos portadores de necessidades especiais às informações, de modo a diminuir ou eliminar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, informacionais, e por que não dizer, também as sociais, nos espaços livres públicos à sua participação em atividades culturais, educativas, de lazer, entre outras.

Portanto, o mobiliário urbano deve ser projetado buscando responder às necessidades da população destinatária. Deve-se levar em conta tamanho, formato e localização, evitando barreiras físicas de forma a permitir acessibilidade integral. Quando o projeto não se adequa aos usuários, o mobiliário urbano é escassamente utilizado ou então é mal utilizado, sofrendo riscos de vandalismo. Além disso, é preciso que o mobiliário urbano se integre harmonicamente no ambiente.

Neste sentido, deve haver sempre uma busca das imagens legíveis, com a precisão das informações e a objetividade dos sinais para favorecer a decodificação unitária, evitando-se interpretações equivocadas, proporcionando-se assim, elementos de

linguagem visual acessíveis a um maior número de usuários e ainda respeitando as diferenças culturais.

Então, nos programas de revitalização das cidades, na renovação dos seus espaços livres públicos de convivência, considera-se que os sistemas de informação locados nos parques e praças podem contribuir para a melhoria da vida das pessoas, criando ambientes com forte sentido de comunidade, onde elas tenham referência cultural, histórica, ecológica e turística e que represente mais do que a simples soma de suas atividades individuais.

Proposta

Esta proposta é baseada na metodologia de Análises Sistêmicas do Sistema homem-tarefa-máquina (MORAES e MONT'ALVÃO, 2000), que define, na intervenção ergonômica, a etapa da apreciação ergonômica: Nesse caso, a etapa exploratória compreende o mapeamento dos problemas ergonômicos dos parques e praças, que consiste na delimitação dos problemas ergonômicos – informacionais, cognitivos, comunicacionais, de acessibilidade e acidentários.

- **Apreciação ergonômica – parques e praças**

Pesquisa assistemática:

Deverá ser feita observação em parques e em praças, objeto do trabalho, com registro fotográfico e anotações.

As primeiras observações deverão ser realizadas em horários aleatórios. Observar os dias e horários de maior frequência nos parques e praças visitados.

Definir os dias e horários para a realização das observações ergonômicas mais detalhadas.

Deverão ser abordadas pessoas, de forma aleatória, transeuntes e em situação estacionária. Essas entrevistas têm o objetivo da obtenção de informações preliminares do pesquisador sobre o usuário dos parques e praças e dos espaços livres públicos.

A partir da observação da vivência dos parques e praças e do contato com os usuários desses espaços livres públicos, é possível conhecer melhor o ambiente do campo do trabalho de forma holística.

Para tanto, é necessário definir alguns critérios que servem como um pré-roteiro para o planejamento e desenvolvimento de projetos de sistemas de informação para parques e praças:

1. Contexto histórico e urbanístico em que os parques e praças estão inseridos;
2. Tipologia dos parques e praças (funções e mobiliário urbano);
 - A. Características urbanas da área onde os parques e praças estão inseridos;
 - B. A relação dos parques e praças com o sistema viário;
 - C. Funções dos parques e praças;
 - D. Mobiliário urbano;
 - E. Mobiliário de sinalização.
3. Perfil dos usuários;
4. Utilização do espaço;
5. Demanda dos usuários.

- **Sistematização**

Foram definidos alguns critérios relacionados ao sistema de informação, com base no referencial teórico pesquisado e na apreciação realizada, para a elaboração do questionário a ser aplicado com os usuários dos parques e praças, são eles:

- **Acessibilidade**

O sistema de informação deve ser elaborado de forma a garantir legibilidade (ou eficácia no processo cognitivo) para o maior número possível de usuários para que estes tomem decisões de maneira independente e autônoma.
- **Segurança**

Atributos necessários ao sistema de informação, para que o usuário entre e circule no espaço livre público com conforto e percepção clara do ambiente.
- **Utilização**
 - Atividades que são exercidas no espaço livre público
 - Necessidades dos usuários em relação aos sistemas de informação nesses espaços livres públicos
 - Atributos que são necessários ao sistema de informação para torná-lo acessível ao diferentes usuários

- Orientação
 - orientação espacial dentro do espaço do logradouro
 - orientação espacial em relação ao entorno do logradouro
- Informação ambiental
 - informação arquitetônica
 - informação gráfica alfabética, pictórica e mapas
 - informação verbal
- Funcionalidade

Tipos de sistemas de informação que deverão ser elaborados para atender às necessidades dos usuários específicos daqueles espaços - orientação espacial, difusão cultural; educação ambiental; preservação dos bens públicos, história da cidade, do parque, da praça, paisagistas, etc.

Questionário com os usuários dos parques e praças

Os objetivos desse questionário são: conhecer com maior acuidade o perfil dos usuários, a utilização que se faz desses espaços livres públicos, conhecer os problemas relacionados à acessibilidade, segurança, orientação e informações existentes. Ainda, ter conhecimento dos tipos de informações que os usuários desses espaços gostariam que fossem aí veiculados.

Preocupações na elaboração do questionário

- Problemas de ordem interpretativa;
- Linguagem acessível a todos os usuários;
- Não causar constrangimentos
- Não provocar indução das respostas
- Facilitar as respostas – no caso de muitas opções o entrevistado responde uma de cada vez, na medida em que o entrevistador as explicita

Deverá ser realizado o pré-teste para a necessidade de alguns ajustes no questionário para os usuários dos parques e praças.

Para Soares (2002), o pré-teste objetiva evidenciar possíveis falhas na redação, excesso de perguntas, constrangimentos e resistências dos entrevistados. Ainda verificar se a elaboração do questionário atende aos requisitos de clareza, precisão dos termos, forma e ordem das questões.

Feito o pré-teste, passa-se a definir a amostragem.

A partir das observações da circulação, do uso e das atividades dos usuários nos parques e nas praças, serão definidos os critérios de escolha dos locais para a amostragem.

Aplica-se, então, o questionário (o questionário é apresentado nos apêndices dessa pesquisa).

Entrevista com gestores públicos

Objetivos

- Conhecer os tipos de informações que já foram e/ou estão sendo implantados, em programas de revitalização das cidades, na requalificação dos espaços livres públicos de convivência – parques e praças
- Conhecer a posição dos gestores públicos sobre a introdução de novas informações passíveis de serem colocadas nos parques e/ou praças sobre: orientação espacial, difusão cultural; educação ambiental; preservação dos bens públicos, etc.
- Conhecer a viabilidade e aceitação dos órgãos públicos envolvidos com os parques e praças sobre a introdução desses sistemas de informação.

Nesse sentido, a entrevista é dividida em quatro segmentos: planejamento, orçamento, administração e comunicação, quase na sua totalidade com perguntas abertas e só um segmento que é o da comunicação com perguntas abertas e fechadas. Cada área tem um objetivo específico:

- Conhecer a relação dos planejamentos dos parques e praças com as necessidades dos usuários;
- Conhecer as disponibilidades orçamentárias, parcerias e programações destinadas para essas áreas;
- Identificar os fatores facilitadores e limitadores da administração dos parques e praças;
- Confrontar a visão dos gestores públicos envolvidos com os espaços livres públicos: parques e praças com as opiniões dos usuários desses mesmos espaços.

Serão, então, realizadas as entrevistas (o questionário é apresentado nos apêndices dessa pesquisa).

As entrevistas deverão ser realizadas em diferentes dias da semana, com horários pré-estabelecidos pelos entrevistados. Todas devem ser gravadas, com autorização do entrevistado, com o objetivo de se obter fidelidade nos resultados, depois transcritas e analisadas pelo pesquisador.

A partir da realização das entrevistas e dos questionários deverão ser:

- Tabulados os dados dos questionários;
- Tabulados os dados das entrevistas;
- Analisados comparativamente as opiniões dos usuários em relação aos técnicos e gestores públicos entrevistados.

A partir das análises comparativas define-se o sistema de informação para o(s) parque(s) e praça(s).

Ação de projetos

- **Dividir os sistemas de informação em quatro blocos:**
 - A. Informações básicas compreendendo: orientação de circulação no parque ou praça; comportamentos e usos no parque ou praça; alerta sobre possíveis acidentes no parque ou praça; serviços do parque ou praça, transporte público;
 - B. Informações histórico-culturais abrangendo: vegetação do parque ou praça, projetos paisagísticos do parque ou praça e seus autores; monumentos situados nos parques ou praças, edifícios históricos no entorno do parque ou praça, história do parque ou praça e do seu entorno ou região;
 - C. Informações sobre eventos e programações do parque ou praça, e eventos da cidade.
 - D. Campanhas educativas sejam elas de educação ambiental, de saúde ou de preservação dos bens públicos.

Observando:

- a necessidade de cada tipo de informação de acordo com a área, com a função, com as atividades ali exercidas, e com o contexto em que o parque e a praça estão inseridos;

- a importância de cada elemento com sua referência cultural, histórica, ecológica e turística do parque ou da praça e região circunvizinha mostrando em recorte a história da cidade.
- a elaboração de critérios para colocação das informações efêmeras (eventos e programações) hierarquizadas, localizadas no parque ou praça de forma sistêmica;
- a integração com as campanhas educativas públicas e privadas ou que tenham ações diretas e práticas no local;
- a quantidade de informações para cada parque e cada praça para evitar a poluição visual do ambiente;
- as características dos parques e praças que façam parte de uma mesma área ou região que poderão ser tratadas em bloco.
- As novas tecnologias adequadas às situações específicas – informações permanentes e efêmeras;
- o interesse dos usuários de cada parque e de cada praça para cada tipo de informação;
- a colocação adequada das informações para os portadores de necessidades especiais e para os idosos;
- a linguagem que seja facilmente decodificada pelas crianças;
- as áreas turísticas para colocação das informações em outras línguas;

Ação - Gestão pública

- Criar, em cidades de médio e grande porte, uma coordenação centralizada para os sistemas de informação em parques e praças;
- Colocar os sistemas de informação como prioridade nas políticas públicas;
- Integrar os projetos de sistemas de informação aos projetos arquitetônicos dos parques e praças;
- Apresentar de forma explícita o regulamento de uso dos parques e praças;
- Criar um canal mais direto com os usuários dos parques e praças para recebimento das suas demandas diárias;

3.2 Comentários e considerações da proposta

O projeto de sistema de informação para o tipo de espaço aqui estudado, que se apóie em contribuições ergonômicas e do desenho universal, traduzidas em diretrizes como as acima sumariadas, estará respondendo a aspirações legítimas dos usuários dessas áreas, de elevação da qualidade de vida nos ambientes urbanos.

Para que se materializem com sucesso projetos dessa natureza, é importante também, se não decisivo, que se façam presentes condições institucionais, administrativas e de articulação harmônica entre técnicos e planejadores das disciplinas envolvidas no tratamento desses espaços. E que os gestores públicos 'comprem', como uma prioridade de ação, essa abordagem dos interesses dos usuários, na forma de tratar e qualificar tais espaços, tão significativos para convivência e bem estar dos cidadãos urbanos: parques e praças.

4. Conclusão

4.1 Conclusão sobre a pesquisa

Com apoio no estudo teórico (revisão bibliográfica), no contexto urbano, nos resultados da pesquisa de campo e na experiência profissional da pesquisadora, foram elaboradas as diretrizes – produto deste trabalho.

A seguir, após referências aos conceitos de Sistema, Design da Informação e da Ergonomia – que nortearam o desenvolvimento do trabalho – são apresentadas considerações e análises sucintas sobre as entrevistas com os técnicos e gestores públicos da prefeitura da Cidade do Recife, bem como a respeito das demandas dos usuários dos parques e praças da Cidade.

Registra-se igualmente a confirmação dos pressupostos do estudo e se conclui com a indicação de possíveis desdobramentos da pesquisa e considerações finais.

Sistema

Entendendo a cidade como sistema e, como sub-sistemas, o espaço público, o espaço privado, os elementos arquitetônicos, históricos, culturais, tecnológicos e informacionais nos levam conhecer os ângulos da cidade não como elementos isolados, mas nas suas inter-relações, com as suas variadas conexões.

Design da Informação

O design da informação enfatiza a comunicação, referindo-se tanto à forma quanto ao seu conteúdo, apoiando-se em diferentes disciplinas – como a teoria da informação e ciências cognitivas.

Ergonomia

Na pesquisa recorreu-se aos conceitos teóricos da ergonomia, nas ênfases: ergonomia informacional – observando a comunicação, o meio pelo qual é transmitida a informação e a maneira como o usuário responde aos estímulos do ambiente; ergonomia cognitiva – observando a aplicação da linguagem verbal e visual para se obter a eficácia da comunicação; ergonomia do ambiente construído – observando a interface humano-ambiente, no sentido de uma interação positiva dos cidadãos com seus ambientes; e ergonomia cultural – proporcionando elementos da linguagem visual acessíveis a um maior número de usuários respeitando as diferenças culturais.

No desenvolvimento empírico da pesquisa, através de seus métodos ergonômicos, respeitando a interface do sistema humano-mensagem visual, dentro do contexto do ambiente, este enfoque foi vital para a criação de diretrizes para elaboração de sistemas de informação para os espaços livres públicos, parques e praças.

Os resultados dessa pesquisa foram bastante satisfatórios para a pesquisadora. A partir dos questionamentos sobre os tipos de informação que já foram ou estão sendo implantados e os que precisam ser introduzidos nos espaços livres de convivência, as respostas das entrevistas com os técnicos e gestores públicos da PCR, bem como os resultados dos questionários com os usuários dos parques e praças foram bastante elucidativos.

Entrevistas com técnicos e gestores públicos da PCR

Constatou-se que o gerenciamento dos parques e praças está espalhado num grande raio de competências distribuídas por vários órgãos da administração municipal. Destaca-se aqui, em decorrência dessa condição, a presença de diferentes linguagens utilizadas no mobiliário urbano, mais especificamente diferentes linguagens nos sistemas de sinalização. Isso acarreta uma série de problemas de decodificação das informações pelos usuários, causando constrangimentos, carências de informação em algumas áreas e poluição visual em outras.

Mas se verifica, também, a preocupação dos técnicos e gestores entrevistados com a falta de informações necessárias e adequadas aos espaços livres públicos, a exemplo da DIRMAM, Diretoria de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental da PCR Prefeitura da Cidade do Recife, que atua em Unidades de Conservação - UC, do Sistema Municipal de Unidades protegidas - EMUP. Essas áreas são tratadas como sistema e não como áreas isoladas; também os sistemas de informação deveriam receber o mesmo tratamento e serem integrados à política do órgão.

Constatou-se que os parques e praças do Recife, visitados pela pesquisadora, são carentes de dados informativos; e quando existe algum tipo de informação, são elementos pontuais, nunca com organização sistêmica, visando às necessidades dos usuários.

Evidenciou-se igualmente, nas entrevistas com os técnicos e gestores, que a falta de normas explícitas sobre usos, comportamentos e segurança nos espaços livres públicos e de informações apropriadas, nesses ambientes tem proporcionado muito

vandalismo e usos inadequados do mobiliário urbano, levando assim à necessidade de mais investimentos para a manutenção.

Isso decorre também da inexistência de um órgão coordenador dos sistemas de informação para esses logradouros.

Houve uma alta aceitação, revelada nas entrevistas com os técnicos e gestores públicos, aos sistemas de informação sugeridos. As respostas positivas foram acima de 80%, em todas as perguntas.

Um aspecto importante levantado pelos técnicos e gestores públicos é a limitação orçamentária geral da Prefeitura da Cidade do Recife e conseqüentemente dos recursos alocados para os parques e praças. Por essa razão, vários desses profissionais ficaram reticentes quanto ao volume de informações que lhes foi proposto. Por exemplo, em relação aos dados sobre a discriminação das espécies arbóreas, muitos questionam a respeito da viabilidade orçamentária, mesmo concordando com a colocação desse tipo de informação. Alguns técnicos e gestores, inclusive, sugeriram parcerias com empresas privadas, a exemplo do que se faz hoje para a manutenção de alguns parques e praças da cidade do Recife.

Um aspecto levantado por todos os técnicos e gestores públicos foi sobre o risco de 'poluição visual' dos parques e praças, preocupados com a quantidade de informações a serem expostas nesses logradouros. Nesse sentido, um gestor público fez questão de frisar a importância da descrição do mobiliário urbano: *'o protagonista é a paisagem'*.

Mas também consideram que a sinalização deva ser do logradouro e dos edifícios do entorno, abrangendo o parque ou a praça e a área compreendida no raio de visão ambiental que é a visão do parque ou da praça estendida.

Neste estudo, pressupõe-se que, dotando-se esses ambientes de sistemas de informação bem planejados, com atenção à vocação do logradouro e às necessidades explícitas dos usuários, se estará favorecendo a revitalização e requalificando esses locais de convivência social, no interesse dos cidadãos e evitando inclusive a poluição visual dessas áreas.

Nesse sentido, foi sugerido, nas entrevistas, que se firmasse parceria com a Universidade, com o objetivo de subsidiar um planejamento mais adequado para os sistemas de informação para parques e praças.

Demanda dos usuários

Quando da entrevista com técnicos e gestores públicos, examinou-se as formas de demandas dos usuários dos parques e praças. Essas demandas são para a implantação de novos parques ou praças ou para a sua manutenção. Não foram registradas, pelos técnicos e gestores públicos, reivindicações de tipos de informação para os logradouros.

Já na etapa da apreciação ergonômica da pesquisa, verificou-se uma série de pleitos dos usuários. Quando da aplicação dos questionários, viu-se que os usuários gostariam que essas áreas tivessem vários tipos diferentes de informação.

A questão da segurança foi referida por todos os usuários pesquisados. Os da Praça da República enfatizaram a existência dessa condição naquele logradouro. Já no Parque 13 de Maio, houve reclamação unânime sobre a sua falta, manifestada assim por um entrevistado: *'socorro, falta segurança!'*.

Contatou-se nessa pesquisa a carência de um canal mais direto de comunicação dos usuários dos parques e praças pesquisados para as suas demandas específicas.

No resultado do questionário verificou-se que as informações demandadas pelos usuários podem variar de acordo com as atividades exercidas nos logradouros, a exemplo das pessoas que acompanham crianças – estão mais preocupadas com a segurança delas. Já as que vão caminhar estão mais interessadas com a questão da saúde. Outro aspecto interessante que vale ressaltar é o interesse dos usuários por determinadas informações em relação à sua faixa etária e sobre as características do local. Presumia-se que todos os usuários acima de 50 anos estivessem mais preocupados com informações sobre saúde - teve um índice zero de respostas positivas sobre essa questão na Praça da República. Os usuários dessa faixa etária, nesse logradouro, estão mais interessados em encontrar os amigos e contemplar a praça. Já entre os do Parque 13 de Maio, nessa mesma faixa etária, houve o maior índice de respostas positivas a essa pergunta em relação às outras faixas etárias, nesse logradouro. Mas no total das respostas positivas a essa pergunta foi o menor índice positivo em relação a todas as outras perguntas do questionário. Houve, assim, por parte da pesquisadora uma certa surpresa quanto às respostas a essa pergunta, pelo fato de esperar que as pessoas, a todo o momento, estariam preocupadas com a saúde. Mas o parque e a praça, por serem locais de relaxamento, induzem as pessoas a se mostrarem mais interessadas em *'curtir'* o local e se despreocupar da questão saúde.

Essas informações estão sendo sugeridas para serem veiculadas sempre integradas a campanhas de saúde ou a ações práticas, na área da saúde, exercidas nos parques e praças.

Nesse sentido, nas diretrizes dessa pesquisa, recomenda-se que se estudem as características, as funções, bem como os interesses dos usuários de cada logradouro.

Também, nas diretrizes, estão as recomendações para todas as informações constantes dessa pesquisa.

Houve uma aceitação bastante positiva a todas as outras perguntas do questionário, mas vale ressaltar a variação nas respostas, de acordo com a faixa etária dos usuários.

Não foi pesquisado nenhum portador de necessidades especiais, nem na Praça da República nem no Parque 13 de Maio. Verifica-se pouca frequência dessas pessoas nesses logradouros. Acredita-se que, com sistemas de informação adequados aos portadores de necessidades especiais, mesmo considerando barreiras existentes na cidade, os logradouros ficariam bem mais atrativos para essas pessoas.

Do que aqui foi apresentado, deduz-se a importância de se discutir mais amplamente, de se contribuir para estudos teóricos e/para se dotar os espaços livres públicos – como parques e praças – de elementos de informação, respondendo às aspirações e necessidades dos usuários de várias faixas etárias e de condições físicas, sensoriais e sociais. Atenção especial deve ser dada aos portadores de diferentes tipos de deficiência: visual, de locomoção ou outras. É preciso tornar efetivo o direito dos cidadãos, oferecendo-lhes informações organizadas e adequadamente veiculadas, para que possam usufruir do melhor modo desse patrimônio coletivo.

Confirmação dos pressupostos

Partiu-se do pressuposto de que os parques e praças terão significativo ganho de qualidade para seus freqüentadores com a implantação de sistemas de informação apropriados, isto é, que respondam às necessidades e aspirações explicitadas pelos próprios usuários de tais áreas.

Na introdução deste trabalho, formularam-se os questionamentos aqui retomados:

Que tipos de informação já foram e/ou estão sendo implantados, em programas de revitalização das cidades, na renovação desses espaços livres públicos de convivência – parques e praças?

Que tipos de informação precisam ser introduzidos nos parques e/ou nas praças, para atender as demandas dos freqüentadores desses espaços, mesmo que não explicitada?

Quanto ao primeiro questionamento acima, deve-se registrar que, nos trabalhos de requalificação dos espaços livres públicos do Recife, não está sendo contemplada a implantação de qualquer tipo de informação, de forma sistêmica. Há apenas previsão de colocação de algumas informações pontuais em umas poucas praças da cidade.

A pesquisa mostrou, tanto nas respostas com os técnicos e gestores públicos, quanto com os usuários dos parques e praças, que várias informações são bastante importantes para a segurança e conforto dos usuários.

A pesquisa também constatou a importância das informações como fonte de conhecimento histórico, artístico, turístico-cultural, ambiental...; enfim, dados desse tipo, de acordo com cada logradouro, devem ser introduzidos nos parques e praças, para atender às demandas dos freqüentadores daqueles espaços.

Consideramos, assim, que a manifestação técnico-administrativa, com seus variados enfoques e o conteúdo diferenciado das respostas dos usuários das áreas pesquisadas – levando-se em conta as faixas etárias e interesses diversos – atribuíram um elevado grau de comprovação à hipótese formulada no início do estudo e posta em referência acima.

4.2 Desdobramentos

Com o enfoque sistêmico adotado neste estudo, em que se buscou fazer uma 'leitura' da cidade como sistema macro – integrado por sub-sistemas tais como: espaços privados, espaços públicos, elementos culturais, elementos arquitetônicos, etc. – pode-se partir para concepção de diferentes outros trabalhos.

- Aplicar as diretrizes extraídas, para elaboração de planejamento de Sistemas de Informação para espaços livres públicos - parques e praças, em variados contextos de cidades;

- Fazer estudos comparativos da situação de espaços livres públicos – parques e praças – de cidades diferentes, confrontando suas realidades, para destacar as respectivas especificidades;
- Utilizar instrumental aqui desenvolvido para subsidiar a concepção de projetos de sinalização de cidades;
- Propor a elaboração de um Sistema de Sinalização para a cidade do Recife (onde o estudo de campo foi realizado), norteado pela visão sistêmica aqui trabalhada.
- Propor a elaboração de Sistemas de Informação mais abrangentes – de cidades, consideradas organicamente – com seus diferentes tipos de sinalização de transportes públicos, de serviços, de pontos turísticos, de poderes administrativos, e outros, de modo a harmonizá-las num todo coerente, que facilite a sua leitura, compreensão geral seja por parte dos residentes de uma dada cidade servida por um tal Sistema, seja pelos visitantes que ainda não a conhecem.

Um tal projeto, considerando-se o conhecimento de causa adquirido com esse estudo, representará, sem dúvida, um ganho de qualidade para as urbes. A exemplo da cidade do Recife, que tem várias sinalizações (de transporte, de serviços, turística e outras) – sem um referencial sistêmico que as organize. Daí uma certa algaravia de linguagens, que pouco contribui para mostrar a cidade, com seus valores culturais, históricos, ambientais...

Um olhar crítico sobre outras situações urbanas provavelmente revelará condições semelhantes, reforçando a idéia da validade das diretrizes formuladas para além da realidade local.

Admite-se, assim, a aplicabilidade geral do instrumental construído – pressupostos, apoio em revisão bibliográfica específica e diretrizes – para realização dos tipos de estudos exemplificados.

4.3 Considerações finais

A proposta desse estudo é contribuir para aprimorar os instrumentos teóricos de trabalhos dos designers e ergonomistas, na concepção e elaboração de sistemas de informação para ambientes urbanos bem específicos: espaços livres públicos – parques e praças.

Partiu-se do reconhecimento da importância de tais áreas, no contexto da vida das cidades contemporâneas.

O papel (ou papéis) representado(s) por tais espaços no viver coletivo em grandes aglomerações tem variado historicamente, mas conserva sempre um significado social considerável.

As tecnologias modernas, principalmente nos domínios dos transportes, das comunicações, da eletrônica, aparentemente têm reduzido a utilização dessas áreas em algumas de suas variadas funções – como ponto de encontro, lazer, convívio social, etc. Mas é inegável que grandes contingentes de cidadãos urbanos continuam a freqüentar parques e praças, em busca de entretenimento, ócio relaxante, prática de esportes ou exercícios físicos e tantas outras possibilidades de vivência coletiva.

As administrações públicas, por iniciativa de seus dirigentes ou sob pressão de demandas coletivas, em diferentes centros urbanos, procuram implantar ou requalificar parques e praças, que atendam àquelas expectativas e pleitos.

Neste estudo, pressupõe-se que, dotando-se esses ambientes de sistemas de informação bem concebidos, com atenção à vocação do logradouro e às necessidades explícitas dos usuários, se estará favorecendo a renovação e requalificando esses locais de convivência social, no interesse dos cidadãos.

Fez-se então uma abordagem teórica, com apoio e revisão bibliográfica de disciplinas como a Ergonomia e o Design da Informação, para nortear a formulação de pesquisas com usuários dos espaços livres públicos em foco, (escolhendo-se lugares específicos para aplicação) e com gestores públicos da cidade do Recife PE, envolvidos na administração desses ambientes.

A montagem, aplicação e tratamento analítico das pesquisas levaram à extração das diretrizes, que consideramos indicadas para propiciar a elaboração de Sistemas de Informação adequados aos espaços livres públicos – parques e praças. Até porque não é abundante a bibliografia especificamente dedicada ao tema.

Referências Bibliográficas

ABASCAL, E. H. S. **Cidade e arquitetura contemporânea: uma relação necessária.** in: Livraria Virtual Vitruvius, arquitextos, texto especial 388, www.vitruvius.com.br. Novembro, 2005.

ANDERSON, J. R. **Psicologia Cognitiva e suas Implicações Experimentais.** Rio de Janeiro: LTC Livros técnicos e Científicos, 2004.

ANSON, D. Tecnologia Assistiva. In: EARLY, M. B. **Terapia Ocupacional.** São Paulo: Roca, (2005).

BAPTISTA, A. N. **Procedimentos Metodológicos para a Avaliação da Acessibilidade de Estruturas de circulação de Pedestre com vistas ao projeto de "ANTROPOVIAS".** Dissertação de Mestrado, UFPE. Recife: 2003.

BESSA, O. F. M. A. **Agradabilidade do Espaço Urbano construído da Cidade de Alfenas (MG): uma abordagem ergonômica. Dissertação de Mestrado, PUC Rio. Rio de Janeiro: 2001.**

BIBLIOTECA VIRTUAL DE TROPICOLOGIA, in [http: www.bibliotecavirtualdetropicologia.com.br](http://www.bibliotecavirtualdetropicologia.com.br), 2006.

BINS ELY, V. et. al. **Aplicação do Desenho Universal em Espaços Abertos: acessibilidade, autonomia e qualidade de vida para o idoso.** Anais da ABERGO 2002.

BINS ELY, V. et. al. **Sistemas de Informação Ambiental – elementos indispensáveis para acessibilidade e orientabilidade.** Anais da ABERGO 2002.

CASTERLLS, M. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEBRIÁN, I. L. **A Rede - Como Nossas Vidas serão Transformadas pelos Novos Meios de Comunicação.** São Paulo: Summus, 1999.

CERBINO, A. **O Espaço Urbano: reflexos no design.** Rio de Janeiro: Estudos em Design: Article, v.9, (edição especial), 2000.

CORDE COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **O Papel do Município em Acessibilidade.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal e CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2001.

COSTA, J. **Imagem Global**. Barcelona: ceac, 1994.

COSTA, J. **Señalética**. Barcelona: ceac, 1989.

DNER DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGENS. **Manual de Sinalização**. Brasília: Ministério dos Transportes, (1982).

DUARE, F. **Cidades na Sociedade de Informação: clusters urbanos (1)** in: Livraria Virtual Vitruvius, arquitextos, texto especial 301, www.vitruvius.com.br. Abril, 2005.

EMBRATUR EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Manual de Sinalização Turística**. Brasília: Ministério da Indústria e Comércio, 1982.

EMBRATUR INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL e DENATRAN DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. Brasília: Ministério da Cultura, 2001.

EMTU EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS – in: site www.emtu.org.br, 2006.

FERRARA, L. D. A. **Olhar Periférico: linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: EDUSP, 1993.

FERRARA. L. D. A. Percepção Ambiental e Cidadania. In: *Percepção Ambiental: experiência Brasileira*. São Paulo, Studio Nobel, 1999.

FORESTRY COMMISSION. **Radio & Eletronics Branch**. Grã-Bretanha: In: www.forestry.gov.uk/forestry/infid-6a4jyz, março/2006.

FORMIGA, E. L. **Ergonomia Informacional: compreensibilidade de símbolos para sinalização de hospitais públicos e unidades de saúde no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, PUC Rio. Rio de Janeiro: 2002.

GLANTZ. H. e RICHMAN, N. Atividades de Lazer. In: PEDRETTI, L. W. e EARLY, M. B. **Terapia Ocupacional Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas**. São Paulo: Roca, 2005.

IEA Associação Internacional de Ergonomia. In: <http://www.abergo.org.br>: 2005.

LEITÃO, L. **As Praças que a Gente Tem – as praças que a gente quer**. Prefeitura do Recife, Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Recife: A Secretaria, 2002.

LIMA, M. W.S. **Arquitetura e Educação**. São Paulo: Nobel, 1995.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

MACEDO, S. S. e SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

MARTINS, L. **Lectura Semiótica Aplicada al Conocimiento Del Espacio Urbano: análisis de la señalización turístico-cultural como representacion gráfica em sítios históricos**. Tesis doctoral. Barcelona: 1996.

MARTINS, L. e MORAES, A de. **Ergonomia Informacional: algumas considerações sobre o sistema humano-mensagem visual**. In: Almeida, A.T. de & Ramos, F. de S. Gestão da Informação. Recife: Ed. Universitária, 2002.

MORAES, A. **Avisos, Advertência e Projeto de Sinalização: ergodesign informacional**. Rio de Janeiro: iUsEr, 2002.

MORAES, A. **Ergodesign do Ambiente Construído e Habitado: ambiente urbano, ambiente público, ambiente laboral**. Rio de Janeiro: iUsEr, 2004.

MORAES, A. e MONT'ALVÃO, C. **Ergonomia Conceitos e Aplicações**. Rio de Janeiro: 2AB, 2000.

MORAES, A. e SOARES, M. **Ergonomia no Brasil e no Mundo: um quadro, uma fotografia**. Rio de Janeiro: Univerta/ABERGO, 1989.

MONT'ALVÃO, C. **Dispositivos de Informação utilizados no Tráfego: a influência da forma de apresentação no processo de decodificação da informação**. Dissertação de Mestrado, PUC Rio. Rio de Janeiro: 2000.

MOURTHÉ, C. **Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

NOJIMA, V.L. Linguagens e Leituras do design Urbano: caracterização de identidade dos lugares. In: **Estudos em Design**. Article - v.7 – nº.3. Design Urbano p. 25-40. Rio de Janeiro: Dez 1999.

PPS. PROJECT FOR PUBLIC SPACES, INC. **What Makes a Great Place?** Nova Yorque: Project for Public Space Inc, 2003.

PPS. PROJECT FOR PUBLIC SPACES, INC. **Place**. Nova Yorque: Project for Public Space Inc, 2003.

PPS. PROJECT FOR PUBLIC SPACES, INC. **Eleven Principles for Creating Great Community Places**. In: www.pps.org/info/products/11steps. Nova York: Project for Public Spaces Inc, abril/2006.

PPS. **Design & Planning**. In: www.pps.org/upo/info/design. USA: Project for Public Spaces Inc, abril/2006.

ROBBA, F. e MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2003.

SÁ CARNEIRO, A. **O Projeto Paisagístico, as Funções e o Uso dos Parques Urbanos – O Parque 13 de Maio**. in: Clio Revista do Programa de Pós –Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco: Article, p.17 nº. 18. Recife: UFPE, 1999.

SÁ CARNEIRO, A. e MESQUITA, L de. **Espaços Livres do Recife**. Prefeitura da Cidade do Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2000.

SAYEG, M. A. e MESQUITA, R. A. V. Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento. in: FREITAS et e tal. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. **Manual para Implantação de Mobiliário Urbano na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996.

SERRA, J. M. **Elementos Urbanos: Mobiliário y Micro-arquitetura**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1996.

SOARES, M. e MARTINS, L. **Design Universal e Ergonomia: uma parceria que garante acessibilidade para todos**. Almeida, Adiel Teixeira de.;Sousa, F de. Produção e Competitividade, Aplicações e Inovações, Recife: Ed. Universitária, 2000.

SMITH-JAKSON, T. e WOLGALTER, M. Applying Cultural Ergonomics/Human Factors to Safety Information Research. Anais da ABERGO 2002.

TEIXEIRA Jr, M. A. Cidade e Espaço: Transformações e Práticas Urbanísticas, In: **Caderno de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: v8, n.8, p.21-30, fev.2001.

UBIERNA, J. **Diseño Universal – factores clave para la accesibilidad integral**. José Antonio Juncá Ubierna e Confederación de Minusválidos Físicos. COCEMFE/CASTILLA-LA MANCHA, 1977.

VILLAS BOAS, A. **Identidade Cultural**. Rio de Janeiro: 2AB, 2002.

Bibliografía

ADAMS, A. Usability testing in information design. In ZWAGA, H.J.G; BOERSEMA, T.;HOONHOUT,H.C.M., ed. **Visual Information for everyday use: Design and research perspectives**. London: Taylor & Francis, 1999.

ABNT ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Coletânea de Normas de Acessibilidade para Pessoas Portadoras de Deficiências**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BAHIA, S. R. **Município e Acessibilidade**. Rio de Janeiro: IBAN/DUMA, 1998.

BERNARDES, M.G. **Estudo Conceitual do Sistema Homem-Mensagem Visual**. Rio de Janeiro: (Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro), 1981.

BESSA, O. F. M. **A Agradabilidade do Espaço Urbano Construído da Cidade de Alfenas (MG): Uma Abordagem Ergonômica**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001.

BRUGGER, C. Public information symbols: a comparison of ISO testing procedures. In: ZWAGA, H. J. G; BOERSEMA, T.; HOONHOUT, H. C. M., ed. **Visual Information for Everyday Use: Design and research perspectives**. London: Taylor & Francis, 1999.

CASTELLO, L. **O Lógico e o Psicológico no Desenho da Cidade**. Rio de Janeiro: Estudos em Design: Articles, v.9, (edição especial), 2001.

CORDE COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

DENIS, R. C. **História do Design, uma Ergonomia do Tempo**. Rio de Janeiro: Estudos em Design: Articles, v.9, (edição especial), 2001.

DOCZI, G. **O Poder dos Limites: Harmonias e proporções na natureza, arte & arquitetura**. São Paulo: Mercuryo, 1990.

DONDIS, A .D. **Sintaxe da Linguagem Visual**. São Paulo: Parma, 1991.

DONDIS, A. D. **La Sintaxis de la Imagem: Introducció al Alfabeto Visual**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1973.

EPPINGHAUS, R.H.G. **Malha Perceptiva**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC Rio, 1999.

FERRARA, L. D'A. **Design em Espaços**. São Paulo: Rosari, 2002

FERRARA, L. D'A. **As Máscaras da Cidade**. In: www.usp.br/revistausp/n5/flucreciatexto.html. Novembro, 2004.

FRUTIGER, A. **Sinais e Símbolos: desenho, projeto e significado**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRUTIGER, A. **Signos, Sinais, Símbolos, Marcar e Señales**. Barcelona:Gustavo Gilli, 1981.

GUIMARÃES, L. **A Cor como Informação: A construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores**. São Paulo: Annablume, 2001.

IIDA, I. **Ergonomia Projeto e Produção**. São Paulo: Edgard Blücher, 1990.

IIDJ INSTITUTE FOR INFORMATION DESIGN JAPAN. **Information design: Source Book**. Tokio: IIDj Graphic-Sha Publishing, 2003.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JACOBSON, R. **Information Design**. England: Massachuts Institute of Tecnology, 1999.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, Marina de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LOJKINE, J. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

MALLIN, S. S. V. **Uma Metodologia de Design Aplicada ao Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva para Portadores de Paralisia Cerebral**. Curitiba; Editora UFPR, 2004.

MARTÍN, E. **Artes Gráficas**. Barcelona: Ediciones Don Bosco, 1975.

MATLIN, M. W. **Psicologia Cognitiva**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MOURTHÉ, C. **Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

NÖRTH, W. **Panorama da Semiótica: De Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1998.

PADOVANI, S. e STEIMAN, Charles. **Apreciação, Diagnóstico, Projetação e Avaliação Ergonômica de um Sistema de Sinalização de Orientação Interna**. Estudos em Design, v.2, n.2. nov. 1994. In: Anais P&D Design. Rio de Janeiro, 1994.

PALLAMIN, V. M. **Arte Urbana**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

PPS. PROJECT FOR PUBLIC SPACES, INC. **Place/Community Driven Approach**. In: www.pps.org. USA: Project for Public Space Inc, março/2006.

PPS. PROJECT FOR PUBLIC SPACES, INC. **Place/Discipline Driven Approach**. In: www.pps.org. USA: Project for Public Space Inc, março/2006.

ROMERO, M. A. B. **Arquitetura Bioclimática do Espaço Público**. Brasília: UnB, 2001.

SANTOS, N. dos, e FIALHO, F. A. P. **Manual de Análise Ergonômica do Trabalho**. Curitiba: Gênese, 1997.

SOARES, M. M. e MARTINS, L.B. **Design Universal e Ergonomia**: Uma Parceria que Garante Acessibilidade para Todos, In: Adiel Teixeira de. Produção e Competitividade: Aplicações e Inovações. Recife: UFPE, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2003.

Apêndice

Questionário para os usuários do Parque 13 de Maio e Praça da República

Categoria de usuários (para uso do entrevistador)

- 1 () Estudante sozinho
- 2 () Estudante em grupo
- 3 () Adulto sozinho
- 4 () Adulto em grupo
- 5 () Idoso sozinho
- 6 () Idoso em grupo
- 7 () Jovem sozinho
- 8 () Jovem em grupo
- 9 () Acompanhado com criança
- 10 () Casal
- 11 () Namorados
- 12 () Portador de deficiência - física / visual

Bloco 1 – Caracterização do entrevistado

1.1 - Bairro de moradia:

1.2 - Sexo do informante:

- 1 () Masculino
- 2 () Feminino

1.3 - Faixa etária:

- 1 () 15 a 25 anos
- 2 () 26 a 40 anos
- 3 () 41 a 50 anos
- 4 () acima de 50 anos

1.4 - Renda familiar em reais

- 1 () até 350
- 2 () de 351 a 700
- 3 () de 701 a 1.750
- 4 () de 1.751 a 3.500
- 5 () de 3.501 a 7.000
- 6 () acima de 7.000
- 7 () NS/NR

1.5 - Escolaridade:

- 1 () Analfabeto

- 2 () 1º Grau incompleto
- 3 () 1º Grau completo
- 4 () 2º Grau incompleto
- 5 () 2º Grau completo
- 6 () Superior incompleto
- 7 () Superior completo
- 8 () NS/NR

1.6 – Profissão

- 1 () estudante
- 2 () autônomo
- 3 () funcionário público
- 4 () profissional liberal
- 5 () empresário
- 6 () aposentado
- 7 () desempregado
- 8 () dona de casa
- 9 () outro

1.7 – Estado civil:

- 1 () Casado(a)
- 2 () Solteiro(a)
- 3 () Divorciado(a)
- 4 () Separado(a)
- 5 () Viúvo(a)
- 6 () NS/NR
- 7 () Outros

1.8 – Tem filhos?

- 1 () Sim
- 2 () Não

1.9 – Costuma vir ao parque com o(s) filho(s)?

- 1 () Sim
- 2 () Não

Bloco 2 – Utilização do parque

2.1 – Qual o seu interesse em freqüentar o parque?

- 1 () caminhar
- 2 () fazer ginástica
- 3 () trazer as crianças para brincar
- 4 () encontrar os amigos
- 5 () jogar
- 6 () namorar
- 7 () contemplar o parque / natureza
- 8 () descansar
- 9 () fazer negócios
- 10 () estudar / ler
- 11 () estar de passagem para o trabalho / escola /
residência
- 12 () outros

2.2 – Quantas vezes você freqüenta o parque?

- 1 () uma a duas vezes por semana
- 2 () três a quatro vezes por semana
- 3 () todos os dias da semana
- 4 () esporadicamente
- 5 () durante a semana
- 6 () nos finais de semana

2.3 – Quais os horários que você mais freqüenta o parque?

- 1 () Entre 5:30h e 8:00h
- 2 () Entre 8:00h e 12:00h
- 3 () Entre 12:00h e 14:00h
- 4 () Entre 14:00h e 16:30h
- 5 () Entre 16:30h e 18:00h

Bloco 3 – Impressões do lugar

(acessibilidade/segurança/orientação/informações existentes)

3.1 – O que você acha de bom e de ruim nesse parque?

- 1 De bom.....
- 2 De ruim.....

3.2 – Você acha seguro andar nesse parque?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () por que?

3.3 – Você consegue andar bem no parque sem se perder?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () Por que?

3.4 – Você, alguma vez, já buscou informações aqui e não as encontrou?

- 1 () Sim
- 2 () Não
- 3 () se sim, quais?

3.5 – Você se localiza bem em relação às ruas ao redor do parque?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () se não, por que?

3.6 – Você acha bom o tamanho das placas?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () se não, por que?
- 4 () NS/NR

3.7 – Você acha boa a localização das placas?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () se não, por que?
- 4 () NS/NR

3.8 – Você acha boa as cores das placas e das letras?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () se não, por que?
- 4 () NS/NR

3.9 – Pelo tamanho das letras você consegue ler bem as informações?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () por que?
- 4 () NS/NR

Bloco 4 – Sugestões - sistemas de informação

4.1 – Na sua opinião, o parque ficaria mais atrativo se fossem colocadas:

- 1 () informações para as pessoas andarem bem no parque sem se perderem
- 2 () informações sobre comportamentos e usos do parque
- 3 () informações de alerta sobre possíveis acidentes no parque
- 4 () informações sobre a vegetação do parque
- 5 () informações sobre os monumentos do parque
- 6 () informações sobre a programação de eventos do parque
- 7 () informações sobre a história do parque
- 8 () informações sobre os serviços do parque

- 9 () informações sobre os edifícios históricos que estão ao redor do parque
- 10 () informações sobre os autores dos projetos paisagísticos do parque?
- 11 () informações sobre a história da cidade
- 12 () informações sobre os eventos da cidade
- 13 () informações sobre educação ambiental
- 14 () informação sobre saúde
- 15 () informações sobre conservação dos bens públicos
- 16 () informações sobre campanhas educativas
- 17 () informações sobre transportes públicos
- 18 () outras informações

4.2 – Na sua opinião, que outras informações poderiam ser colocadas aqui para incentivar as pessoas a freqüentarem mais o parque?

4.3 – Você tem observado algumas modificações no parque nos últimos dois anos?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () se sim, quais?
- 4 () NS/NR

4.4 – Na sua opinião, o parque está melhor ou pior nos últimos dois anos?

- 1 () Melhor.....
- 2 () Pior.....
- 3 () NS/NR

Bloco 5 – Gostaria de encerrar esse questionário com uma frase:

5.1 Que frase lhe vem à cabeça para definir esse local?

- 1 ()
- 2 () NS/NR

Apêndice

Entrevista estruturada semi aberta com técnicos e gestores públicos da Prefeitura da Cidade do Recife, PE:

(Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Empresa de Urbanização do Recife - URB e Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife - EMLURB).

1. Como é feito o planejamento anual para cada parque e cada praça em relação à conservação (limpeza, intervenções no projeto, equipamentos e mobiliário urbano, etc.)
2. Quais as prioridades desse planejamento?
3. Existe regulamento de uso nos parques e praças?
4. Se existe, como os usuários (visitantes e trabalhadores do local) tomam conhecimento desse regulamento?
5. Como vocês buscam conhecer as necessidades dos usuários dos espaços livres públicos: parques e praças?
6. Existe alguma regularidade das informações demandadas pelos usuários? De que forma as informações são coletadas?
7. Como se processa no planejamento o retorno dessas informações?
8. Quais as preocupações específicas com os espaços livres públicos – parques e praças?
9. Quais as preocupações com o projeto paisagístico relacionado com edificações, áreas abertas, áreas de esporte e brinquedos infantis?
10. Quais as preocupações com a história dos espaços livres públicos – parques e praças?
11. Qual o percentual do orçamento municipal destinado aos parques e praças e o percentual do total do orçamento de cada órgão? É suficiente?
12. Quanto aos eventos culturais existentes: existem parcerias, tipos de programações, horários mais propícios, usos, etc...?

13. Qual a quantidade de pessoal envolvido e respectivas funções (tipo: limpeza, segurança, portarias, manutenção, etc.) É suficiente?
14. Como avalia as informações existentes nos parques e praças. São suficientes? Obedecem a algum critério? Há pesquisa sobre isso? Qual a qualificação do pessoal envolvido com essas informações?
15. Quais os critérios para a elaboração das placas informativas?
16. Na sua opinião você acha que os parques e praças, dependendo da sua especificidade, ficariam mais atrativos para os usuários, se fossem colocadas informações sobre:

1 informações sobre orientação para a circulação no parque/prça?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ comentários

2 informações sobre comportamentos e usos do parque/prça?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ comentários

3 informações de alerta sobre possíveis acidentes no parque/prça?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ comentários

4 informações sobre a vegetação do parque/prça?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ comentários

5 informações sobre os monumentos do parque/prça?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ comentários

6 informações sobre a programação de eventos do parque/prça?

- () sim
- () não
- () comentários

7 informações sobre a história do parque/prça?

- () sim
- () não
- () comentários

8 informações sobre os serviços do parque/prça?

- () sim
- () não
- () comentários

9 informações sobre os projetos paisagísticos do parque/prça e sobre seus autores?

- () sim
- () não
- () comentários

10 informações sobre os edifícios históricos que estão ao redor do parque/prça?

- () sim
- () não
- () comentários

11 informações sobre a história da cidade?

- () sim
- () não
- () comentários

12 informações sobre os eventos da cidade?

- () sim
- () não
- () comentários

13 informações sobre educação ambiental?

- () sim
- () não
- () comentários

14 informações sobre saúde?

- () sim
- () não
- () comentários

15 informações sobre conservação dos bens públicos?

- () sim
- () não
- () comentários

16 informações sobre campanhas educativas?

- () sim
- () não
- () comentários

17 informações sobre transportes públicos?

- () sim
- () não
- () comentários

18 Que outras informações você acharia interessante constar nos parques e praças?

Apêndice

Levantamento de todos os Parques e Praças da Cidade do Recife:

Cadastro de Parques e Praças elaborado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Recife em 1995, que cobriu as seis regiões político-administrativas RPAs.

- **Classificação das praças por região:**

6 RPAs

Total de Parques – 08

Total de Praças – 219

RPA 1 – Região central do Recife

Bairros:

Boa Vista, Cabanga, Ilha de Joana Bezerra, Ilha do Leite, Paissandu, Recife, Santo Amaro, Santo Antônio, São José, Soledade)

Total:

01 parque

32 praças – 16% do total de praças da cidade

- 19 praças – bom estado de conservação
- 14 praças adotadas

RPA 2 – Bairros:

Água Fria, Arruda, Bomba do Hemetério, Beberibe, Cajueiro, Campina do Barreto, Campo Grande, Dois Unidos, Encruzilhada, Fundão, Hipódromo, Linha do Tiro, Ponto de Parada, Porto da Madeira, Rosarinho, Torreão;

Total:

0 parque

21 praças

- 08 praças – bom estado de conservação
- 04 praças adotadas

RPA 3 – Bairros:

Aflitos, Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Dois Irmãos, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Santana, Sítio dos Pintos, Tamarineira, Vasco da Gama;

Total:

03 parques

33 praças – 16% do total de praças da cidade

- 11 praças – bom estado de conservação
- 13 praças adotadas
-

RPA 4 – Bairros:

Caxangá, CDU, Cordeiro, Engenho do Meio, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Torrões, Várzea, Várzea/UR7, Zumbi;

Total:

03 parques

33 praças – 16% do total de praças da cidade

- 11 praças – bom estado de conservação
- 05 praças adotadas

RPA 5 – Bairros:

Afogados, Areias, Barro, Bongü, Curado, Estância, Jardim São Paulo, Jiquiá, Mangueira, Mustardinha, San Martín, Tejipió, Totó;

Total:

0 parque

39 praças – 16% do total de praças da cidade

- 09 praças – bom estado de conservação
- 04 praças adotadas

RPA 6 – Bairros:

Boa Viagem, Brasília Teimosa, Ibura, Ibura de Baixo, COHAB UR1, COHAB UR2, COHAB UR3, COHAB UR4, COHAB UR5, COHAB UR12, Imbiribeira, Ipsep, Jordão, Pina.

Total:

01 parque

61 praças – 25% do total de praças da cidade

- 18 praças – bom estado de conservação
- 09 praças adotadas

Tipologia dos espaços livres públicos por RPA

Total de 08 parques -- 2,52 % dos espaços livres públicos

Total de 219 praças -- 68,87 % dos espaços livres públicos

Total de 76 praças – 34,7 % em bom estado de conservação

Apêndice

MESQUITA , Liana de Barros & SÁ CARNEIRO, Ana Rita de. Espaços Livres do Recife. Recife: PCR & UFPE, 2000.

A Pesquisa Espaços Livres do Recife de MESQUITA & SÁ CARNEIRO tomou como pressuposto básico o cadastro de Parques e Praças elaborado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Recife em 1995, que cobriu as seis regiões político-administrativas RPAs, adotando uma conceituação complementar ao referido cadastro.

Critérios para escolha das Praças e Parques para a amostra de MESQUITA & SÁ CARNEIRO:

- Importância histórica;
- Intensidade de uso;
- Relação com as edificações do entorno;
- Localização;
- Dimensão;
- Desenho e composição vegetal.

Total de Parques – 08

Total de Praças – 36

Praças e parques escolhidas para a amostra:

PRAÇAS

RPA 1

Praça Adolfo Cirne
Praça Artur Oscar
Praça Dezessete
Praça da Independência
Praça da República
Praça da Saudade
Praça Joaquim Nabuco
Praça Maciel Pinheiro
Praça Oswaldo Cruz
Praça Chora Menino
Praça Rio Branco

PARQUES

RPA 1

Parque 13 de Maio

Praça Sérgio Loreto
Praça Tiradentes

RPA 2

Praça da convenção
Praça Phaelante Câmara
Praça Tertuliano Feitosa

RPA 3

Praça de Casa Forte
Praça do Derby
Praça do Entroncamento
Praça Faria Neves
Praça Souto Filho

RPA 3

Parque Arraial Velho do Bom Jesus
(Sítio da Trindade)
Parque da Jaqueira
Parque de Santana

RPA 4

Praça Pinto Damasco
Praça Euclides da Cunha
Praça prof. Barreto campelo
Praça Solange Pinto

RPA 4

Parque Arraial Novo do Bom Jesus
(Parque do Forte)
Parque Arnaldo Assunção

RPA 5

Praça San Martin
Praça do ABC
Praça Jardim São Paulo
Praça Nossa Senhora de Lourdes
Praça Nossa Senhora de Fátima

RPA 5

Parque Robert Kennedy

RPA 6

Praça Ministro Salgado Filho
Praça Nossa Senhora da Boa Viagem
Praça Sebastião Malta
Praça Ministro Salgado Filho
Praça das Casuarinas

Av. Gov. Carlos de L. Cavalcanti,
nº09, Derby Recife-PE-BRASIL
CEP 50070-110

• Pabx : 55-081-4215666

Fax :55-081-2211274

E Mail : emlurb@recife.pe.gov.br



REGULAMENTO DO PARQUE DA JAQUEIRA

I. NORMAS GERAIS PARA UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

- 1- Abertura: das 04:00h às 23:00h.
- 2- Acesso e estacionamento de veículos pelos portões da Avenida Rui Barbosa de segunda a sexta, ao lado da igreja;
 - Não será permitido o acesso aos sábados, domingos e feriados;
- 3- Acesso e estacionamento de motos pelo portão da Rua Deputado Pedro Pires Ferreira, ao lado da administração, de segunda a sexta no horário de 05:00 às 12:00 horas;
 - Não será permitido o acesso aos sábados, domingos e feriados;
- 4- Acesso de bicicletas convencionais, pelo portão específico situado na Rua do Futuro e circulação restrita à ciclovia;
- 5- Acesso de bicicletas de corrida pelo portão da Rua Deputado Pedro Pires Ferreira e circulação restrita às áreas de bicicross;
- 6- Não será permitido o acesso ao parque usuários portando qualquer tipo de bola, pipa, ou acompanhados de animais domésticos;
- 7- Os equipamentos contidos no parque, devem ser utilizados para os fins específicos para os quais foram concebidos, não sendo permitido uso indevido dos mesmos;
- 8- Não será permitido o estacionamento de veículos nas calçadas e áreas de jardim do parque;

II. NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER

1- RECREAÇÃO INFANTIL

- Módulo do círculo pequeno: uso permitido a crianças até 06 (seis) anos;
- Módulo do círculo grande: uso permitido a crianças até 10 (dez) anos;
- Módulo do gincapark: uso permitido a crianças de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos;
- Módulo de foguete: uso permitido a crianças de 10 (dez) anos;
(é permitido o acompanhamento de adultos no foguete)

aut

Av. Gov. Carlos de L. Cavalcanti,
nº09, Derby Recife-PE-BRASIL
CEP 50070-110

Pabx : 55-081-4215666

Fax : 55-081-2211274

E. Mail : emlurb@recife.pe.gov.br



2- MÓDULO DE EVENTOS

Utilização para atividades de:

- Ginástica;
- Apresentação artística;
- Patinação;

Obs.: A patinação é permitida quando a pista estiver livre de outras programações, durante eventos a patinação é permitida na ciclovia.

3-PISTA DE COOPER E CICLOVIA

- deve ser respeitada a sinalização de pista, para correta utilização;

III. NORMAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS

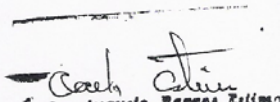
- 1- Eventos e programações artísticas e culturais, devem ser solicitados à EMLURB, órgão responsável pela manutenção do parque, através de ofícios encaminhados com antecipação mínima de 15 (quinze) dias úteis, para análise e autorização por escrito.
- 2- A colocação de faixas e cartazes, como também a distribuição de panfletos na área interna e nas entradas do parque, serão objeto de análise e aprovação pela EMLURB, devendo ser observada a orientação do item anterior, quanto aos prazos e formas de solicitação.

IV. NORMAS PARA COMERCIALIZAÇÃO

- 1- Não será permitido o ingresso e atuação de comerciantes não cadastrados pela EMLURB na área interna do parque;
- 2- Não serão permitidos a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas, na área interna do parque;

V. NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA VIGILÂNCIA

- 1- Manter vigilância fixa nas três entradas do parque;
- 2- Manter vigilância em circulação na área interna do parque;
- 3- Fiscalizar e proibir a depredação em todo e qualquer equipamento existente no parque e inclusive a vegetação;
- 4- CONHECER, DIVULGAR, ORIENTAR E FAZER CUMPRIR o presente regulamento.


Carlos Augusto Raposo Salim
Diretor Geral de Limpeza Urbana
EMLURB